

ISSN 2179-6998

Revista da Universidade Ibirapuera

Volume 12 - Julho/Dezembro 2016

Revista da Universidade Ibirapuera

Reitor

Prof. Anderson José Campos de Andrade

Pró-Reitor Administrativo

Prof. José Campos de Andrade Filho

Diretor Acadêmico

Prof. Alan Almario

Diretor Científico

Prof. José Eduardo Paraíso Razuk

Editora-Chefe

Profa. Camila Soares

COMITÊ EDITORIAL (UNIVERSIDADE IBIRAPUERA)

Prof. Alan Almario
Prof. Alexandre Motta Alonso
Prof.^a Camila Soares
Prof.^a Camilla Uzam
Prof.^a Carina Macedo Martini
Prof. Eduardo Gomes Peixoto Colalillo
Prof. Guilherme Teixeira Coelho Terra
Prof.^a Jecilene Rosana Costa-Frutuoso
Prof.^a Luciana Baltazar Dias
Prof.^a Milena Lobão Pinheiro
Prof.^a Maria da Penha Meirelles Almeida Costa
Prof. Rodrigo Toledo

CONSULTORES CIENTÍFICOS

Prof. Alison Ribeiro - *Departamento de Farmacologia e Toxicologia, Chiesi Farmaceutici SpA, Unidade de Farmacologia In Vivo*
Prof.^a Carina Uliam – *Universidade Federal de São Paulo - Unifesp*
Prof.^a Clara Albani - *Covagen AG, Grupo de Assay Development*
Prof. Cleber Vanderlei Rohrer – *SENAC/SP*
Prof. Leandro Dos Santos Afonso – *Universidade Bandeirante (Uniban)*
Prof.^a Monica Sakai - *McGill University Health Centre*

Prof.^a Patrícia Rangel – *Faculdades Integradas Rio Branco*

Prof. Rogério Ota – *Universidade São Judas Tadeu*

Prof.^a Sônia Maria Lanza – *Centro Universitário FIEO (Unifieo)*

Prof.^a Viviane Ferraz de Paula - *Instituto de Parasitologia y Biomedicina “Lopez-Neyra”*

Prof. Wanderley Moreno Quinteiro Filho - *University of Guelph*

EQUIPE TÉCNICA

Projeto Gráfico - Lincoln Schindler

Diagramação – Ricardo Feliciano Gonçalves

Bibliotecária Wilka Santos Silva - CRB - 8/9179

ÁREAS DE INTERESSE DA REVISTA

Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Linguística, Letras e Artes

Sumário

PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR: RELATO DE CASO Mônica de Ávila Todaro, ¹ Eduardo Marcelo Lamotta Brandão, ¹ Jéssica Cristina Deitoz Augusto	8
INFRAESTRUTURA E ECONOMIA DO BRASIL – UMA HOMENAGEM A CELSO FURTADO ¹ Paulo Losinskas	17
ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA LESÃO DE LABRUM ACETABULAR: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ¹ Luiz Lima de Camargo Junior, ¹ Felipe Nunes Dionísio	26
MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DA PESQUISA: O IMPACTO DO WHATSAPP COMO REDE SOCIAL NO AMBIENTE CORPORATIVO ¹ Ronald Scapin Filho, ¹ Wellington Barbosa Rodrigues ¹ , ¹ João Roberto Ursino da Cruz ¹	36
BREVES COMENTÁRIOS HISTÓRICOS SOBRE A NÃO EFETIVAÇÃO DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS ¹ Bruno Barchi Muniz	39
RELAÇÃO ENTRE ENGAJAMENTO COM A TAREFA E ESTRATÉGIA DE GESTÃO DE PESSOAS Luciana Campos Lima ¹ , Tatiani dos Santos Zuppani ¹ , Ana Lúcia Pereira ²	49
HARRY POTTER E A MAGIA DA MULTIPLICAÇÃO DE LEITORES ¹ Elisa Binelli, ¹ Eugênio Alves de Oliveira, ¹ José Eduardo P. Razuk	62

EDITORIAL

Ao manter nosso objetivo principal de contribuir para divulgar resultados de pesquisas em âmbito multidisciplinar e facilitar a troca de conhecimentos entre gerações de pesquisadores no Brasil e no exterior, apresentamos mais uma edição da Revista da Universidade Ibirapuera.

A variedade temática, metodológica e de abordagem teórico-científica dos artigos reflete a demanda de fortalecimento das discussões científicas nas diversas áreas abrangidas pelo periódico.

A presente edição traz interessantes artigos nas áreas de direito, saúde, negócios, tecnologia e educação.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer aos autores, pareceristas, corpo editorial e equipe técnica. Sem dúvida, é esse caráter cooperativo que garante a identidade da publicação, a liberdade de ação e o cumprimento de sua missão.

Prof. José Eduardo Razuk

Artigos científicos /
Scientific articles

PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO POPULAR: RELATO DE CASO

**¹Mônica de Ávila Todaro, ¹ Eduardo Marcelo Lamotta Brandão, ¹Jéssica
Cristina Deitoz Augusto**

¹ Universidade Nove de Julho

Av. R. Itauna, 429 - Vila Maria Baixa, São Paulo - SP

avila-todaro@uol.com.br

Resumo

Este texto é fruto de pesquisa de Iniciação Científica e tem como objetivo analisar se a proposta pedagógica do CIEJA (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos) localizado na cidade de São Paulo, no bairro do Campo Limpo, quando colocada em prática, é compatível com os pressupostos das Escolas Democráticas e da Educação Popular. Como quadro teórico, apresentamos as características da Escola Tradicional, das Escolas Democráticas e da Educação Popular na perspectiva de Dewey, Freire, Gadotti e Singer. A pesquisa teve um caráter exploratório e debruçou-se sobre os dados coletados por meio de observação e entrevistas. O campo empírico de investigação foi o Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos do bairro do Campo Limpo, localizado na zona sul do município de São Paulo. Esse bairro é conhecido pelo alto índice de violência e baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). Os resultados sugerem mais investimentos em pesquisas sobre as práticas educativas na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Palavras-chaves: Educação popular; escolas democráticas; ensino tradicional..

Abstract

This text is the result of a scientific initiation research and aims to verify whether the pedagogical plan of the CIEJA (Integrated Center for Youth and Adult Education), located in Campo Limpo neighborhood, in the city of São Paulo, is compatible with the principles of Democratic Schools and Popular Education when put into effect. As theoretical framework, we present the characteristics of Traditional Schools, Democratic Schools and Popular Education from the perspectives of Dewey, Freire, Gadotti and Singer. The research had an exploratory character and analyzed data collected through observation and interviews. The empirical research field was the Integrated Center for Youth and Adult education located in Campo Limpo neighborhood, in the South of the city of São Paulo. This neighborhood is known for its high rates of violence and a low Human Development Index (HDI). Results suggest the need for more investment in researches on educational practices related to Youth and Adult Education.

Keywords: Popular education; democratic schools; traditional education

1. INTRODUÇÃO

No senso comum, ouvimos e reproduzimos que a escola é um lugar importante, onde seremos formados para a vida, formados para o futuro. Será isso verdade? A escola cumpre com a sua função? E qual é a função da escola? Não soa estranho que um lugar de tanta importância, seja um lugar tão odiado por tantos estudantes? O que pensar da escola que acolhe estudantes que, numa visão reducionista e preconceituosa, precisam recuperar o tempo perdido?

A escola como conhecemos completou duzentos anos recentemente. Seu formato foi minuciosamente pensado e ao longo dos anos, aperfeiçoado, para suprir as necessidades de um determinado setor da sociedade. Durante esse tempo, a escola foi construída a imagem e semelhança de fábricas e prisões, onde os alunos são vigiados o tempo todo e sob uma opressora obrigação, cumprem suas tarefas sem poder sequer questionar, correndo o risco de serem punidos.

Afinal, a quem interessa esse modelo escolar? Quais os prejuízos que o modelo traz aos alunos e a sociedade? Pode ser diferente? Como fazer? Existem alternativas? Quais? Seriam melhores que o sistema tradicional? O que fazer para que os estudantes tenham na escola um lugar prazeroso, onde suas necessidades sejam supridas? Apenas as crianças possuem esse direito ou as pessoas que não puderam frequentar a escola no período esperado também podem usufruir de um local onde se promova uma educação integral que inclua os sentidos e sentimentos? Seria o CIEJA – Campo Limpo, local de nossa pesquisa de campo, uma possibilidade de resposta a essas indagações?

Este trabalho foi realizado com base em pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e principal-

mente, inspirado por nossas inquietações. O campo empírico de investigação é o Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos do bairro do Campo Limpo, localizado na zona sul do município de São Paulo. Esse bairro é conhecido pelo alto índice de violência e baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). Pode-se dizer que é uma porção estigmatizada da cidade, observada com receio e evitada pelos demais moradores da metrópole.

Primeiramente, buscou-se olhar para o interior da instituição, numa tentativa de explicar, a partir das dinâmicas das relações de sociabilidade internas e da especificidade do programa do CIEJA, a notoriedade que o programa ganhou junto aos alunos e à vizinhança como projeto inovador na educação de jovens e adultos. Em seguida, analisou-se o CIEJA à luz dos pressupostos de escolas democráticas e da concepção de educação popular. O artigo se divide em três tópicos: A escola tradicional; Escolas Democráticas; Educação Popular e o estudo de caso sobre o CIEJA Campo Limpo.

2. A ESCOLA TRADICIONAL

Um dos papéis da escola seria a preparação para o futuro. Mas, de que futuro estamos falando? De acordo com o modelo tradicional de ensino, somente no futuro seremos alguém? Não parece possível a construção de uma sociedade realmente democrática com escolas que têm como base métodos centrados no professor e no currículo predefinido. A chamada escola tradicional possui práticas educativas cujos fundamentos filosóficos são antiparticipativos e excessivamente centralizadores — portanto, antidemocráticos na essência.

Um dos grandes problemas da Escola Tradicional é que o conteúdo ministrado não faz sentido para os alunos, o conteúdo é despejado sem nenhuma vinculação com sua realidade, ou uma aplicabi-

lidade possível do que se leciona. A essa prática, Paulo Freire chamou de Educação Bancária, onde os alunos ficam de forma passiva, ouvindo o professor, copiando o que é escrito na lousa e tentando decorar o conteúdo, mas sem nenhum aprendizado. O conhecimento dever ter significado e segundo John Dewey um programa de ensino totalmente desvinculado do meio será uma forma de violência contra a natureza dessa criança.

Embora Dewey se refira às crianças e a escola tradicional vise como alunos, apenas as crianças e os adolescentes, podemos e devemos levar em consideração os discentes das outras faixas etárias. Há pessoas, por exemplo, que pelos mais diversos motivos não puderam estar na escola no período da infância e que, mais velhos, resolveram dar continuidade ou mesmo iniciar seus estudos. Vítimas de suas condições sociais, vítimas do descaso do poder público, vítimas de um sistema que castiga e exclui aqueles que não possuem o conhecimento erudito, os agora estudantes da EJA tiveram seus saberes construídos ao longo da vida, mas esses são relegados e classificados como inúteis. Pessoas que são vítimas de uma sociedade na qual apenas o conhecimento advindo dos bancos escolares tradicionais é válido e onde diploma é poder. De acordo com Esteban (2007), ao mesmo tempo em que a escola inclui, já que hoje boa parte da população está dentro da escola, a escola exclui, pois joga toda a culpa no sujeito que fracassa e não no sistema que o faz fracassar.

Porém, mesmo aqueles que completam seus estudos são prejudicados, ricos ou pobres, estes últimos sempre em maior grau, por uma escola que ao longo da história mostrou-se a serviço do mundo capitalista, preocupando-se em formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho e em moldar pessoas, cidadãos incapazes de entender que fazem parte de uma maioria desprivilegiada. A não escolarização não acontece por vontade de Deus, incompetência ou porque alguns são vagabundos, isso acontece porque vivemos em uma sociedade que faz da

miséria de muitos, a fonte de riqueza de poucos.

Esses brasileiros são vítimas de uma sociedade que já teve a segunda pior distribuição de renda entre todos os países do mundo. Fato que fez com que analistas chegassem a usar o termo “brasilização do planeta” para se referirem a um futuro sombrio. O autor uruguaio Eduardo Galeano explica assim o termo

E ao dizer brasilização eles não se referem, por certo, à difusão internacional do futebol alegre, do carnaval espetacular e da música que desperta os mortos, maravilhas através das quais o Brasil resplandece a grande altura, mas à imposição, em escala universal, de um modelo de sociedade fundamentado na injustiça social e na discriminação racial. Nesse modelo, o crescimento da economia multiplica a pobreza e a marginalidade. (GALEANO, 2011, p.30).

A escola tradicional, portanto, tornou-se um dos mais bem sucedidos aparelhos ideológicos do Estado. Segundo Althusser, isso acontece porque a escola atinge praticamente toda a população em um período prolongado de tempo e, além disso, inclina as pessoas das classes subordinadas à submissão e à obediência, enquanto as pessoas das classes dominantes aprendem a comandar e a controlar. (Althusser apud SILVA, 2010, p.31).

Ainda segundo Althusser, a ideologia da classe dominante é tão forte que muitos professores das classes dominadas, as transmitem, sem terem sequer consciência do que estão fazendo.

Peço desculpas aos professores que, em condições terríveis, tentam voltar contra a ideologia, contra o sistema e contra as práticas em que este os encerra, as armas que podem encontrar

na história e no saber que “ensinam”. Em certa medida são heróis. Mas são raros, e quantos (a maioria) não tem sequer um vislumbre de dúvida quanto ao “trabalho” que o sistema (que os ultrapassa e esmaga) os obriga a fazer, pior, dedicam-se inteiramente e em toda a consciência à realização desse trabalho (os famosos métodos novos). Têm tão poucas dúvidas, que contribuem até pelo seu devotamento a manter e a alimentar a representação ideológica da Escola que a torna hoje tão “natural”, indispensável-útil e até benfazeja aos nossos contemporâneos (...) (ALTHUSSER apud SAVIANI, 2006).

Podemos dizer que Paulo Freire complementa as ideias de Althusser quando diz que além de um ato de conhecimento, a educação é um ato político. E por isso, não há pedagogia neutra. (Freire & Shor, 2013, p. 33). A Escola Tradicional não adquiriu essas características por acaso, ela foi pensada e patrocinada pelos mesmos que dominam o mundo, grandes empresários que viram na escola, um local de preparação para o trabalho, com horários rígidos, intervalos para refeições, controle e obediência total.

Franklin Bobbitt buscou na teoria do administrador Franklin Taylor, os princípios de uma educação baseada no funcionamento científico da administração. Assim como na indústria, a escola deveria funcionar com o estabelecimento de padrões. Os alunos seriam encarados como matéria prima a ser moldada.

Construídas (as escolas) segundo os modelos das linhas de montagem (...) conhecimentos e habilidades são definidos exteriormente por agências governamentais (...) É a sua igualdade que atesta a qualidade do processo (...) as linhas de montagem denominadas escolas organizam-se segundo coordenadas espaciais e temporais(...) Depois de passar por esse processo de acréscimos sucessivos(...) o objeto original que entrou na linha de montagem cha-

mada escola (naquele momento chamava-se “criança”, perdeu totalmente a visibilidade e se revela, então, como um simples suporte para os saberes/habilidades que a ele foram acrescentadas(...) a crianças está finalmente formada (...) de acordo com a fôrma. (ALVES, 2001, p.38 e 39).

A Escola Pública (ou seria melhor classificá-la como Escola Estatal?), já não supre as necessidades e tão pouco as expectativas dos alunos. O modelo de aula, onde o professor, fala para 30 ou 40 alunos durante 50 minutos, tornou-se entediante e sem atrativos, para uma geração que tem acesso a milhares de informações pela internet.

No senso comum, ouvimos dizer que a escola parou no tempo, mas na verdade ela continua a suprir os interesses da elite dominante, por isso não muda sua estrutura. Sabemos que não é a educação que modela a sociedade, mas ao contrário (...) segundo os interesses de quem detém o poder (...) Seria ingênuo demais pedir à classe dirigente no poder que pusesse em prática um tipo de educação que pode atuar contra ela, isso traria infindáveis problemas aos que estão no poder. Mas as autoridades dominantes não permitem que isso aconteça e fiscalizam a educação. (FREIRE, 2011, p.66).

Ao longo da história, a escola tornou-se a mais bem sucedida das instituições disciplinadoras, utilizando métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são os que podemos chamar de disciplinas (Foucault, 2013).

3. ESCOLAS DEMOCRÁTICAS

As características principais da democracia são: a garantia de condições básicas a todos (alimen-

tação, moradia, trabalho, etc.), a ausência de qualquer tipo de exploração e as relações onde haja liberdade, mas também limites.

As Escolas Democráticas surgem como alternativas que buscam romper com o modelo tradicional. São lugares que têm como foco ampliar, por meio da educação, as condições favoráveis ao modo de vida democrático. Nesses tipos de escolas as ideias fluem livremente; as pessoas são bem informadas; acredita-se na capacidade individual e coletiva das pessoas aprenderem a qualquer tempo da vida e criarem condições de resolver problemas; a reflexão crítica está presente no processo ensino aprendizagem; são levados em consideração o bem-estar dos outros, o bem comum, a dignidade e os direitos dos indivíduos em toda sua diversidade.

Segundo Singer (2010) o primeiro caso que se tem notícias é a Yasnaia-Poliana, criada e dirigida por Leon Tolstói ao final da década de 1850. Outras escolas democráticas marcaram época. A escola criada por Célestin Freinet na França; Summerhill na Inglaterra; e a Escola da Ponte em Portugal são alguns dos exemplos bem sucedidos que ganharam visibilidade internacional e inspiraram educadores descontentes com o sistema vigente (o modelo tradicional).

No livro “O educador da democracia”, escrito em 1916, John Dewey (1859-1952) sugere e sustenta a questão da Educação Democrática, tida como um tipo de Educação na qual cada aluno se enriquece com a experiência do outro aluno, numa vida partilhada onde todos têm a mesma igualdade de oportunidades. E diz que a educação verdadeira é aquela que estimula a capacidade da criança, de acordo com as exigências sociais nas quais esta criança se encontra. Ainda, o autor defende a ideia de que, por esse motivo, não podemos pensar em uma educação como preparação para o futuro, pois o futuro é um processo em constante transformação.

No Brasil, mais precisamente no interior de Minas Gerais, por obra do Professor Eurípedes Barsanulfo, uma escola nesse modelo foi implantada no início do século XX. Hoje, os modelos se multiplicam: A Escola Municipal Amorim Lima; a Escola Estadual Presidente Campos Salles e as particulares “Politeia” e “Lumiar”, todas na cidade de São Paulo, são alguns dos exemplos mais recentes de escolas que procuram oferecer uma educação alternativa.

A Profa. Helena Singer, que segundo a própria, foi a responsável por conceber a Lumiar, primeira Escola Democrática no Brasil, na era contemporânea, diz em seu livro que as características de uma escola nesse modelo são: “a gestão participativa, com processos decisórios que incluem estudantes, educadores e funcionários: e organização pedagógica como centro de estudos em que os estudantes definem suas trajetórias de aprendizado, sem currículos compulsórios”. (SINGER, 2010, p. 78).

4. EDUCAÇÃO POPULAR

Termo ligado ao educador Paulo Freire, a Educação Popular tem princípios semelhantes ao da Educação Democrática, principalmente no que tange ao respeito ao aluno, desde o tratamento, até a valorização da cultura popular. Nos locais em que a Educação Popular está presente, não são utilizadas cartilhas pré-determinadas por qualquer órgão governamental. A prática educativa parte da bagagem trazida pelos alunos, de suas experiências e de seu cotidiano. Tem como objetivo a formação de cidadãos críticos e participativos, que tenham condições de ler o meio social em que estão inseridos, bem como, promover ações para transformá-lo.

Paulo Freire desempenhou um papel essencial para a Educação Popular, no Brasil e em toda a América Latina. Estabeleceu todo um processo integrado de educação iniciado por um método de alfabetização com trabalhadores populares que se reuniam para discutir assuntos de seus cotidianos, sempre vinculados às suas experiências de vida. A partir dessas conversas, chamadas de círculos de cultura, o educador abordava temas trazidos pelo grupo. Partindo desses debates, surgiam então os temas geradores e estes passavam a ser desenvolvidos por meio de um método dialógico.

A proposta de Freire partia da realidade dos educandos e rompia com a ideia de abordar assuntos específicos. Isto é, não seria aceita uma educação com temas previamente estruturados, exercícios mecânicos, pois, essa forma de ensino era vista pelo mesmo como “educação bancária”, onde o educador depositava em seus alunos o seu saber. Sendo assim, Freire trabalhava na perspectiva de trocas de saberes, na qual educador e educando aprendem juntos, rompendo com qualquer relação de autoritarismo, para que assim pudesse ser desenvolvido um trabalho de criticidade e de conscientização.

O método (ou sistema) criado por Paulo Freire teve como objetivo não apenas a alfabetização, mas visava também a libertação, despertando as pessoas para a cidadania, fazendo com que cada aluno se tornasse crítico e pudesse exercer seu papel social e político dentro da sociedade.

Ao assumir a Secretaria Municipal da Educação do Estado de São Paulo (1989-1991), Freire propôs escolas mais autônomas, com mudanças estruturais, como: formação permanente do professor, para formar educadores com postura pedagógica diferenciada; um programa de alfabetização de jovens e adultos e trabalhar a educação de forma interdisciplinar. Criou o projeto MOVA – São Paulo (Movimento de Alfabetização da Cidade de São Paulo), levando os princípios da Educação Popular para espaços de educação não formal.

Em suas últimas obras, Paulo Freire demonstrava uma enorme preocupação com a educação que homens e mulheres necessitariam mais adiante, já que questões como: globalização,

capitalismo, surgimento dos nacionalismos, racismo, violência e individualismo cresciam a cada dia não só em âmbito nacional, mas mundial.

Tendo em vista preocupações como estas, Freire contribuiu com a ideia de uma sociedade multicultural, onde é preciso que se estabeleça uma ética e se valorize uma cultura diversificada. Assim, deixou aos educadores e aos futuros educadores sua mensagem e mostrou a responsabilidade de educar uma pessoa para saber ouvir, se atentar à diversidade e saber respeitar toda e qualquer diferença.

Por despertar tantos assuntos polêmicos quanto às mudanças necessárias para a educação, Paulo Freire ainda hoje é considerado um revolucionário da educação de adultos, principalmente em países de terceiro mundo e na América Latina, sendo estudado também por filósofos, religiosos, historiadores, e profissionais de diversas áreas do conhecimento.

De acordo com Moacir Gadotti (1989)

Depois de Paulo Freire ninguém mais pode ignorar que a educação é sempre um ato político. Aqueles que tentam argumentar o contrário, afirmando que o educador não pode fazer política, estão defendendo uma certa política, a política da despolitização. Não estamos politizando a educação. Ela sempre foi política. Ela sempre esteve a serviço da classe dominante.

Em 1993, Paulo Freire concedeu uma entrevista à Nilcéia Lemos Pelandré, posicionando-se em relação à prática educativa.

Eu preferia dizer que não tenho método. O que eu tinha quando muito jovem, há 30 anos ou 40 anos, não importa o tempo, era curiosidade de um lado e o compromisso político do outro, em face dos renegados, dos negados, dos proibidos de ler as palavras, relendo o mundo. O que eu tentei fazer e continuo hoje, foi ter uma compreensão que eu chamaria de crítica ou de dialética da prática educativa, dentro da qual, necessariamente, há uma certa metodologia, um certo método, que eu prefiro dizer que é método de conhecer e não método de ensinar.

Freire afirmava que ninguém é marcado para ser, e também não se nasce educador, mas nos fazemos e nos formamos educadores, durante a prática e a reflexão sobre a prática. Para ele, o educador tem o dever de desafiar os alunos a perceberem que aprender determinados conteúdos é apreendê-los enquanto objeto de conhecimento.

Sob a influência de Freire, surgiram no Brasil, diversas experiências baseadas em sua obra. O CPCD (Centro Popular de Cultura e desenvolvimento) em Minas Gerais é um dos exemplos mais recentes de pessoas que procuram uma educação alternativa.

A questão norteadora de nossa pesquisa foi: O CIEJA Campo Limpo - SP é um local no qual se pode notar os princípios da educação Popular e/ou das escolas democráticas? Para responder a essa pergunta, passamos nove dias no local fazendo a nossa pesquisa de campo, observando e entrevistando educadores, gestores e educandos. No tópico a seguir, descreveremos resumidamente nosso estudo.

5. CIEJA Campo Limpo (CIEJA-CL): estudo de caso

O Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) foi criado em 2003 pela Secretaria de Educação do Município de São Paulo. Originaram-se dos antigos CEMES (Centro Municipal de Educação Supletiva) que sofreram avaliações, mudanças de formato e mudanças curriculares.

Os CIEJAs são unidades educacionais que promovem, como direito público e subjetivo, a educação de jovens e adultos, numa ação educacional que considera as características dessa população; contempla novas formas de ensinar e aprender e implanta um modelo que articula a Educação Básica, Ensino Fundamental e a Educação Profissional de nível básico (CNE, 2000).

O CIEJA Campo Limpo é uma casa transformada em local de aprendizagem e produção de cultura. É completamente distinta das chamadas escolas tradicionais. Seus portões estão o tempo todo abertos. Possui uma biblioteca com mais de dez mil títulos que está aberta a qualquer um que queira ler, sem precisar fazer qualquer cadastro. Impressiona pela limpeza e conservação do local. No CIEJA-CL, o espaço é realmente público, não estatal.

Passamos nove dias dentro do CIEJA-CL. Durante os quatro primeiros, na semana de carnaval, não houve aulas para os alunos, mas os professores

participaram de um curso de capacitação. Ao acompanharmos e observarmos tal ação, lembramos que investir na formação continuada dos professores é, sem dúvida, compreender que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (FREIRE, 1997).

Quando as aulas foram retomadas no CIEJA-CL encontramos o jovem W, de quinze anos. Morador do Capão Redondo disse que esta é uma das regiões mais carentes e que mostra como a sociedade é injusta, pois, muito próximo dali vivem pessoas de uma das regiões mais abastadas da cidade de São Paulo. W. foi reprovado por três vezes no nono ano do ensino fundamental, sentia-se humilhado quando olhava os colegas de sala, todos mais novos. W. era apontado por todos na escola, considerado por si mesmo e pelos demais como incapaz de aprender, abandonou a chamada escola tradicional.

Antes o mais velho da turma, agora W. se vê em posição completamente distinta, é o mais novo de sua classe no CIEJA. Mas isso não tem a menor importância, pois segundo W., o respeito impera no local, professores, alunos e funcionários se misturam de tal maneira que, para quem chega lá pela primeira vez, torna-se impossível saber quem é quem. Ao contrário do que muitos pensam, W. está recuperando mais do que o tempo perdido, está recuperando a autoestima destruída pela escola tradicional.

Para Paulo Freire, a educação é uma experiência especificamente humana, uma forma de intervenção no mundo (FREIRE, 1997) e por conta disso, interferir e melhorar a realidade local é algo obrigatório nos grupos de estudo. No livro “A volta ao mundo em 13 escolas”, a aluna M., de 40 anos, conta que a turma encaminhou à prefeitura o pedido de um semáforo para uma rua difícil de atravessar. Não era apenas um pedido, tratava-se de um estudo realizado em sala de aula. O pedido foi aceito e o semáforo foi instalado. (GRAVATÁ, 2013).

Transformar a realidade por meio da educação é algo que Paulo Freire sempre buscou, proporcionando autonomia para seus alunos, para ele, “aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não uma manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade”. (FREIRE, 2011, p. 14).

Um dos aspectos que nos chamou atenção na proposta pedagógica foi que os horários são flexíveis. As aulas duram três horas, e se um aluno, por ventura, perde a aula da manhã, ele pode

assistir aula no período da tarde. Com uma medida simples, o CIEJA-CL, respeita os alunos e diminui consideravelmente o número de faltas. Bom senso foi um dos assuntos discutidos por Paulo Freire no livro *Pedagogia da Autonomia*, e o CIEJA-CL mostra que possui esse entendimento.

O Parecer CNE n.º 11/2000 defende que muito mais do que um profissional aligeirado e de boa vontade, o professor deve ter bagagem acadêmica e experiência para que possa nutrir as necessidades dos alunos, tanto gerais, como específicas. Além de possuir capacidade de interação e diálogo com este público diferenciado, quando comparado ao perfil dos demais alunos da rede pública municipal regular.

Os professores que atuam no CIEJA-CL nos disseram que escolheram o local por acreditarem na proposta pedagógica. São todos professores concursados da rede municipal e que por decisão própria, precisaram passar por uma entrevista e prova, mas foram trabalhar ali porque se identificaram com a proposta.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se aprende hoje na escola já estará desatualizado quando o aluno sair de lá. Os alunos que são estimulados desde cedo a questionarem, estarão sempre em busca de novas perguntas, pois aprenderam que a pergunta é tão importante quanto a resposta. As respostas, nós podemos buscá-las num livro ou no computador. Mas a pergunta, essa é uma ferramenta em constante crescimento, com características únicas que variam segundo cada pessoa, que implicam em criar e estabelecer relações entre critérios que envolvem a resolução de problemas e possibilitam a construção de novos conhecimentos.

A escola nos torna mais ignorantes quando nos dá respostas prontas, matando assim, as perguntas, a curiosidade e a capacidade de aprender. Aprender tem como característica, processos diversos e individuais. Por isso, não faz o menor sentido seguir um programa em São Paulo ou no Amapá com o mesmo currículo. Aprender deve ser um processo contínuo no qual os saberes são valorizados e respeitados. A aprendizagem significativa só pode estar fundada no interesse, na vontade e na curiosidade. O verdadeiro princípio do interesse é o que reconhece a correspondência entre o fato que deve ser aprendido ou a ação que deve ser praticada e o agente que por essa atividade se vai desenvolver.

Para Rubem Alves (2001), essa ideia de mudança é retratada de forma metafórica, na imagem da transformação do milho em pipoca, que só acontece de dentro para fora.

O CIEJA-CL é sim uma grande “panela”, que permite aos que ali estão estourarem e se transformarem de dentro para fora. Um local que promove a Educação Popular e valoriza a democracia. Boa parte do seu projeto é organizado segundo as ideias e premissas de Paulo Freire. Vincular os estudos com a realidade e transformá-la, promover a autonomia dos alunos e respeito ao conhecimento popular, são objetivos do CIEJA-CL.

Constatou-se, nas observações e entrevistas, a permeabilidade da escola investigada com o meio, o que a faz estabelecer uma grande rede de relações com outras entidades de atendimento assistencial e cultural.

O comprometimento de todos os envolvidos no processo de ensino/aprendizagem faz do CIEJA-CL uma referência em Educação de Jovens e Adultos e mostra o quanto é possível desenvolver um projeto transformando a vida das pessoas e garantindo os princípios democráticos.

Os dados da presente pesquisa de Iniciação Científica contribuem para a literatura, uma vez que mostram uma escola diferente e comprometida, contrariando hipóteses de que os locais destinados à educação de jovens e adultos apenas oferecem uma educação aligeirada ou mesmo que a educação popular se dá apenas em locais de educação não formal. Para estudos futuros, sugere-se a observação de um número maior de CIEJAs, em outros locais do município, com a perspectiva de analisá-los e compará-los.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. *A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica- CNE (2000), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, parecer número 11, relator conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury. Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso: 20 de Junho de 2013.

- ESTEBAN, M.T. Educação Popular: desafio à democratização da escola pública. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n.71. p, 9-16, jan./abr, 2007.
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: o nascimento da prisão. 41. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- FREIRE, Paulo & Shor, I. Medo e ousadia: o cotidiano do professor. 13. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, Paulo. Debate com os Professores Mineiros. Belo Horizonte: Departamento de Educação do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais. Caderno nº 1, abril, 1981.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo, et alli. Pedagogia: diálogo e conflito. São Paulo: Cortez, 1995.
- GADOTTI, Moacir. Convite à leitura de Paulo Freire. São Paulo: Ed. Scipione, 1989.
- GADOTTI, Moacir. Paulo Freire: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez – IPF, 1996.
- GALEANO, Eduardo. De Pernas Pro Ar: a escola do mundo ao avesso. Porto alegre, RS: LP&M, 2011.
- GRAVATÁ, A. et al. A Volta ao Mundo em 13 Escolas. São Paulo: Fundação Telefônica. A.G, 2013.
- SAVIANI, Demerval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.
- SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Bullying: mentes perigosas nas escolas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- SINGER, Helena. República de Crianças: sobre experiências escolares de resistência. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010.

INFRAESTRUTURA E ECONOMIA DO BRASIL UMA HOMENAGEM A CELSO FURTADO

¹Paulo Losinskas

¹ Universidade Ibirapuera
Av. Interlagos, 1329 São Paulo – SP, Brasil
plosinskas@gmail.com

Resumo

O presente artigo foi elaborado com base na leitura do livro “Formação Econômica do Brasil”, de Celso Furtado. Assim, tomou como premissa as afirmações e considerações trazidas no livro, contudo busca fazer uma leitura das entrelinhas, identificando na falta de investimento e desenvolvimento de infraestrutura os problemas estruturais e a inconstância econômica vivida pelo país desde o descobrimento até os dias atuais. A abordagem se inicia com um histórico dos ciclos econômicos brasileiros e após passa a fazer um comparativo com o que havia de infraestrutura durante esses ciclos, traçando um histórico da infraestrutura no Brasil até os tempos atuais.

Palavras-chaves: Celso Furtado, economia brasileira, Brasil atual.

Abstract

This article was prepared based on the reading of the book “The Economic Growth of Brazil” Celso Furtado. Thus, it is taken as a premise statements and considerations brought in the book, but seeks to make a reading between the lines, identifying the lack of investment and infrastructure development structural problems and economic instability experienced by the country since the discovery to the present day. The approach begins with a history of Brazilian economic cycles and after will make a comparison with what was infrastructure during these cycles, tracing a history of infrastructure in Brazil to the present times.

Keywords: Celso Furtado, Brazilian economy, Brazil today.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, desde a descoberta, passando pelo período colonial e até o pós-colonial, o Brasil se acostumou a experimentar períodos de grande crescimento e expansão econômica, com setores produtivos tendo destaque internacional, obtendo marcas expressivas, dominando certos nichos mercadológicos, tal qual foi a produção de açúcar, de algodão, de borracha, etc., fomentando grandes expectativas em todo o mundo, o que ocasionou períodos em que todas as atenções se voltassem para o país.

Contudo esses períodos logo eram ultrapassados, o país que antes era o destaque sofria com a variação do mercado internacional, do qual era, até boa parte do período pós-colonial, inteiramente dependente, trazendo de volta a realidade de queda econômica, frustração dos investidores e apostadores, dificuldades para população com baixa renda, seguido pelo quase abandono ou superação da exploração econômica de determinado produto tropical que seria substituído por outro que vivenciaria a mesma cadência.

Esses ciclos de grandes ganhos econômicos e expansão de setores da economia seguidos invariavelmente por um movimento de queda e redução dos fluxos de capitais e renda são experimentados pelo país desde sempre, como se passará a demonstrar paulatinamente.

Foi assim que ocorreu com o ciclo de exploração do açúcar, principal produto brasileiro no período colonial, que começou a ser produzido tão logo tenha sido identificado o potencial produtor do novo território descoberto e que, a princípio, não demonstrou possuir atributos, leia-se quantidade economicamente interessante, de minérios valiosos a serem extraídos.

A produção de açúcar se deu basicamente por duas razões: (I) a necessidade de ocupação da nova terra como forma de evitar invasões e (II) os investimentos realizados pelos holandeses que, além

de financiarem toda a tecnologia necessária para a produção, ainda se incumbiam da distribuição do açúcar no mercado europeu. Nessa época, o Brasil se destacava na produção do produto, sendo o principal produtor mundial.

O setor açucareiro passa a enfrentar dificuldades tão logo surjam novos players no mercado mundial, que trouxeram concorrência com a qual o país, ainda colônia, não tinha condições de competir. As dificuldades são agravadas pelo desenvolvimento de novas técnicas de produção, que não foram incorporadas no Brasil e ainda pelos diversos problemas com a escassez e a necessidade de especialização da mão de obra que foram entraves constantes durante todo o Brasil Colônia.

Somadas, todas essas questões, invariavelmente, ou representavam a necessidade de baixa dos preços como forma de manutenção da atratividade dos produtos brasileiros, o que trazia a contrapartida que era a retirada do interesse dos grandes produtores agrícolas locais em razão da queda da relação custo x benefício, ou então, exigia a elevação dos preços a patamares que os tornavam inviáveis para o comércio internacional, vez que outros países ou colônias detentores de melhor estrutura e infraestrutura conseguiam praticar o comércio com valores mais baixos e, portanto, mais atrativos aos compradores.

É nesse momento, quase duzentos anos após o início da produção e exploração do cultivo da cana de açúcar é bem verdade, que esse produto tropical enfrenta a seu período de calvário e queda do interesse econômico e de exploração, muito embora jamais tenha sido completamente abandonado no Brasil, permanecendo até hoje como um dos principais produtos brasileiros.

Numa tentativa de escapar desse cenário de perdas econômicas e influenciados por pensadores que podem ser considerados modernos para épocas, como Pascoal, algumas partes do território nacional se lançaram na tentativa de cultivar produtos tropicais

diferentes do açúcar, tal como se passou no Maranhão com o algodão ou na Amazônia com a borracha, mas experimentaram o mesmo cenário que o restante do país, ou seja, um período de grande prosperidade seguido de brusca queda no valor das commodities e conseqüentemente do mercado, que é praticamente abandonado e substituído por outros que enfrentaram

o mesmo ciclo de crescimento e queda.

Embora regionalizadas, a produção do algodão no Maranhão ou da borracha na região amazônica ilustram bem o cenário de breve prosperidade e altos ganhos em curto espaço de tempo, substituídos por enorme decadência e crise eterna.

Ambos os territórios ficam na região norte do país, que até hoje enfrenta problemas de desenvolvimento e é considerado uma das regiões mais carentes do território nacional, muito embora tenham experimentado momentos de riqueza e desenvolvimento acima da média nacional no período de bonança.

No Maranhão, onde se deu o início à exploração algodoeira, a expansão e a elevação dos ganhos econômicos foi extremamente rápida e alta, pois em questão de menos de um ano, um porto que estava acostumado a receber um ou dois navios por ano passou a ter a presença de cento e cinquenta embarcações nos mesmo espaço de tempo. Em parte, o cenário mundial de guerras favoreceu a região, que era a única disponível para produção e que acabou abastecendo o mercado europeu durante o período de exceção, porém, tão logo as disputas bélicas são definidas, mais uma vez ocorre a invasão do mercado por novos países produtores, sendo que a região não teve condições de competir, a exemplo do que se tinha passado com o setor açucareiro.

Especificamente no mercado de algodão, o início do movimento que hoje é identificado como Revolução Industrial foi terrível para os produtores maranhense, isso porque a industrialização se iniciou pela produção de produtos que utilizavam o algodão como matéria prima, porém sem a capacidade de competição no mercado internacional em razão das

condições precárias que possuía, o algodão brasileiro simplesmente foi preterido pelo algodão Norte Americano, que além de ser produzido a valores mais baixos, também contava com um sistema de logística próprio, ou seja, os americanos que haviam acabado de conquistar sua independência já possuíam navios próprios que faziam o transporte da matéria prima para a Inglaterra que, por sua vez, produzia os derivados do algodão e fornecia para todo o mundo. Assim, a produção brasileira logo decaiu, voltando-se para o mercado interno que não possuía grande capacidade financeira e a região voltou a enfrentar dificuldades econômicas que até hoje talvez ainda não tenham sido superadas.

Concomitantemente à exploração do algodão no Maranhão, o resto da colônia que enfrentava a crise com queda do preço do açúcar buscava outras fontes de renda mais rentáveis e localizou na exploração dos minérios uma boa oportunidade. Contudo esse período de exploração foi curto e evidenciou ainda mais a precariedade da infraestrutura da colônia, pois não havia tecnologia suficiente para a realização plena da atividade de extração, sendo um trabalho manual que dependia basicamente da exploração e procura pelos metais preciosos em leito de rios, sendo também dificultado pela falta de infraestrutura para transporte dos metais do interior para o litoral do país. Assim, a própria atividade extrativista de minérios já representava uma dificuldade, porém, ainda que ultrapassada essa etapa, o escoamento dos metais preciosos também era extremamente penoso pois era necessário que toda riqueza fosse conduzida até os portos para escoamento tendo como destino final Portugal. Contudo, não havia uma infraestrutura capaz de suportar tal ônus de modo que a atividade não perduraria por muito tempo com destaque.

Já nos últimos anos do Brasil Colônia se inicia o cultivo de outro produto tropical que representou bem essa situação de economia primordialmente dependente de um produto agrícola, que sustentava outros mercados que dependiam diretamente dele, que foi o café que passa a ser fortemente explorado a partir do início do século XIX e se mantém estável

durante um período relativamente longo da história do Brasil, exercendo importante papel na evolução do país e focalizando o desenvolvimento nas regiões em que o produto é cultivado, ou seja, na região sudeste, o que resultou no cenário que temos nos dias atuais de cidades maiores, com uma maior importância econômica e de fluxos mais vultosos de cifras e comércio.

É importante destacar que desde o descobrimento, o país possui um problema endêmico que é a falta de interligação entre as regiões, que é dificultado também em razão da enorme porção territorial que detém. Isso fez com que toda a produção e os impactos da prosperidade ou da queda econômica sempre fossem sentidos em espaços geográficos limitados, como a baixa dos preços do algodão arruinou a região do Maranhão, da borracha afetou a região amazônica, as crises do açúcar atingiram fortemente a região nordeste e o desenvolvimento trazido pelo cultivo do café tornou o sudeste a região mais rica do país.

Essas constatações históricas demonstram que as regiões do país sempre estiveram desconectadas, o que não permitiu se pensar e estruturar um conceito de desenvolvimento de país, numa unidade federativa. Por outro lado, como não era possível um intercâmbio regional de produtos produzido no país, toda a economia era baseada no mercado internacional e qualquer fator que alterasse esse mercado impactava seriamente os produtores brasileiros que não possuíam alternativa de escoamento da produção, vez que o consumo interno estava inviabilizado pela impossibilidade de comunicação entre o território nacional.

Esse era o ciclo da economia brasileira que vivia numa verdadeira montanha russa econômica, com grandes subidas seguidas de grandes quedas, cenário que, num olhar mais cuidadoso e amplo, é possível ser identificado nos tempos atuais onde o Brasil foi durante alguns anos apontado como um destaque de desenvolvimento econômico e agora volta a enfrentar um cenário de queda nas expectativas internacional e alta dos problemas econômicos.

Mas por trás dessas questões, há outro aspecto que deve ser destacado e que também apresenta um ciclo de prosperidade seguido por outro de abandono, que são os investimentos em infraestrutura, aspecto primordial para o desenvolvimento econômico de qualquer país.

No Brasil, essa noção de importância também pode ser notada, mas por diversas questões jamais houve a implantação prática de uma infraestrutura capaz de dar vazão à produção nacional e sustentar o crescimento econômico do país, sendo, em última análise, o verdadeiro gargalo econômico brasileiro. O popularmente chamado gargalo da economia não está no setor produtivo, mas sim na questão da infraestrutura, conforme se passa a demonstrar.

2. HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA NO BRASIL

Tão logo chegaram ao Brasil, os descobridores portugueses iniciam as buscas pela melhor forma de exploração econômica do novo território. Identificaram nas terras abundantes e clima propício um enorme potencial para agricultura, que além da questão econômica também representa uma forma de ocupação do territorial capaz de repelir a intenção de invasores de se instalarem na colônia de forma clandestina.

Nesse período já surge o primeiro impedimento ao desenvolvimento de cultura de exploração agrícola, que é a inexistência completa de infraestrutura, algo que somente é superado com a vinda de investimentos holandeses, que financiaram o início do cultivo e da exploração da cana de açúcar e propiciaram o escoamento da produção para a Europa, além da distribuição do produto naquele continente.

O acordo feito entre Portugal e Holanda previa que os investimentos feitos pelos holandeses, seriam recuperados por esses através da exploração da infraestrutura também mantida por eles.

Os problemas na economia colonial baseada da exploração do açúcar se iniciam com a retirada dos investimentos holandeses que passam a investir em outras colônias na América.

A colônia portuguesa não estava pronta para caminhar sem o capital e a estrutura proporcionada pelos holandeses, pois não houve investimento para que a colônia pudesse manter, por suas próprias forças, a produção e o preço em patamares competitivos.

O ciclo seguinte, da exploração mineral, enfrenta barreiras ainda maiores na questão da infraestrutura, primeiro porque não havia estrutura para a realização da atividade, sendo que boa parte dessa exploração dependia da sorte, isso porque os exploradores se fixavam em pequenos riachos e extraíam os metais preciosos de seus leitos através de técnica de peneirarem, ou seja, eram passadas manualmente peneiras no leito do rio na expectativa que, no meio da terra, se localizasse ouro.

Assim, se o metal precioso não se encontrasse na superfície, jamais seria localizado. Da mesma forma, não havia exploração de minas. Após extraído o metal, era necessário fazer seu escoamento para a metrópole, algo que representava enorme dificuldade para o explorador, pois não havia infraestrutura para o transporte, uma vez que a extração dos minérios se dava no interior do território brasileiro, em especial na região de Minas Gerais e Goiás, e precisava chegar até o litoral onde seria enviado à Portugal por via oceânica.

Sem uma infraestrutura capaz de suportar esse fluxo do interior para o litoral, boa parte da rentabilidade do negócio se perdia, pois os custos de logística eram elevados, a perda de mão de obra era considerável e a tecnologia de exploração, embora já existisse em grau mais elevado na América espanhola, não foi trazida para o Brasil. Mais uma vez, não

houve investimentos para dar suporte capaz de manter a atratividade do negócio.

Nesse cenário, o resultado não poderia ser outro que não a rápida decadência do setor, que não suportou as precárias condições a que estava exposto, tendo o destaque por um breve período de cerca de 20 anos, sendo praticamente abandonado após isso.

Concomitantemente ao início e declínio da exploração mineral, na região do Maranhão houve um início de planos de investimentos em infraestrutura na região, que, como dito, rumou para a exploração do algodão.

A região passou a receber mais de cem vezes o número de barcos em seus portos do que em todo o período anterior, e vivenciou uma das fases mais prósperas de sua economia e com melhor renda da população.

No entanto, os investimentos e o modo de produção foram superados pela concorrência americana, que teve investimentos em tecnologia de produção, se beneficiando da revolução industrial que teve início na Inglaterra e outro fator muito importante que foi a existência de uma frota naval própria capaz de dar escoamento a produção.

Assim, os novos métodos adotados, que possibilitavam uma maior produção com custos menores, aliado a um eficiente sistema de escoamento próprio, que também auxiliou na redução dos custos, se destacando ainda pela independência de outros países para comercializar os produtos, representaram uma enorme vantagem para os Norte-Americanos, sendo a região maranhense incapaz de competir com esse mercado, sendo então levados ao que se pode classificar de ruína. Note-se que até esse momento da história brasileira não se falava em desenvolvimento de infraestrutura. O país não possuía nenhuma linha férrea, tinha portos precários, o que se tinha como estrada eram caminhos traçados pelos índios, a produção era basicamente agrícola e voltada para exportação

de modo que o mercado interno pouco absorvia do que era produzido e a população também dependia daquilo que era importado para suprir suas necessidades.

As regiões brasileiras estavam isoladas, aproveitando seus períodos de prosperidade ou sentindo os efeitos da derrocada econômica, sempre influenciados pelos movimentos do mercado internacional, sem que houvesse circulação de riqueza internamente no país que não mantinha um mercado interno estável e circulante.

O próximo período da história do Brasil, que é representado pelo fim da época colonial, aliado com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, é onde começa a se perceber a importância da realização de investimentos para a expansão da economia.

Logo na sua chegada uma série de medidas foram tomadas no intuito de melhorar as condições econômicas e de qualidade de vida na colônia. É bem verdade que dificilmente se definirá se o intuito dessas medidas era de fato o crescimento e o desenvolvimento da colônia ou então uma forma de suprir as necessidades da própria família real, que seria abastecida por produtos importados da Europa, o que exigia certa estrutura capaz de tornar esse consumo mais ágil.

As medidas de caráter econômico mais marcantes que foram tomados pela coroa portuguesa nesse período foram a abertura dos portos e a criação do Banco do Brasil. A primeira medida permitiu o aumento de entrada de produtos importados aumentando a atividade comercial já a segunda tinha como objetivo financiar a criação de empresas manufatureiras no território nacional.

É bem verdade que a renda da população era baixa, o que não permitia que o comércio se expandisse de forma considerável já que a capacidade de

absorção do mercado interno era baixa e que o Banco do Brasil viria a falir poucos anos depois.

Até o fim do período colonial, esse era o cenário que se tinha, ou seja, quase nenhuma infraestrutura foi criada. A colônia brasileira efetivamente nada criou para si própria, sendo incapaz de se manter economicamente sem o comércio internacional. Se essa atividade estivesse num fluxo favorável, a colônia experimentava enormes benefícios, se houvesse qualquer alteração nesse cenário, da mesma forma, os efeitos seriam imediatamente sentidos no território brasileiro.

É somente a partir da segunda metade do século XIX, pós-declaração da independência, que se pode considerar que começaram as grandes transformações e reformas que deram início ao processo de desenvolvimento de uma infraestrutura nacional, sendo figura de destaque nesse sentido o Barão de Mauá.

Foi Barão de Mauá que possibilitou a construção das ferrovias Estrada de Ferro Mauá e a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí que juntas viriam a se tornar a “espinha dorsal do País em matéria de infraestrutura de escoamento da produção agrícola”, isso porque era através delas que passavam toda a produção do sudeste do Brasil que era então escoada até os portos de onde partiam para a Europa.

Visualizando o cenário passado nos dias atuais fica evidente que os benefícios resultantes da infraestrutura desenvolvida naquela época na região sudeste trazem reflexos até hoje. Isso porque, com a criação da infraestrutura de transportes, o custo de produção foi reduzido, beneficiando o comércio e a circulação de riqueza nessa região, que então acabou por se desenvolver mais que o restante do país que não contava com os mesmos benefícios ou facilidades, criando um abismo de crescimento econômico entre as regiões integrantes do território brasileiro, algo que ainda perdura.

Apesar de um período de grandes e importantes investimentos realizado na segunda metade do século XIX, boa parte deles impulsionados pelo Barão de Mauá e essencialmente concentrados na mesma região do país, o início do século seguinte não seguiu a mesma tendência.

Talvez a principal empreitada que surgiu entre o início do século XX e o fim do período conhecido como República Velha, tenha sido a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Esse empreendimento interligaria a região de Guajará-Mirim até o Rio Madeira, em Porto Velho, e tinha como objetivo possibilitar o escoamento da borracha extraída na Bolívia e na região amazônica para a Europa e Estados Unidos.

Diferentemente do fenômeno ocorrido na região sudeste, esse empreendimento não logrou êxito em atrair para a região um intenso desenvolvimento social e econômico, o que pode ser explicado em razão da localização de difícil acesso, em território enraizado na floresta amazônica, na forma de produção, pois os seringueiros adentravam a mata, identificavam a seringueira de onde retiravam o látex e tão logo aquela árvore tivesse sido completamente explorada, partiam em busca de outras, ou seja, não havia fixação local como nos campos de plantação do sudeste que em que a área de plantio era definida e delimitada, sendo que a população se instalava definitivamente no espaço geográfico.

Outro aspecto que pode ter contribuído para o insucesso do projeto foi justamente a sua construção tardia. A região amazônica já explorava a borracha desde a segunda metade do século XIX, sendo que cidade como Belém e Manaus se desenvolveram muito a partir da economia advinda desse mercado, e a ferrovia somente ficou pronta em 1912, ou seja, um ano antes da produção brasileira de borracha ser superada pela produção inglesa, que estava situada na Ásia, em especial na Malásia, local onde os ingleses plantaram sementes de seringueira levadas do Brasil,

e através do emprego de técnicas mais modernas e organizadas de produção, produziam maior quantidade e vendiam por um preço menor.

Porém, ainda que não se tenha produzido destacados efeitos logo de início, a existência da infraestrutura de transporte da borracha contribuiria muito para a retomada do posto de maior produtor mundial do produto na década de 1940.

O final dos anos 20 do século passado foi marcado pela presidência de Washington Luís que tinha como lema “Governar é fazer estrada”, demonstrando a importância que merece o desenvolvimento da infraestrutura, muito embora as ações concretas do ex-presidente tenham se limitado a declarar seu lema, uma vez que o período é marcado pela baixa nos investimentos.

Ainda que não tenha por si mesmo adotado importantes medidas, as palavras de Washington Luís podem ter sido de certo aspecto proféticas, pois ao longo de todo o século XX o Brasil deixa de lado os investimentos em infraestrutura ferroviária que vinha adotando um século antes e volta a maior parte de suas atenções para as estradas. É no século XX que o principal modal de transporte do país passa a ser o de rodovias, cenário que não indica que será alterado nesse novo século, indo na contramão da tendência de países que possuam extensão territorial tão significativa quanto o Brasil.

De toda forma, é partir desse ponto da evolução brasileira que outra tendência sobre o planejamento e desenvolvimento da infraestrutura começa a se revelar, que o planejamento por Planos, sendo que o chamado Plano Quinquenal de Obras e Reaparelhamento da Defesa Nacional, de 1939-1944, instituído pelo Decreto nº 1059/1939, que tinha como objetivo o desenvolvimento de uma infraestrutura nacional. Foi o início da era de planejamento governamental no país. Antes, as medidas somente eram tomadas em razão de necessidade já existente, enquanto sob o

prisma do planejamento, se busca antever as necessidades e realizar os investimentos de modo que não se estabeleçam gargalos ou impedimentos ao pleno desenvolvimento de qualquer atividade.

Avançando um pouco no tempo, Juscelino Kubitschek também adotou o planejamento por planos, criando o Plano de Metas. Da mesma forma o governo militar que se instalou por cerca de 20 anos no país criou os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) e o Plano Decenal (1967).

Com o advento da redemocratização e a instituição da nova Constituição o modelo de fortaleceu, agora sob a denominação de Plano Plurianual (PPA). Mas o que essa política de planejamento produziu em termos de criação e desenvolvimento de infraestrutura no período?

Cumprir destacar que logo de início, nos últimos anos da Era Vargas, houve uma elevação dos gastos primários. Juscelino Kubitschek deu continuidade nesses investimentos, sendo que do seu Plano de Metas, 70% dos investimentos eram voltados para o desenvolvimento de Infraestrutura.

Durante o regime militar, além dos planos citados, merece destaque a Resolução nº 63/1967, do Banco Central do Brasil, que permitiu a captação de recursos do exterior que possibilitaram a execução de grandes empreendimentos tais como a Ponte Rio-Niterói e a BR 230 (Transamazônica). Esses dois empreendimentos foram idealizados a partir do primeiro PND (I PND), que também possibilitou a construção das usinas hidrelétrica de Três Marias e Itaipu.

Com a análise posterior desses planos que foram criados ao longo da segunda metade do século XX, é possível afirmar que eles se preocuparam muito mais em realizar o planejamento do que colocar em prática o que foi planejado.

A cada novo presidente que se apresentava, um plano também novo era organizado, traçando novas metas de maneira independente, sem se preocupar com o que estava estabelecido num plano anterior e também sem provisionar o que viria depois. Esse fenômeno só não foi visto nos dois Planos de Desenvolvimento Nacional do período militar, muito provavelmente em razão da idéia de um governo central e autoritário que não permitia alternância política na gestão governamental, muito embora fossem trocados os chefes do poder executivo.

A partir da adoção do Planos Plurianuais (PPAs), o que se deu com a Constituição de 1988, esse caráter de falta de continuidade continua a ser percebido.

Os PPAs são meios de planejamento do médio prazo, englobando um lapso temporal de quatro anos, que se iniciam a partir do segundo ano do governo de um chefe do Poder Executivo e se encerra ao fim do primeiro do mandato posterior.

Contudo, com constante alternância política e partidária, tal ferramenta em geral, serve de desculpa pelo novo comandante do Executivo que, majoritariamente, se queixa da herança deixada por seu antecessor e rechaça qualquer ideia de continuidade das políticas públicas adotadas anteriormente, somente aguardando a oportunidade de elaborar seu próprio Plano, ignorando o que estava previsto anteriormente e pensando exclusivamente do período de seu próprio mandato.

E mesmo com essas questões, foi exatamente nesse período de pouco mais de 50 anos, que a maior parte daquilo que se pode denominar de infraestrutura foi realizado no Brasil.

Foi nesse ínterim que o modal de transporte através de estradas se fixou, sendo que atualmente o país possui cerca de 1,5 milhões de quilômetros de

rodovias, que foram construídos aeroportos em todos os Estados brasileiros, que portos foram construídos e modernizados, que fontes de energia foram descobertas e passaram a ser exploradas através de infraestrutura própria. Diversos estudos já demonstraram que investimentos em infraestrutura acarretam benefícios tanto sob o aspecto econômico quanto social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o aspecto econômico, podemos apontar a redução de custos de produção, aliado ao aumento de eficiência sistêmica, já produz efeitos suficientes para justificar o investimento. Porém, não menos importante, é possível destacar que investimentos em infraestrutura não produzem efeitos meramente econômicos, sendo difícil realizar uma dissociação com o cunho social, pois o mesmo movimento de benefícios no âmbito econômico influencia no aumento de renda da população, eleva os índices de desenvolvimento humano de um país e reduz a pobreza.

Com essas considerações, é fácil chegar à conclusão que boa parte dos problemas que foram enfrentados ao longo da história do Brasil poderiam ter sido evitados ou, quando não fosse possível, reduzidos. A falta de competitividade dos produtos brasileiros quando a existência de concorrência, a baixa renda da população são exemplos de questões que são diretamente impactadas pela criação ou não de infraestrutura.

Nos dias de hoje o país ainda enfrenta o mesmo desafio, ou seja, uma falta de infraestrutura adequada aos níveis econômicos e sociais que atingiu. A infraestrutura que existe, quando existe, é deficitária. Os portos estão ultrapassados, os aeroportos não comportam mais a crescente demanda, as ferrovias estão quase cem anos defasadas, tendo em conta o abandono dos investimentos ainda na primeira metade do século XX, e as estradas estão em condições precárias.

Tanto é assim que temos acompanhado nos últimos meses a implantação de grandes esforços governa-

mentais para a solução dos problemas estruturais. É nessa esteira que foi criada a nova Lei dos Portos, foram anunciados investimentos em ferrovias, rodovias e aeroportos, além da construção de mais uma usina hidrelétrica.

Entretanto, parece que a mentalidade social também não está plenamente desenvolvida. Da mesma forma que ocorreu com Barão de Mauá, que foi vítima de perseguições política no Império, não é tarefa das mais difíceis encontrar críticos da política de expansão da infraestrutura, vídeos contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, manifestações contra os processos de concessão de rodovias e ferrovias e também movimentos que se opõem a nova legislação portuária já em vigor.

Por isso, ao versar palavras sobre o desenvolvimento de infraestrutura é preciso ter cuidado, pois talvez os efeitos somente sejam sentidos daqui alguns anos, como no Brasil, que está a quase 500 anos atrasados nesse aspecto.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARRANZA, Luis; DAUDE, Christian; MELGUIZO, Angel. Public infrastructure investment and fiscal sustainability in Latin America: incompatible goals? Working Paper. n. 301. Paris: OECD Development Centre, 2011.

CARVALHO, André Castro. Infraestrutura sob uma perspectiva pública: instrumentos para o seu desenvolvimento - São Paulo: USP / Faculdade de Direito, 2013.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 32ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005

RIVERA C., Jorge; TOLEDO T., Patricia. Efectos de la infraestructura pública sobre el crecimiento de la economía, evidencia para Chile. Estudios de Economía. v. 31. n. 1. jun. 2004.

ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA LESÃO DE LABRUM ACETABULAR: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

¹Luiz Lima de Camargo Junior, ¹Felipe Nunes Dionísio

¹Universidade Ibirapuera – UNIB
AV. Interlagos 1329 – chácara flora, São Paulo SP
luizlimacj@hotmail.com

Resumo

O objetivo desse estudo é realizar uma revisão sobre as estratégias fisioterapêuticas utilizadas no tratamento da lesão de LLA - labrum acetabular, relacionada à traumas da articulação do quadril, degeneração, displasia acetabular, deformidades ósseas e atividades esportivas a partir de artigos no período de 2006 até 2016.

Palavras-chaves: Fisioterapia, quadril, impacto femoroacetabular.

Abstract

The aim of this study is to conduct a review of the physical therapeutic strategies used in the treatment of ALL of injury - acetabular labrum , related to the trauma of the hip joint , degeneration, acetabular dysplasia , bone deformities and sports activities from articles from 2006 to 2016.

Keywords: Physiotherapy, hip, acetabular labral tear.

1. INTRODUÇÃO

O acetábulo é uma superfície côncava, formada pelo ísquio, ílio e púbis que recebe a cabeça do fêmur que lhe permite uma articulação de amplos movimentos, em todos os planos. Esta articulação é do tipo esferoide, que possui um revestimento fibrocartilaginoso interno, chamado de labrum acetabular ou lábio do acetábulo, que está relacionado à estabilidade e propriocepção do quadril, envolvendo a periferia articular de maneira que a deixa mais segura pela pressão negativa. (Coradin et al., 2012).

Algumas anormalidades anatômicas podem comprometer o lábrum acetabular. Os três tipos de anormalidades ósseas que comprometem o labrum são: tipo cam, tipo pincer e misto. Tipo cam consiste no espessamento ósseo na região do colo cirúrgico. O Tipo pincer resulta na cobertura excessiva da cabeça femoral tornando-a mais côncava que o normal, ou seja, a fossa acetabular é mais profunda. A combinação de ambos é vista na prática clínica, sendo chamada de misto. O Contato anormal entre a cabeça femoral e o acetábulo resulta em estresse suprafisiológica que rasga o labrum acetabular, esse insulto mecânico repetitivo para os tecidos articulares, conduz à degeneração e desenvolvimento de osteoartrose de quadril. (Stephanie et al., 2015).

A lesão de labrum acetabular LLA está relacionada a traumas da articulação do quadril, degeneração, displasia acetabular e deformidades ósseas. Atividades esportivas com muitas repetições aumentam o impacto local, devido ao contato entre o fêmur proximal e a borda do acetábulo, o que pode impactar o lábio do acetábulo. Ela ocorre com mais frequência na porção anterior do quadril com movimentos de flexão ou rotação de quadril. Este acontecimento também pode ser chamado de choque ou impacto femoro-acetabular que é definido como: o encosto entre o fêmur proximal e a borda acetabular, os sintomas limita potencialmente a capacidade dos acometidos

em exercer as atividades diárias por causa da dor. Algumas pessoas estão predispostas a esse choque por deformidades ósseas, que podem ser congênicas ou de desenvolvimento, sendo uma causa comum de LLA e tem sido identificada como causa precoce de osteoartrite de quadril. (Kuhlman; Domb, 2009 e Banerjee; MCLEAN, 2011).

Seus sinais e sintomas são de início insidioso em jovens e adultos de meia idade com dor na virilha associada com a atividade, crepitações e estalidos. O quadro evolui com incapacidade para realizar atividades que exige mais do quadril. O teste que pode ser aplicado para uma possível LLA é o de provocação (FABER), Com o quadril em flexão, abdução e rotação externa, O teste é positivo se o indivíduo relatar dor. (Kuhlman; Domb., 2009).

Dor no quadril ou virilha é o principal sintoma na LLA, porém para se diagnosticar, é necessário investigar por meio de exames clínicos, exames de imagem radiológica, artrografia por ressonância magnética e tomografia computadorizada a fim de se identificar possível mecanismo de lesão, que os servem para o complemento da avaliação fisioterapêutica (Hunt et al., 2012). Segundo Garrison et al., 2007 em uma população com queixa de dor na região da virilha, 22% foram encontrados com LLA.

Devido ao alto índice de acometimentos de LLA, e pela dificuldade em encontrar protocolos fisioterapêuticos nesta abordagem, observou-se a necessidade de buscar por meio de uma revisão da literatura, mais conhecimento sobre o protocolo de tratamento de fisioterapia, reunir essas informações e traduzir para nossa língua portuguesa para que possa ser útil por profissionais que almejam este tipo de estudo.

Portanto, esse estudo tem como objetivo realizar, com base na literatura científica, uma revisão sobre as estratégias fisioterapêuticas utilizadas no tratamento da lesão de LLA.

2. METODOLOGIA

Foram pesquisados artigos nas bases de dados: Lilacs, scielo, medline de pubmed, com as palavras-chave nos idiomas português e inglês: fisioterapia, quadril, impacto femoroacetabular, hip, physiotherapy, femoroacetabular impingement. Foram incluídos artigos no período de 2006 até 2016, tanto de tratamento conservador quanto em reabilitação em pós-operatório. Foram excluídos artigos com outras patologias de quadril.

3. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Foram encontrados 52 artigos a partir das palavras-chave utilizadas, dos quais 15 foram selecionados para compor essa revisão e apenas três protocolos de reabilitação de LLA foram encontrados e resumidos na Tabela 1.

Com a hiperflexão de quadril, o contato femoral aumenta contra o acetábulo, podendo ocorrer, no entanto, alterações de suas estruturas e comprometer a articulação e conduzir o fluido sinovial no interior para o exterior, podendo contribuir para o processo chamado de consolidação articular, que resultaria em um estado vulnerável à degeneração e osteoartrite (Grant et al., 2012).

Outras alterações no quadril que comprometem o lábio acetabular, é a displasia onde ocorre a hipertrofia do lábio, cisalhamento e falta de cobertura acetabular, alterando sua mecânica. Lesões degenerativas podem dar consequência na LLA. Atividades esportivas com movimentos repetitivos que, somado a cada movimento, acarretam em pequenas lesões, quedas sobre o quadril, entre outros. (Polesello et al., 2014).

Um artigo de Beck, 2009 destaca que no caso de cirurgia no quadril, aderências pode ser observado na capsula articular devido ao processo de cicatriza-

ção, cicatriz que pode ser fina ou mais espessa de um grau muito variável, que pode interferir no movimento e colidir contra a borda do acetábulo na flexão e rotação interna, isso pode conduzir para uma ruptura do labrum.

Em atletas de alto nível Zhang et al., 2015 verificaram que tiveram maior prevalência de impacto femoroacetabular, com atletas armadores e não atletas. Embora as pessoas com morfologia óssea normal dos quadris também possam adquirir danos no labrum, por acumular o desgaste em um ritmo mais rápido. Vários fatores de risco foram identificados que incluem atividades que envolvam movimento repetitivo de quadril. É uma causa importante de dor e pode ser uma importante causa de osteoartrite na população adulta.

Também Sansone et al., 2015 reforça essa ideia que impacto femoroacetabular é uma causa comum de dor no quadril e disfunção entre os atletas. A atividade física em alta tem sido apontada, como um fator causal de esportes que incluem movimentos muitos repetitivos de flexores de quadril, como hóquei no gelo e o futebol pode causar lesão, com sintomas na região do quadril e virilha.

Esportes aéreos também podem colocar atletas em risco de lesão de quadril segundo Klingenstein et al., 2012, estudos de mecânica de arremesso demonstram que a força exercida em membros superiores exige requisitos posicionais e está fortemente ligado à rotação pélvica, que faz com que, o labrum acetabular fique suscetível à lesão, onde no tratamento é usado o Harris Hip Score que é um instrumento de avaliação específica, desenvolvido originalmente para avaliar os resultados da artroplastia total de quadril que também está sendo usado para LLA.

A universidade de Washington realizou um estudo com 52 voluntários e 18 deles com impacto femoroacetabular em adultos com idades entre 18 e

50 anos, em que quarenta e quatro por cento estavam satisfeitos com resultados do tratamento conservador e não foram para cirurgia, este achado é um complemento importante para a literatura, porque antes deste estudo, muitos especialistas do quadril havia concluído que não existe papel para o tratamento conservador. (Hunt et al., 2012).

Segundo Garrinson et al., 2007 os principais objetivos após a reparação é minimizar a dor e inflamação, proteger o tecido reparado cirurgicamente, e iniciar exercícios de movimento precoce e atentar se a descarga de peso parcial ou total no início do tratamento, seu protocolo é baseado na experiência do fisioterapeuta dividido em 4 fases, que se utiliza de alguns critérios para avançar de fase: para o progresso da Fase I a Fase II requerem amplitude de movimento maior ou igual a 75%, na fase 2 com exercícios intermediários 5-7 semanas para avançar para a Fase III, um padrão normal de marcha sem nenhum sinal de Trendelenburg. Além disso, o paciente deve ter medidas de amplitude de movimento simétricas e passiva com queixas mínimas de dor. Na fase III exercícios avançados 8-12 semanas e na Fase IV, retorno ao esporte com mais de 12 semanas. Os protocolos atuais são baseados em ciência básica e experiência clínica, enquanto estudos futuros deverão incluir medidas objetivas de resultados para determinar a progressão pós-operatória mais adequada. Disposto na Tabela 1.

Em outro estudo com quatro pacientes com sinais clínicos e confirmação de ressonância magnética de lesão de LLA, foram submetidos a um protocolo de tratamento composto em três fases. Ao longo de um período de 12 semanas, os quatro pacientes que participaram neste programa, observou diminuição da dor, aumento da força, e melhora da função.

Três pacientes tiveram alívio completo da dor, medida com uma escala visual analógica, e todos os pacientes apresentaram melhora da força muscular dos flexores de quadril (1% -39%), abdutores (18%

-56%) e extensores (68% -139%). Protocolo disposto Tabela 1. (Yazbek et al., 2011).

Tabela 1 - Protocolos de Reabilitação em Fisioterapia para Lesão do Labrum acetabular

Autor	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4
GARRISON, et al., 2007	Limitação de flexão de quadril em 90°, 25° de abdução e 10° de extensão de 10 dias a 2 semanas. Terapia aquática. Mobilizações articulares do quadril. Alongamento para rotação interna e externa. Distração do eixo longo. Tens e crio terapia. Alongamento suave dos grupos musculares do quadril.	Ênfase no fortalecimento. A terapia manual deve continuar com a mobilização se tornando mais agressiva conforme o caso. Exercícios de flexibilidade que envolve o piriforme, adutor, psoas e reto femoral semi-ajoelhado. Rotação interna resistido com faixa elástica em sedestação.	Flexibilidade e intervenções de ADM passiva deve tornar-se um pouco mais agressivo. Alongamento se torna aceitável com dor moderada. Rotação externa do quadril resistido em ortostatismo. Plíometria na água. Propriocepção. Caminhada para frente para trás e de lado.	Flexibilidade e exercícios de ADM, pode ser continuado conforme apropriado pelo fisioterapeuta. Corrida. Agilidades laterais. Atividades funcionais dinâmicos com a resistência de um sportcord. Agachamento sobre uma única perna por 3 minutos. Pular lateral por 80 segundos.

<p>Bicicleta esta- cionária inicia com ne- nhuma resistên- cia e progride gradual- mente. Isome- tria para os adu- tores de quadril, abdu- tores, exten- sores, abdomi- nais e trans- verso. Eleva- ção da perna retifica- da, para abdução, adução e exten- são. Flexão do quadril sentado usando um braço de alavanca curta.</p>	<p>Agacha- mento com bola suíça apoiada na parede e faixa elástica no joel- hos. Ponte sobre duas pernas pro- gredindo para uma perna. Estilo livre da natação na 5º semana, se os sintomas permitir. Rotação interna resis- tido com faixa elástica sentado Agacha- mento na parede com faixa elástica nos ab- dutores para a resistên- cia.</p>	<p>Pro- grama de ex- ercícios com a bola. In- strução sobre a im- portân- cia da absor- ção de choque e controle excên- trico durante o trein- amento funcio- nal. Prepara- ção para corrida e exercí- cios de agi- lidade para a próxima fase.</p>	<p>Movi- mentar- se para frente e para trás por 2 minutos Ativi- dades que simulem ativi- dades atléticas.</p>		<p>YABEK et et al.,2011</p>	<p>Enfa- tizado o con- trole da dor, na educa- ção, na estabili- zação do tronco e correção de movi- mento articular normal e in- strução para corrigir o valgo exces- sivo. Com o disposi- tivo aux- iliar para aqueles com aumento de dor ao desloca- mento, mobi- lização manual de Mai- tland (graus 1 e 2), FES, laser, fortalec- imento abdomi- nal, tran- verso</p>	<p>Mobi- lização manual de Mai- tland (grau 3 e 4) e movi- mentos combi- nados, mano- bra de rotação pélvica, dist- ração sacroí- liaca, exercí- cios de estabi- lização pélvica, adi- cionou exercí- cios, como a ponte lateral e mini- agacha- mento, flexão e extensão em orto- statismo 3x10 com carga progres- siva, ab- dução e abdução com faixa elástica 3x10,</p>	<p>Equilí- brio e proprio- cepção, força mus- cular e ampli- tude de movi- mento normal, exercí- cios de estabi- lização lombo- pélvicas adicio- nado a exer- cícios de bola Suíça e trein- amento sen- sório- motor, manuten- ção da força mus- cular (carga progres- siva) e abordar qualquer dese- quilíbrio muscu- lar per- sistente e mesmo equipa- mento</p>	
--	---	---	--	--	-------------------------------------	--	--	--	--

	e multí-firos, exercícios leves ponte, e agachamento em mãos no joelho.	lunge 3x10, flexão e extensão na cadeira 3x10, evitando a marcha com um elástico 2x1 minuto e controle valgo dinâmico com agachamento unipodal 3x1 minuto.	utilizado na fase 2 combinado com movimentos desportivos.					bicicleta para evitar muita flexão de quadril. Resumindo a orientação era focada em diminuir a flexão de quadril nos esportes.
EMARA et al., 2011	tratamento envolvido anulação da atividade física excessiva e uso de anti-inflamatória (diclofenaco de 50 mg, duas vezes por dia) durante 2-4 semanas.	Fisioterapia de 2 a 3 semanas com alongamento, exercícios (20 a 30 minutos por dia) para melhorar rotação externa de quadril e abdução em extensão e evitar o sentar em 'W'.	Avaliação dos envolvidos depois da dor aguda ter diminuído os pacientes eram instruídos para adaptar-se seguramente o alcance do movimento, evitar rotação	Os pacientes estavam ensinados para correr em uma esteira ou trilhas que sejam retas Bicicleta era para ser evitado, quando o ciclismo era inevitável, os pacientes eram orientados a elevar o banco da				

No trabalho realizado por Emara et al., 2011 todos os pacientes foram submetidos a 4 fases de tratamento conservador, Dos 37 pacientes, somente 4 foram submetidos a cirurgia, o restante, 33 pacientes, a média Harris hip score melhorou significativamente de 72 para 91. O objetivo do tratamento conservador, é para reduzir a dor e evitar mais danos na cartilagem do labrum por modificações das atividades físicas, de pessoas com impacto femoroacetabular. Disposto na Tabela 1.

Alguns autores separam o protocolo em 3 fases e outros em 4 fases, portanto na fase I da reabilitação todos os autores focam na dor e diminuição das atividades, e inicia com alguns exercícios mas Emara et al., 2011 é a única que fez o uso de anti inflamatório em seu protocolo e só na fase II inicia com exercícios onde os demais autores dão continuidade nos exercícios com mais ênfase, já na fase III e última para Yazbek et al., 2011 com atividades e exercícios mais elaborados enquanto Emara et al., 2011 nesta fase, avalia e orienta, e segue para a próxima fase e última junto com Garrison et al., 2007 sendo que ambos são as fases finais do tratamento que simulam a prática esportiva.

Encontramos poucos artigos que abordassem o tratamento não cirúrgico, de acordo com wall et al., 2013 ressalta mais pesquisa de alta qualidade, como ensaios clínicos randomizados de preferência, para avaliar o tratamento conservador versus cirurgia, é necessário para embasar a literatura baseada em evidência.

4. CONCLUSÃO

Os protocolos fisioterapêuticos para lesão labrum acetabular busca uma completa recuperação, e retorno da atividade esportiva inclusive, por volta de 12 semanas de tratamento. Porém ainda há uma escassez na literatura sobre a atuação da fisioterapia na lesão de labrum acetabular.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANERJEE, P.; MCLEAN, C. R. Femoroacetabular impingement: a review of diagnosis and management. *Current reviews in musculoskeletal medicine*, v. 4, n. 1, p. 23–32, 2011.
- BECK, M. Groin pain after Open FAI surgery: The role of intraarticular adhesions. *Clinical Orthopaedics and Related Research*, v. 467, p. 769–774, 2009.
- CORADIN, F. et al. Influência do protocolo acelerado no trabalho da fisioterapia pós operatória de lesão de labrum acetabular. p. 9–16, 2012.
- EMARA, K. et al. Conservative treatment for mild femoroacetabular impingement. *Journal of orthopaedic surgery (Hong Kong)*, v. 19, n. 1, p. 41–5, 2011.
- GARRISON, J. C.; OSLER, M. T.; SINGLETON, S. B. Rehabilitation after arthroscopy of an acetabular labral tear. *North American journal of sports physical therapy : NAJSPT*, v. 2, n. 4, p. 241–250, 2007.
- GRANT, A. D.; SALA, D. A.; DAVIDOVITCH, R. I. The labrum: structure, function, and injury with femoro-acetabular impingement. *Journal of Children's Orthopaedics*, v. 6, n. 5, p. 357–372, 2012.
- HUNT, D. et al. Clinical outcomes analysis of conservative and surgical treatment of patients with clinical indications of prearthritic, intra-articular hip disorders. *Pm R*, v. 4, n. 7, p. 479–487, 2012.
- KUHLMAN, G. S.; DOMB, B. G. Hip impingement: identifying and treating a common cause of hip pain. *American Family Physician*, v. 80, n. 12, p. 1429–1434, 2009.
- KLINGENSTEIN, G. G. et al. Hip injuries in the overhead athlete. *Clinical Orthopaedics and Related Research*, v. 470, n. 6, p. 1579–1585, 2012.
- POLESELLO, G. C. et al. Possibilidades atuais da artroscopia do quadril. *Revista Brasileira de Ortopedia*, v. 49, n. 2, p. 103–110, 2014.
- SANSONE, M. et al. Good Results After Hip Arthroscopy for Femoroacetabular Impingement in Top-Level Athletes. *Orthopaedic journal of sports medicine*, v. 3, n. 2, p. 2325967115569691, 2015.
- STEPHANIE PUN, MD1, DEEPAK KUMAR, PT, PHD2, AND NANCY E. LANE, M. Femoroacetabular Impingement. *Arthritis Rheumatol*. 2015 January, v. 67, n. 1, p. 17–27, jan. 2015.

WALL, P. D. H. et al. Nonoperative treatment for femoroacetabular impingement: a systematic review of the literature. *PM & R : the journal of injury, function, and rehabilitation*, v. 5, n. 5, p. 418–26, 2013.

YAZBEK, P. M. et al. Nonsurgical treatment of acetabular labrum tears: a case series. *The Journal of orthopaedic and sports physical therapy*, v. 41, n. 5, p. 346–353, 2011.

ZHANG, C. et al. Femoroacetabular impingement and osteoarthritis of the hip. *Canadian family physician Médecin de famille canadien*, v. 61, n. 12, p. 1055–60, 2015.

MAPEAMENTO SISTEMÁTICO DA PESQUISA: O IMPACTO DO WHATSAPP COMO REDE SOCIAL NO AMBIENTE CORPORATIVO

**¹Ronald Scapin Filho, ¹Wellington Barbosa Rodrigues¹,
¹João Roberto Ursino**

¹Instituto Sumaré de Ensino Superior - ISES
Rua Capote Valente, 1121 - Pinheiros
ronaldscapin.consultoria@gmail.com

Resumo

Este Mapeamento Sistemático tem como objetivo comprovar a relevância da pesquisa O Impacto do WhatsApp como Rede Social no Ambiente Corporativo. Sua introdução mostra fatos interessantes sobre a aplicação. Sua justificativa contempla grandes autores da comunicação e mostra como o desenvolvimento da comunicação interna e externa é importante no ambiente corporativo. Depois são apresentados os esquemas para levantamento de dados e suas análises. Fechando com a biografia pontual de autores e pesquisadores essenciais para entendimento do projeto.

Palavras-chaves: mapeamento, WhatsApp, comunicação e Impacto.

Abstract

That Systematic Map has the objective to prove the relevance of the research The Impact of WhatsApp how Social Web in the Corporative environment. The introduction shows interesting facts about the app. The justify include great authors of the communication and shows how a good internal and external communication are important to the corporative environment. After, there are the analysis of the results. Closing with a rich biography which were essential to the project understanding.

Keywords: Map, WhatsApp, communication, Impact.

1. INTRODUÇÃO

O nome WhatsApp é uma brincadeira com o trocadilho da língua inglesa “what’s up?”(e aí?). Fundado no Vale do Silício por dois ex-funcionários da Yahoo!Inc., Jan Koum e Brian Acton, teve seu lançamento oficial em 2009. A aplicação surge com a missão de gerar uma nova forma de comunicação entre as pessoas, algo que fosse melhor do que o SMS (<https://www.whatsapp.com/about>).

Redes Sociais se definem pela conexão de grupos ou pessoas com interesses semelhantes. Esses interesses podem se voltar a criar um relacionamento entre famílias quando duas pessoas se casam; relacionamentos de amizade entre duas pessoas; relacionamentos de negócios entre empresas; relacionamentos entre um grupo de pessoas que gosta de determinado filme ou livro e debate o mesmo. Estes são bons exemplos de grupos ou indivíduos que formam uma rede social (Newmann, 2003). O WhatsApp se configura como rede social, pois une pessoas com interesses semelhantes em grupos que podem compartilhar informações sobre determinado assunto alvo.

Na Campus Party Brasil 2016 foram fornecidos os dados que quantificavam o número de usuários registrados em serviços da companhia Facebook. O WhatsApp, que é um aplicativo adquirido pela empresa em 2014, tem 900 milhões de usuários no mundo (Archibong, 2016) e teve seu download feito mais de 1 bilhão de vezes na Google Play Store (<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.whatsapp>), tem 96342 avaliações na Apple Store(<https://itunes.apple.com/br/app/whatsapp-messenger/id310633997?mt=8>) e 106000 avaliações na loja de aplicativos da Microsoft (<https://www.microsoft.com/pt-br/store/apps/whatsapp/9wzdncrdfwbs>), informações fornecidas pelas próprias empresas em suas respectivas plataformas de distribuição de aplicativos. Os dados foram conferidos no dia 26/03/2016.

Entender como acontece o uso e como as empresas se beneficiam da rede social WhatsApp é o principal objetivo da pesquisa. Tendo em vista como a comunicação interna e externa das empresas mudaram com a inclusão das redes sociais no ambiente

corporativo. Mensurar os avanços na comunicação, a redução de custos e otimização de processos é o começo para entender quais são os benefícios da inclusão tecnológica.

2.JUSTIFICATIVA

O WhatsApp tem uma grande incidência de uso em países emergentes e demonstra um uso notavelmente maior do que o Facebook Messenger. No Brasil, Indonésia e África do Sul o WhatsApp é o mecanismo de mensagem social mais utilizado, como é possível ver na imagem seguinte:

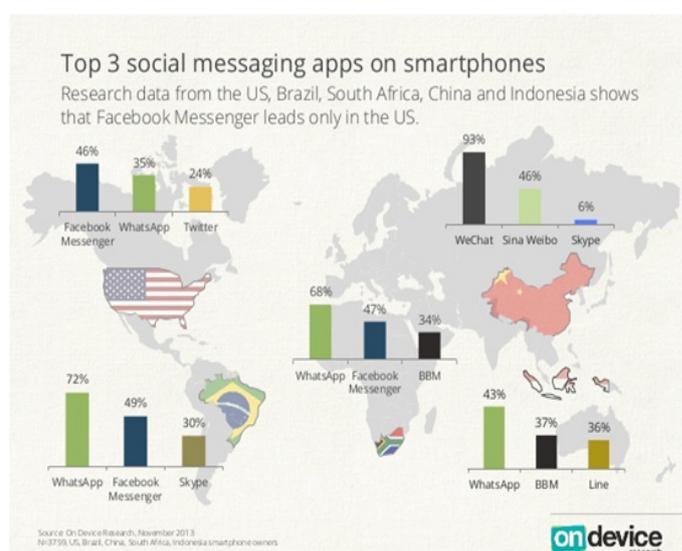


Figura 1: Gráfico que comprova a preferência de usuários brasileiros pelo aplicativo WhatsApp

Nos Estados Unidos da América há preferência pelo Facebook Messenger e na China a preferência é pelo WeChat. A pesquisa de (TELLER, 2013) comprova a grande utilização que a aplicação tem no Brasil, o que justifica quantitativamente a escolha. Quem convive na sociedade brasileira nota que ao se ter que criar um canal de conexão para conversar com alguém que se conheça, seja um indivíduo ou um grupo, o contato normalmente se dá por meio do WhatsApp. Por isso o mesmo foi escolhido para a pesquisa e não outra aplicação. A comunicação é vital para a sobrevivência e é a ferramenta social responsável pela transmissão de ideias. A comunicação é formada basicamente por três elementos: transmissor; mensagem; receptor. Pode ser transmitida por diversos canais, sejam eles imagens de televisão ou por voz (SANT’ANNA, 1977). O WhatsApp é um dos canais por onde essas mensagens são difundidas.

O canal é o meio por onde o emissor envia a mensagem para o receptor. A mensagem se adequa ao canal escolhido, podendo ser: Visual, por meio de signos e imagens, como a linguagem de libras; Sonora, com sons diversos, como palavras e músicas; Tácteis, como choques, pressões, braile; Olfativas, perfumes; Gustativas, temperos. É importante salientar que só se constitui uma mensagem quando existe uma informação a ser passada do emissor ao receptor (VANOY, 1998). O WhatsApp é um dos canais por onde estas mensagens são difundidas, unindo a possibilidade de transmissão de mensagens sonoras e visuais.

Tudo comunica algo, das roupas dos funcionários até a decoração do escritório. A promoção de determinada marca ou serviço depende de uma comunicação efetiva. Vivemos em uma época onde o excesso de informações faz com que as pessoas escolham o que consumirão e a eficácia deve ser o ponto alcançado. Deve-se fazer com que a empresa/marca/produto consiga tomar a atenção do cliente (KOTLER, 2003). A ideia de aproximação causada pelo WhatsApp, abre um caminho para a pessoalidade entre empresa – cliente, pois existe um contrato social firmado no momento em que o cliente libera o contato para a empresa. Pode-se utilizar o mecanismo para comunicar algo de interesse ou para recolher feedbacks sobre produtos e serviços.

As organizações não sofrem mudanças apenas no âmbito externo, mas também sofrem mudanças internas encadeadas pelos avanços da tecnologia. Os funcionários são seres sociais como todos os outros membros da sociedade. Dentro da empresa temos a formação de uma microsociedade, onde acontece troca de informações. Os meios pelos quais estas informações são trocadas devem ser utilizados para difundir informações corporativas, assim como para integrar e fazer com que interajam os participantes desse grupo (KUNSCH, 2007). As corporações têm sua estrutura organizacional impactada pelo uso de softwares de comunicação, entender o impacto e conseguir utilizar efetivamente os meios de comunicação é uma tarefa que pode reduzir custos, otimizar processos e criar um ambiente onde socialmente haja uma interação humana, possibilitando uma maior qualidade de vida para cada um dos integrantes.

3.Base Metodológica

Um Mapeamento Sistemático tem algumas razões para ser feito: criar uma base que evidencie determinada tecnologia ou evidencie empiricamente os benefícios e limitações de determinado método; verificar os pontos em determinadas pesquisa onde faltam informações e sugerir novas pesquisas; para prover um framework que possa criar um novo método em atividades de pesquisa. Definir como será conduzida a pesquisa, quais serão os seus alvos de estudo, qual será a forma e quais serão as questões levantadas para que se obtenha um resultado são os principais objetivos de um Mapeamento Sistemático (KITCHENHAM, 2004).

A partir desta premissa, as questões definidas para serem respondidas pelo estudo são: Existem estudos que comprovam o impacto das Redes Sociais no ambiente corporativo? Quantos artigos científicos abordam a Rede Social WhatsApp? Quais os critérios utilizados nessas pesquisas? Este mapeamento sistemático tem como objetivo determinar qual a ocorrência de pesquisas acadêmicas voltadas para Redes Sociais e seus impactos no ambiente corporativo, quantos destes comprovam o impacto do WhatsApp como Rede Social no ambiente corporativo e como foram mensurados os dados.

As etapas deste mapeamento são: Planejamento - que consiste em determinar perguntas a serem respondidas para formação do protocolo; Execução - determinar os artigos relevantes extraídos com base no protocolo elaborado; Análise do Mapeamento - analisar os artigos relevantes, traçando uma análise numérica que permita visualizar como podem ser respondidas as questões levantadas nessa etapa.

Definir meios para que seja alcançado um resultado eficiente ao pesquisar sobre determinado assunto é importante. Especificar os resultados e buscar ser o mais efetivo nos resultados conquistados. A escolha de palavras-chave exatas e que possam levar a resultados que sejam consistentes e que permitam ao pesquisador não se desfocar de seus objetivos lendo tudo o que existe dentro da literatura de determinado assunto. Isso pode ser fator crucial para que a pesquisa seja concretizada e tenha bom desfecho. Criar relações entre as ideias apresentadas por diferentes

autores e artigos permite que se crie um bom trabalho. (HART, 1998).

4. PROTOCOLO

A fonte dos artigos analisados neste mapeamento foi o Google Scholar e as palavras-chave utilizadas (selecionadas após ensaio prévio dentro da plataforma Google Scholar) foram: “comunicação mundo corporativo”, “redes sociais mundo corporativo”, “WhatsApp corporativo” e “WhatsApp empresas”.

Os critérios definidos para inclusão de resultados foram: I. Linguagem – Foram selecionados apenas artigos na língua Portuguesa e de origem Brasileira; II. Relevância – Foram selecionados artigos que estavam nas 3 primeiras páginas de resultado da fonte; III. Foram previamente excluídos resultados de livros, citações, blogs, artigos sem diagramação, artigos não disponíveis em arquivo acessível e trabalhos de conclusão de curso. Artigos que se repetem em palavras-chave diferentes, foram adicionados aos resultados de ambas as palavras-chave;

Tabela 1. Resultados de Pesquisa

Palavra-Chave	Resultados
Comunicação Mundo Corporativo	52.600
Redes Sociais Mundo Corporativo	33.900
WhatsApp Corporativo	1.250
WhatsApp Empresas	3.250

5. EXECUÇÃO

Cada palavra-chave foi submetida a uma busca no Google Scholar e eram selecionados os 30 primeiros resultados para serem analisados. Todos os Livros, Citações e páginas HTML foram excluídos e se enquadram no tópico: Resultados Desconsiderados. Cada resultado não listado como HTML, Citação ou Livro, foi acessado para prévia leitura e download do arquivo. Os arquivos foram salvos em uma pasta com o nome referente à palavra-chave pesquisada, vale ressaltar que alguns termos levaram à resultados semelhantes e o arquivo foi colocado no repositório de ambas palavras-chave).

Após ler o resumo dos artigos, dentro das pastas referentes a cada palavra-chave os

artigos passaram para uma pasta denominada: Relevantes. No último passo para a seleção dos artigos que são de fato úteis para a pesquisa, os artigos que estavam na pasta Relevantes foram lidos integralmente e destes foram extraídos os Selecionados, que foram enviados para uma pasta de igual nomenclatura.

Tabela 2. Definição de artigos Selecionados

- Foi definido que os artigos analisados devem ser apenas em português, pois segundo a empresa americana OnDevice em uma pesquisa do ano de 2013 o mercado brasileiro de aplicativos de mensagens social utiliza o WhatsApp. O que é diferente em outros países.

	Redes Sociais Mundo Corporativo	Comunicação Mundo Corporativo	WhatsApp Empresas	WhatsApp Corporativo
Artigos Totais	15	12	14	3
Relevantes	6	4	4	2
Selecionados	3	2	3	2
Resultados Desconsiderados	15	18	16	27

6. ANÁLISE DO MAPEAMENTO

A pesquisa mostra que a quantidade de artigos que abordam o tema é pequena, muitos artigos abordam a comunicação com o público externo, o que fornece dados interessantes, mas não contempla exatamente o foco da pesquisa. Em compensação, os artigos que abordam o WhatsApp e sua utilização nas corporações como meio de comunicação informal, fornecem informações ricas para o desenvolvimento da pesquisa. A variedade bibliográfica é um ponto forte em todos os artigos, o que permite que mais fontes sejam analisadas. O que contribuirá para que resultados consistentes sejam formados.

Como é possível perceber na tabela acima, muitos dos materiais disponíveis eram TCCs, o que comprova a relevância do assunto e ressalta como

as Redes Sociais estão ganhando campo em pesquisas acadêmicas. Isso mostra o interesse de entender melhor os fenômenos e no que os mesmos influenciam. Os resultados que eram citações, comprovaram a relevância de determinados artigos e ajudaram na seleção. As questões levantadas previamente puderam ser respondidas. As Redes Sociais possibilitaram o acesso à informação em alta velocidade e também possibilitaram o compartilhamento da mesma. A comunicação entre duas pessoas se torna instantânea.

Alguns artigos mostram a utilização de Redes Sociais para publicidade de empresas e também mostram o uso de Redes Sociais para que haja organização interna nas empresas. Com os critérios selecionados, 9 artigos que abordam o WhatsApp foram encontrados. Os critérios utilizados criaram um parâmetro que se adequa aos objetivos da pesquisa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nenhuma das pesquisas utiliza pesquisa de campo para conferir as influências financeiras e na velocidade de comunicação que o WhatsApp proporciona. Todas fazem muita referência teórica e falam sobre o desenvolvimento das redes sociais na sociedade e sobre como as ferramentas digitais são importantes para a publicidade da empresa. Em nenhum momento aborda-se a possibilidade de redução de custos que uma aplicação pode proporcionar.

A pesquisa se mostra viável e fica comprovado também a necessidade que é apresentada pelo mercado frente às novas tecnologias. Mensurar o quanto pode-se economizar e otimizar com meios de comunicação digitais como o WhatsApp pode ser muitas vezes uma possibilidade de mudança na realidade de comércios, indústrias e prestadoras de serviço de países emergentes como o Brasil. Foi possível criar uma base para que a continuidade da pesquisa aconteça.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NEWMAN, Mark E. J. (2003) "The Structure and Function Of Complex Networks", Department of Physics, University of Michigan, EUA.

ARCHIBONG, Ime. (2016) "Campus Party Brasil 2016" Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OSADQZ9XOwA>> (visto em 21/04/2016 às

21:00)

SANT'ANNA, Armando. (1977) "Propaganda – Teoria, Técnica e Prática", Editora Pioneira, Brasil.

KOTLER, Philip. (2003) "Marketing de A a Z – 80 Conceitos que todo profissional precisa saber", Editora Elsevier, Brasil.

VANOY, Francis. (1998) "Uso da Linguagem – Problemas e Técnicas na Produção Oral e Escrita", Livraria Martins Fontes Editora LTDA., Brasil.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. (2012) "Comunicação Organizacional na era digital: Contextos, percursos e possibilidades", Brasil.

HART, Chris. (1998) "Doing a Literature Review: Releasing The Social Science Research Imagination", Sage Publications, Inglaterra.

SIIM, Teller. (2013) "Messenger Wars: How Facebook lost its lead" Disponível em: <<https://ondevice-research.com/blog/messenger-wars-how-facebook-lost-its-lead>> (acesso em 19/06/2016)

KITCHENHAM, Barbara (2004) "Procedure for Performing Systematic Reviews", Department of Computer Science, Keele University, Inglaterra.

BREVES COMENTÁRIOS HISTÓRICOS SOBRE A NÃO EFETIVAÇÃO DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS

¹Bruno Barchi Muniz

¹Universidade Católica de Santos

Av. Conselheiro Nébias, 300 - Paquetá, Santos - SP

brunobarchi@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como escopo analisar a não realização de direitos constitucionalmente previstos.

Palavras-chaves: constituição; direitos; efetivação.

Abstract

The present work has the objective to analyze the non-fulfillment of some rights based on the constitution.

Keywords: constitution; rights; fulfillment.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar de forma breve não as crises constitucionais e dos Estados, já debatidas por pessoas muito mais aptas, mas como os ideais revolucionários impactaram na construção de constituições que são verdadeiras cartas de mentiras.

A maximização e ampliação de direitos até as fronteiras do impossível são hoje realidades normativas, distantes do mundo real. Mas quem há de ser contra os direitos conquistados a tão duras penas, não é mesmo? Qualquer mínima alteração que hoje prejudique quaisquer direitos de uma classe, mesmo que manifestamente injustos, pode ser defendida genericamente com base na “vedação ao retrocesso social”.

Da mesma forma, visualizaremos brevemente o fenômeno da proliferação das leis e dos direitos no plano ideal e a pouca observância no plano material, enquanto que a reserva do possível acabou se transmutando de uma adaptação à realidade a uma verdadeira e desinibida abdicação, por parte do Estado, em cumprir direitos que lhe são respectivos deveres, muito em razão de promessas vazias e desvirtuamento do que classicamente se espera de uma Constituição.

Nesse sentido, analisaremos também se nessa era dos direitos não estão esquecendo de algo muito importante: a quem cabem os respectivos deveres? Tudo isso não se deve apenas a uma pródiga, irresponsável e demagoga concessão de direitos a “canetadas”, mas a uma orquestrada maximização do Estado, já vinda desde o início do século passado, ampliada cada vez mais, até o colapso definitivo de um sistema. Quando iremos, enfim, olhar para a realidade?

2. DA COMPLETA AUSÊNCIA DE DIREITOS À INVOLABILIDADE TEÓRICA DE QUASE TODOS OS DIREITOS - AS GERAÇÕES OU DIMENSÕES

De fato, por muito tempo parece que houve apego à lição de Aristóteles, no sentido de que as leis devem ser feitas observando as “causas finais”. Isso significa um olhar adiante, priorizando-se o melhor estado do ser humano.

Na prática, o próprio filósofo entendia que as leis deveriam ser feitas observando não as crianças,

nem mesmo os velhos, mas o homem no seu apogeu, em seu estado máximo de vitalidade, pois a finalidade da lei não poderia se desviar de ser, realmente, a amplificação do melhor.

Inclusive por ideais cristãos definitivamente consagrados após milênios, não se há de vislumbrar ausência de proteção aos menores e aos idosos, sendo que nosso sistema normativo possui diplomas legais exclusivos para isso, destacando direitos específicos para se aplicar somente aos menores e aos idosos, em um exercício de suposta isonomia, muito embora tenda a dela transbordar em diversos aspectos.

Também com pretextos isonômicos, as mulheres hoje possuem direitos diferenciados dos homens. Pretos e índios diferem dos brancos no que se refere às cotas, feitas, mais uma vez, com o suposto interesse em tornar iguais os direitos.

O Estado do Bem-Estar Social é uma realidade e parece que não nos livraremos dele tão cedo, se é que queremos dele nos livrar, mesmo já dando francos sinais de sua decadência mesmo onde melhor se desenvolveu.

Mesmo já estando aparentemente com seus dias contados, ou pelo menos com a sua aptidão completamente exaurida, o movimento é muito novo, inclusive se observarmos a história mais recente das declarações de direitos. Isso não impedirá, provavelmente, que muitos revolucionários ainda relancem novas formas apoiadas em velhas teorias, insistindo que antes não funcionou porque “não era o verdadeiro Estado do Bem-Estar Social”. A proposta é, de fato, muito sedutora para os povos: Estado rico e que fornece tudo ao povo, que tem direitos quase irrestritos!

Aprofundando a questão, em passado não tão distante em termos históricos, mas de já alguns séculos, começou a se falar em “direitos do homem”, enquanto que, na verdade, estava se falando em o que hoje chamaríamos de “garantias do homem”. Se nossa Constituição Federal é pródiga em apontar direitos e garantias, antigamente, praticamente só se viam garantias, ainda que se falassem em “direitos”. Como se sabe, quem tem um “direito” tem um terceiro obrigado a um respectivo “dever”, algo que parece que esquecemos e que precisa ser lembrado, como veremos adiante, oportunamente.

Nesse sentido, do nosso moderno ponto de vista, um direito é uma certeza de que alguém vá lhe fazer ou ceder alguma coisa. Do ponto de vista constitucional, esse alguém quase sempre será o Estado, atuando de forma direta ou indireta. Uma “garantia”, por outro lado, será uma certeza de que o Estado - e, agora, apenas o Estado, em quaisquer de suas feições - está obrigado a não lhe fazer algo. No direito inglês, ainda é forte a doutrina do “the king can do no wrong”. A coroa não comete erros nem vulnera direitos, seja pelo dar, fazer ou não fazer.

Mesmo que isso soe como um tremendo absolutismo, a Magna Carta de 1215 é reconhecida como o primeiro entrave colocado ao poder do Rei, sendo base histórica para todos os demais diplomas de contenção de poder, seja da realeza, seja do Estado fundado em repúblicas, como conhecemos mais recentemente.

Aliás, confirmando o que falamos acima, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, a despeito de falar em direitos, fala predominantemente em garantias. Estabelece, em suma, coisas que o poder constituído não poderá fazer. Não há, de fato, reconhecimento de “direitos”, como os chamaríamos hoje em nossa Constituição e nas constituições modernas. Cem anos antes, o Parlamento Inglês impôs a “Bill of Rights” a Guilherme de Orange, também estabelecendo o que chamaríamos hoje de garantias.

A “Bill of Rights” norte americana, quase concomitante à declaração francesa, não é diferente. Seu propósito maior é definir o que o Estado não pode fazer contra o homem livre.

De fato, o homem desses séculos todos parecia ansioso por liberdade, conquistada não sem dificuldades imensas, no que a doutrina passou a chamar de “direitos de primeira geração ou dimensão”.

Curiosamente, essas “Constituições” citadas não falavam em “direito à vida”. Nada ou pouco se falou a esse respeito antes do final das duas Grandes Guerras. Assim, se a liberdade ampla, de ir e vir, política e religiosa estavam garantidas de forma já sedimentada, o direito à vida não tinha especial resguardo, senão através da obrigatoriedade de se observar o “due process of law”.

Ainda que sempre se mencione a Revolução Francesa como marco principal dessa era dos direitos (ou das garantias), vislumbra-se que as origens dessas garantias remontam à transição da Alta para a Baixa Idade Média, ainda que em aspectos principiológicos ainda não totalmente desenvolvidos, e que provavelmente nem poderiam ser, dado o espírito do tempo.

A Revolução Francesa realmente mudou o mundo, inclusive porque ela ainda não acabou. Os princípios prodigamente propagandeados - liberdade, igualdade e fraternidade - se referem especificamente às três gerações de direitos que hoje os juristas identificam no mundo, não sendo totalmente claro se todos os direitos que decorreriam daí já se realizaram. É curioso observar que esses princípios, ao menos do ponto de vista teórico, não eram uma grande novidade. A destinação dessa norma ao Estado, por outro lado, era, sim, revolucionária.

Se a primeira geração de certa forma foi antecédida por atos concretos realizados na Idade Média, eram questões de realização relativamente simples, pois impunham abstenções ao Estado. Já a “igualdade” e a “fraternidade” impõem atuação proativa do Estado, uma efetiva realização, que, como vemos hoje, é bastante disparatada. A verdade é que a pretexto de erradicar o absolutismo, os ideais da Revolução Francesa, de forma intencional ou não, acabaram por criar Estados tão gigantescos e absolutos que o absolutismo tradicional, por assim dizer, jamais imaginaria alcançar.

Ora, mesmo dentro da Revolução Francesa, a “liberdade” não foi observada assim tão amplamente quanto se propagandeava. Somente durante o Período do Terror, iniciado três anos após a publicação da sua Carta, guilhotinou aproximadamente 17.000 pessoas. O assassinato em massa da oposição certamente não era o exercício de um direito de liberdade, do Estado ou mesmo do Cidadão. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão ainda repudiava expressamente ordens arbitrárias. Haverá quem refute o dito acima alegando que durante o período do terror as garantias civis foram expressamente suspensas pela facção dos jacobinos que estava no poder. E é verdade.

Com a era dos direitos, não tardou a se iniciar, ironicamente, a era das exceções, senão a da hipocrisia. Quem sabe essa não é a manifestação da

Reserva do Possível para a primeira geração de direitos? Enfim, passamos dos direitos de primeira geração para os direitos de segunda geração e o chamado “declínio do Estado Liberal”.

Na segunda geração, almejava-se a “igualdade”. O momento histórico da Revolução Industrial, a volta em massa da população para as cidades, a diminuição dos espaços, as condições de trabalho que hoje seriam aterrorizantes, enfim, uma série de fatores levou à exigência desses tipos de direitos de “igualdade”. As reivindicações da classe trabalhadora eram fortes e, em muito boa parte, razoáveis e justas. Por outro lado, criou-se obrigações pesadas e inéditas para o Estado. Com o período da metade para o final da Primeira Guerra Mundial, surgiram as maiores obrigações de fazer impostas aos Estados, no sentido de conceder a todos saúde, educação, previdência, assistência social, trabalho, moradia.

Não há como se negar o caráter Revolucionário dessas medidas, tendo como consequência principal uma mudança drástica de pensamento e da própria natureza das coisas. Antes, ao menos em ideologia, a “liberdade” se conquistaria com um Estado cada vez menor, com mais poder ao povo e com garantias negativas contra o próprio Estado. Na prática, mesmo com essa limitação, verificou-se na prática um aumento desproporcional do Estado, em contrapartida ao que em teoria aparentemente se esperava.

Ao ter que efetivar a “igualdade”, o Estado, em teoria e na prática, precisaria se agigantar, pois, por mandamento constitucional, teria o dever de prover à população inúmeros direitos. As Constituições Mexicana, de 1917, e Weimar, de 1919, são os exemplos clássicos de diplomas desse período. Pouco tempo depois, os regimes fascistas também trouxeram direitos semelhantes, inclusive no Brasil, no período getulista, com clara inspiração naqueles. Até hoje o Brasil é travado por normas da CLT, vindas daquele período.

De fato, esta Revolução de direitos de segunda geração é atribuída aos trabalhadores, talvez um conceito modernizado dos também esquerdistas que desencadearam a Revolução Francesa. Acontece que as revoluções de esquerda, tanto a Francesa quanto a Russa, enquanto continuaram a propagar slogans dos trabalhadores, pouco observou dos direitos contidos nesses mesmos slogans, com trabalhadores ou quem quer que seja.

A Revolução Russa, iniciada em 1917, acabou por dar o poder aos soviets, representantes justamente das classes de trabalhadores. Entretanto, como é sabido, até a queda da URSS não havia liberdade ou igualdade, senão uma diabólica igualdade na miséria, excluídos os líderes partidários, obviamente. A doutrina de Lênin, primeiro líder da URSS é expressa em utilizar a violência, a mentira e a propaganda, suprimindo a liberdade de expressão, como meios de poder.

A liberdade foi definitivamente encerrada de pronto, extinguindo de uma só vez liberdades civis, políticas e religiosas e a propriedade, tornando o Estado o todo poderoso. O pretexto da liberdade a ceifou definitivamente, em âmbito inédito, muito pior do que em qualquer regime absolutista. Stalin, após assumir o poder, iniciou as famosas purgas, que, estima-se, mataram cerca de oito milhões, de acordo com os registros da NKVD. Os ideais de liberdade foram, para não polemizarmos muito, “relativizados”, inclusive sob aplausos de alguns que viviam em democracias liberais com aspectos mais “clássicos”.

Mesmo sob a égide dos direitos de segunda geração, pelo menos seis milhões de ucranianos foram mortos de fome em Holodomor. O gigantesco Estado Soviético não observou direitos de segunda geração derivados, supostamente, das revoluções de esquerda. Mesmo depois do final da Segunda Guerra Mundial, os campos de concentração nazistas não foram fechados, mas transformados nos gulags, que obviamente não observavam quaisquer direitos, muito menos os de segunda geração.

Curiosamente, nesse período surgiram também os “direitos humanos”, hoje incontestáveis mesmo por quem não conhece seu alcance, conteúdo e consequências, mas que já foram oportunamente criticados em obras expressivas. Em 1956, Nikita Khrushchev denunciou ao mundo os crimes de Stalin. Cinco anos depois, aprovou a construção do muro de Berlim, aprisionando os alemães no bloco soviético por quase três décadas, mantendo o esquecimento aos direitos de primeira geração.

Antes, em 1948, surgiu a ONU, dando início ao que se chamou de direitos de terceira geração, ligados à fraternidade. Consagrou-se em muitos Estados, inclusive no brasileiro, a “solidariedade” como objetivo fundamental, junto a outros, todos estampados no art. 3º, da nossa Constituição. Essa geração de direitos tem, com toda evidência, uma eficácia relativa, inclusive pelo teor do texto constitucional, que os coloca como “objetivos”, ao contrário dos direitos de segunda geração, pois, a título de exemplo, a Consti-

tuição diz que a saúde é um direito de todos e dever do Estado (art. 196).

De qualquer forma, inclusive pelo conteúdo, os direitos de terceira geração incluem propostas - pelo menos na teoria - de preocupação com a vida na Terra.

Como viverão as gerações presentes e futuras? Incluem também a observância e busca ao desenvolvimento, ao “progresso” (embora não se saiba exatamente o conteúdo dessa expressão), defesa do meio ambiente, dentre outros. Destacamos também que, na mesma esteira da ONU, os direitos de terceira geração propagam a autodeterminação dos povos. Ao mesmo tempo, colocam a defesa do meio ambiente à frente da vida humana e, surpreendentemente, advoga-se a propriedade sobre o “patrimônio comum” da humanidade.

Uma autodeterminação não tão autodeterminada assim. Até mesmo o direito à paz está dentre o rol dos direitos de terceira geração, como se por via jurídica fosse possível se determinar o fim das guerras e conflitos. Mesmo os princípios de não intervenção podem conflitar com o garantir do direito à paz. Na prática, são argumentados sempre com interesses políticos, não baseados em reais necessidades.

Não há como se negar o caráter Revolucionário também desta geração de direitos, talvez a maior de todas. Mas, a bem da verdade, tanto pela sua disposição nas constituições e normas internacionais, quanto pela ausência de coerção, pelo menos por ora, impedem a efetivação dessa nova dimensão jurídica. No entanto, partindo da premissa de que os direitos de terceira geração são reais objetivos para o futuro, temos duas consequências drásticas principais: o agigantamento ainda maior dos Estados, hoje já gigantes e, tendo em vista o “patrimônio comum” e a “solidariedade”, não sejamos ingênuos, caminhamos para uma tentativa, que não se sabe se será frutífera ou, o sendo, como será o seu caminho, de criar um governo central mundial, talvez sob a autoridade da própria ONU, conservando-se apenas aparências de autodeterminação dos povos, talvez sob o enfoque de uma “manutenção da cultura local”.

Enfim, isso será assunto para outro momento. No atual, voltemos para o período imediatamente após o final das Grandes Guerras. No mundo liberal, ao contrário do mundo comunista, se notou a ob-

servância aos direitos de primeira e segunda geração. Nações criaram sistemas de educação e saúde pública, previdência e assistência social. Esses Estados, porém, em comum, receberam reclamações da ineficiência da execução desses direitos. Mesmo nos EUA, ativistas realizam até mesmo filmes documentários para explicitar a ineficiência do sistema. Mesmo sendo melhor do que o brasileiro, cujo sistema de saúde já foi eleito o pior de todos, de fato, existe defasagem entre a necessidade e a oferta.

3. A EFICÁCIA DA CONSTITUIÇÃO E A PROLIFERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO

Tudo o que falamos e que se falará adiante diz respeito à eficácia dos direitos subjetivos, expressados na maioria dos Estados, inclusive no nosso, na Constituição. A Lei Maior traz os direitos de primeira, segunda e terceira gerações devidamente delineados, respectivamente, com garantias fundamentais, direitos sociais amplos e objetivos de solidariedade e fraternidade constitucionalmente consagrados, muitos ligados aos direitos sociais, inclusive.

Não raro encontramos nas argumentações dos procuradores e na jurisprudência que o dever de pagar certa contribuição social decorre do “dever de solidariedade”, na forma da Constituição. Enfim, não se discutirá aqui a ineficácia de o Estado arrecadar dinheiro em nome dos direitos sociais, mesmo porque, nesse campo, a eficiência é notória. Se discutirá a efetiva fruição dos direitos por parte da população.

A Constituição é expressa em dizer, no art. 5º, § 1º, que As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. Nota-se que do ponto de vista normativo, a Constituição é muito proativa e faz determinações incisivas, comandando o Estado e a Administração Pública. Mesmo assim, a doutrina diferencia espécies de normas constitucionais que permitem ou não a fruição de direitos dada a completude que ela mesmo expresse, ou a necessidade de outra norma para estabelecer a real eficácia e fruição do direito.

Vejamos o ensinamento de Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

Vislumbrou o legislador constituinte uma possibilidade de tornar efetivos os direitos consagrados na Constituição de 1988. Para tanto, dispôs que “as normas definidoras dos direitos e garantias funda-

mentais têm aplicação imediata”.

(...)

A aplicação imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais tem por limite a natureza das coisas. Isto é, não pode ter aplicação imediata, diga o que disser a Constituição, uma norma incompleta. E a melhor prova disto é que a Constituição, que no art. 5º, § 2º, afirma solenemente a aplicação imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais, prevê no mesmo art. 5º, LXXI, um mandado de injunção para o caso em que direitos, liberdades e prerrogativas fundamentais inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania não podem ser exercidos por falta de norma regulamentadora...

Em conclusão, somente podem ter aplicação imediata normas completas, suficientemente precisas na sua hipótese e no seu dispositivo, para que possam ter a plenitude da eficácia.

De fato, alguns direitos aparecem “incompletos” na Constituição. E isso não é, necessariamente, um defeito. A Constituição deve regular as matérias mais caras para a ordem constitucional, agindo, como se entende hoje em dia, como topo do ordenamento. Todo o resto deve dela decorrer em forma da legislação ordinária ou mesmo complementar, quando a Lei Maior assim estipular.

Acontece que certas inércias legislativas, como a citada pelo doutrinador acima, frustram direitos e é aí que entendemos que deve atuar o sentido da norma do art. 5º, § 1º. Nesse aspecto, não acreditamos que se trataria de ativismo judicial caso o juiz concedesse pedido para suprir tal questão. Claro que isso se limitaria ao exercício puro e simples do direito, excluindo dessa opinião decisões muito extravagantes que determinam situações que estão distantes do conteúdo da norma que expressaria um direito subjetivo. Um fenômeno que acompanha o constitucionalismo moderno é a proliferação de leis, regulamentações, enfim, toda sorte de diplomas normativos, nos inundando todos os dias com novidades que dificilmente serão utilizadas pelo povo.

A esse respeito:

Como se pode perceber a partir do que se disse até aqui, as principais constituições europeias da segunda metade do século XX introduziram impor-

tantes inovações em relação aos modelos constitucionais do século XIX. As maneiras são diferenciadas, mas é possível apreender alguns elementos comuns. Em primeiro lugar, ampliou-se muito o leque dos direitos fundamentais enunciados no âmbito constitucional: ao lado dos direitos de liberdade e de igualdade garantidos pelo direito, a proteção da equidade nas relações sociais foi inserida entre as finalidades do Estado, em uma perspectiva bem mais rigorosa que no passado. Esse objetivo constitucional legitima novos institutos e intervenções normativas que dizem respeito à previdência, à saúde, aos direitos de greve, à progressividade dos impostos, à condição feminina, entre outras.

(...)

Em quarto lugar, fortaleceu-se o papel da constituição em relação à lei. De um lado, pelas modificações da constituição e pelas leis de natureza constitucional (leis constitucionais ou leis orgânicas) introduziram-se processos mais rigorosos e maiorias parlamentares mais amplas em relação às prescritas para a aprovação das leis ordinárias. Por outro lado, e sobretudo, a conformidade da lei ordinária em relação às regras e aos princípios constitucionais é protegida - também aqui, de diferentes maneiras, mas com objetivo fundamentalmente convergente - através da instituição de um Tribunal de Justiça destinado especificamente para isso. Os princípios da constituição, até os de natureza programática, tornaram-se imperativos para o legislador nacional. A Constituição tornou-se “acionável”.

(...)

Essa função acentuada do nível constitucional e da sua jurisdição manifestou-se paralelamente com dois outros fenômenos ligados entre si: a ampliação da legislação ordinária e a crise das codificações. De fato, as leis se multiplicaram em todas as partes.

(...)

As razões desse fenômeno residem essencialmente no contínuo e premente afluxo de demandas provenientes dos diversos setores da sociedade: as instâncias dos grupos econômicos e dos grupos sociais das mais diferentes naturezas dirigem-se à classe política sugerindo ou aceitando, cada vez com mais frequência, intervenções de natureza legislativa. Responde-se com uma nova lei ou com uma reforma normativa aos pontos problemáticos surgidos na vida comum. (...)

Tudo isso produziu, quase em todas as partes, uma dramática crise de certeza sobre a verdadeira configuração do direito em vigor e sobre seus conteúdos. (...)

O processo legislativo moderno, como comenta com precisão o autor, é bombardeado e se mantém, nos temas centrais, apenas da análise de lobbys de grupos específicos, muitas vezes financiados por partidos políticos, que tentam adquirir cada vez mais direitos, sempre a pretexto de buscar “restabelecer a isonomia”. Mesmo assim, entramos em outras questões muito perigosas no âmbito social. Ao mesmo tempo em que os direitos estão cada vez mais assegurados por meio de lei, fica incerta a execução desses direitos, por questões orçamentárias e, passem, porque não conseguimos mais fazer uma relação lógica entre direitos e deveres.

4. PROLIFERAÇÃO DE DIREITOS, INCERTEZA DOS DEVERES

É uma lição pré jurídica o conhecimento de que um direito inclui um respectivo dever. Assim, se tenho o direito de receber dinheiro de alguém, esse alguém tem o dever de me pagar. Ora, existem apenas e tão somente três modos de conduta expressos pelas normas jurídicas: obrigação de fazer algo, obrigação de se abster de fazer algo ou a faculdade de se fazer algo. As duas primeiras mencionadas são, de fato, obrigações. Elas exprimem que alguém terá um direito e alguém terá o dever correspondente.

Somente na terceira modalidade é que não haverá, propriamente, uma obrigação, não havendo deveres e direitos correspondentes, senão o dever genérico contra todos, no sentido de que o exercício ou a abstenção da faculdade não pode ser tolhido por quem quer que seja, salvo alteração legislativa.

Mesmo assim, é interessante como nossos legisladores e, principalmente, nossos julgadores, não compreendem bem quem é o destinatário da norma constitucional que cria direitos, ou seja, quem está obrigado com os correspondentes deveres. No caso da saúde, talvez um dos mais emblemáticos, a Constituição é clara no art. 196: é o Estado é quem está obrigado, mas a leitura sistemática do diploma deixa claro que os obrigados são União, Estado e Municípios, embora seja permitido ao particular explorar esse mercado. Ocorre que na jurisprudência e tam-

bém nas legislações, especialmente as estaduais, existem normas que extrapolam o mandamento constitucional, criando obrigações que podem ser entendidas por inconstitucionais.

A título de exemplo, um famoso deputado estadual de São Paulo, jurista, por sinal, criou um projeto posteriormente convertido em lei estadual que proíbe os hospitais e clínicas particulares de exigirem caução ou qualquer outra garantia para internação de paciente em caso de emergência e urgência.

No final das contas, quem é o “para-raios” da situação é justamente quem está na linha de frente. Por isso, tão comum que hospitais sejam obrigados a receber doentes, sabe-se lá como, e escolas também sejam obrigadas a providenciar vagas para alunos, cumprindo dever que é do Estado.

5. ESTADOS REVOLUCIONÁRIOS E PROPOSTAS IMPOSSÍVEIS

Os Movimentos Revolucionários, por excelência, prometem o impossível, já que a sua natureza propositiva é a de mudança da própria natureza humana. Todos os tiranos tinham em comum a proposta de fabricação do mundo melhor e do “homem do futuro”, sendo que os atos desmedidos, no melhor estilo maquiavélico, eram justificados pelo “juízo das gerações futuras”, que, esperam, seja do homem que eles próprios projetam para o futuro. A era de prosperidade e do paraíso na Terra que sempre prometem invariavelmente surgem com o alardear do aumento dos direitos, ainda que apenas para uma classe “rendidora”, sejam os trabalhadores, sejam os camponeses, sejam os arianos.

Para adquirir controle tão intenso sobre a sociedade, a ponto de pretender criar o homem do futuro ou o paraíso na Terra, indispensável que se tenha um Estado gigantesco. “Tudo no Estado, nada contra o Estado, e nada fora do Estado” talvez seja a frase mais célebre do Líder Fascista Benito Mussolini. É óbvio que nunca se atingirá o estado de direitos plenos para todos. Muito menos se atingirá esse ponto dando esse dever ao Estado (ainda que se atribua irregularmente a outros). O livro do Deuteronômio, Capítulo 15, Versículo 11 é claro em dizer que “Sempre haverá pobres na terra”.

A experiência histórica documentada de mais de dois mil anos confirma o conteúdo das Escrituras. Os regimes liberais não acabaram com as necessidades de toda a população, muito embora os países com maior liberdade econômica possuam muito menos pobres. As nações com Estados gigantescos possuem muito mais pobres, necessitados, carentes de direitos do que as economias liberais, pessoas que, afinal, terão que buscar no Estado a satisfação de suas necessidades. Mesmo as nações escandinavas, onde vigorou o ápice do Estado do Bem-Estar Social, começa a apresentar sinais de crise, esgotamento, impasse e incerteza sobre o futuro. Muito lhes ajuda uma economia industrial plenamente desenvolvida, mas isso não parece que será suficiente para prover infinidades de direitos em longo prazo.

Mesmo assim, a doutrina jurídica parece se desdobrar para algum tipo de esperança no horizonte da real efetivação dos direitos, notadamente os de segunda geração. Vejamos a lição de Luís Roberto Barroso: (...).

A Constituição normativa é aquela não apenas juridicamente válida, mas que está, além disso, vivamente integrada na sociedade. Sua normas dominam o processo político ou, inversamente, o processo de poder se amolda às normas da Lei Maior, submetendo-se a elas.(...)

No outro extremo está a Constituição semântica, subalterna formalização da situação de poder político existente, para o exclusivo benefício dos detentores do poder de fato, que dispõem do aparato coativo do Estado. Se não houvesse nenhuma Constituição formal ou escrita, a vida institucional não seria perceptivelmente diferente. (...)

Entre a Constituição normativa e a Constituição semântica, situa-se a Constituição nominal. Aqui, a dinâmica do processo político não se adapta às suas normas, mas conserva um caráter educativo e prospectivo. Existe, nesse caso, uma desarmonia entre os pressupostos sociais e econômicos existentes e a aspiração constitucional, a ser sanada com o passar do tempo, pelo amadurecimento do esperado.

Há, portanto, uma crença quase cega no Estado Revolucionário, no sentido de que o estágio de descumprimento cotidiano dos deveres de efetivar direitos de segunda geração será gradativamente superado

e que chegaremos a uma era dourada. Enquanto o futuro não chega, e nunca chegará para os teóricos da revolução, no presente utiliza-se prodigamente da tese da “reserva do possível”.

6. RESERVA DO POSSÍVEL E PROBLEMAS PRÁTICOS

Os primórdios da Teoria da Reserva do Possível remontam à Alemanha de mais de quatro décadas atrás. Talvez a primeira menção a que se tenha notícia seja em relação a caso tratando de tema da educação, no qual havia falta de vagas, em que pese o direito ampliado a todos, constitucionalmente. Ainda hoje, quase meio século após, o mundo ainda conhece a aplicação da Reserva do Possível, postergando, como dissemos antes, a era dourada da plenitude dos direitos.

Acontece que a aplicação dessa teoria tende por ser um pouco aleatória, talvez sem critérios. Mesmo quando a Constituição outorga direitos de plena eficácia, ainda assim é possível a aplicação da Reserva do Possível. Em que pese nossa clara descrença no Estado gigante e na possibilidade de se cumprir os direitos de todos, reconheçamos que boas administrações, talvez não livres da corrupção, mas menos corruptas, seriam muito mais eficientes para a expansão da oferta dos direitos constitucionalmente consagrados. Ao menos por aqui, tendo em vista a abrangência dos direitos constitucionais, a Reserva do Possível talvez fosse princípio razoável diante de tanta falta de razoabilidade. Na prática, porém, acaba sendo a salvaguarda do mau administrador.

É curioso, ainda, notar que mesmo esse princípio acaba por criar situações de pouca racionalidade. Voltemos para o exemplo da saúde: se houver um erro em atendimento médico em estabelecimento público, o Estado, em tese, poderia responder objetivamente pelos danos causados ao paciente.

Por outro lado, se houver recusa em atender esse paciente por falta de capacidade, leitos etc., poderia o Judiciário reconhecer a aplicação da Reserva do Possível ao caso e, como consequência, haveria o reconhecimento de, digamos, uma certa licitude na conduta de recusar a atender o necessitado. Claro que em ocorrendo dano decorrente do não atendimento, o Estado poderá também responder objetivamente. Mas, em um primeiro momento, a abstenção à realização do direito ao qual teoricamente era obriga-

do lhe ofereceria um resultado prático mais vantajoso.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mesmo tempo em que se evidencia a relevância cada vez maior das Constituições nos ordenamentos dos respectivos Estados, colocando-as como topo de todo o sistema jurídico, muitas normas claras e com eficácia supostamente imediata aparecem nos textos constitucionais apenas como meras aspirações, sabendo-se de antemão, pela simples realidade dos fatos, que não serão direitos exequíveis, por falta de capacidade daquele que tem o dever de cumprir o direito.

Não se critica necessariamente o descompasso entre a norma e a realidade, mas a completa impossibilidade de a realidade se amoldar aos desejos da norma. A mentalidade hegeliana segundo a qual o método é mais importante do que a realidade, ou seja, a garantia nominal do direito é mais importante do que a efetivação prática desse direito, não nos traz benefícios. Talvez seja hora de esquecê-la.

Aqui, é oportuna a lição de Dalmo de Abreu Dallari:

Será totalmente inútil todo o cuidado para elaborar uma Constituição se ela não for efetivamente aplicada e respeitada por todos, governantes e governados. Por esse motivo, entre outros, a Constituição não deve conter preceitos de aplicação impossível ou que contrariem a realidade social. Mesmo aquilo que for incluído na Constituição com o sentido de definição de objetivos ou de aspirações deve ter coerência com a realidade para que seja viável, pois caso contrário os dispositivos constitucionais terão o significado de simples afirmações teóricas, soltas no espaço, o que irá contribuir para que a própria Constituição se desmoralize.

Neste momento, repetimos a frase de Thomas Sowell que iniciou o texto:

“O fato de que muitos políticos de sucesso são mentirosos, não é exclusivamente reflexo da classe política, é também um reflexo do eleitorado. Quando as pessoas querem o impossível somente os mentirosos podem satisfazê-las.”

Não se sabe se o que temos hoje corresponde aos ideais dos revolucionários franceses que proclamavam “liberdade, igualdade e fraternidade”. Observando as disposições da Declaração dos Direitos do

Homem e do Cidadão, até tendemos a acreditar que não.

Mesmo assim, a aplicação prática juntou conceitos teóricos de individualismo e coletivismo, criando, no entanto, um sistema apenas de coletivismo.

De fato, a rescisão com a ordem anterior e criação de um sistema inédito por parte da Revolução Francesa, embora possa ser alegada como quebra de paradigma e defendida pela não previsibilidade do que viria no futuro, não pode mais ser alegada sem um alto grau de irresponsabilidade. Necessário, pois, que se esqueçam os ideais da Revolução Francesa, por mais belos que nos soem no slogan, pois, na prática, apenas trouxeram o que houve de pior para o mundo em toda a história, em termos quantitativos e qualitativos.

Não se ignora que a apuração da técnica nos traria de qualquer forma para um estágio semelhante ao que se passou em termos de conflitos. Mas a amplificação do Estado como condutor pleno das massas, tudo dentro dele, nada fora dele, defendido de uma forma quase religiosa, tornou-se o verdadeiro ópio do povo. No mais, seguindo a lógica aristotélica e fugindo das premissas platônicas, não acreditamos que exista um sistema ideal e acreditamos que há uma certa mutabilidade recorrente do justo e do bom para a sociedade. Claro que certas coisas serão obviamente sempre boas e outras serão sempre ruins, mas entre um extremo e outro, há muito o que se discutir.

A geração mundial dos últimos vinte anos é, por exemplo, a mais educada e a mais longeva de todos os tempos. Ora, estamos falando de direitos de segunda geração. Quão determinante os Estados foram para a efetivação da saúde e da educação nos respectivos territórios?

Os direitos previstos constitucionalmente, nesse sentido, servem mais para, de fato, conceder na prática esses direitos ou ajudar a suprimi-los? Isso porque todo o sistema de arrecadação do Estado é feito com a previsão de ao menos tentar dar efeito prático a esses direitos. Logo, para precariamente cumprir os direitos a que está obrigado, a tributação deve ser muito mais nociva sobre a população.

Não é novidade que no Brasil, por exemplo, temos um sistema tributário caríssimo e um retorno dos tributos à população quase risível. Suprimir constitucionalmente esses direitos, fazendo com que a população busque no mercado a saúde e educação soa hoje como um absurdo eivado da pior vilania possível. Mas, em contrapartida, ao menos com a diminuição dos encargos tributários, já que o Estado teria menos direitos a prover, é certo que ela estaria mais próxima de custear suas necessidades com suas próprias mãos. Não seria, pois, a efetiva realização de um ideal de liberdade?

Nos parece que a tecnologia e o mercado foram muito mais eficientes na efetivação dos “direitos” do que o próprio Estado. E não falamos de tecnologia no sentido de complexidade, mas em inovações pertinentes, práticas, enfim, eficientes. Na área da saúde, podemos citar o exemplo de Norbert Hirschhorn. Ao definir as medidas e criar o soro caseiro, estima-se que ele tenha salvo mais de 50 milhões de vidas pelo mundo.

Claro que nem tudo se curará com uma receita caseira, mas o estímulo à inovação está cada vez mais carente na mentalidade revolucionária, que só pensa, de fato, em criar “novos direitos”, pensando sempre abstratamente na “sociedade” ou nas “minorias”. A esse respeito, mesmo a ideia constitucional já é muito abstrata. Quando fala em direito à “educação” ou à “saúde”, não se tem um elemento objetivo sobre o alcance dessas expressões.

Não por acaso todas as falas demagógicas do próprio povo são pródigas em declamar que se deseja “mais saúde”, “mais educação”, “mais moradia”. Ora, se é isso que o povo quer, não fiquemos desanimados quando os políticos disserem, em campanha, que no Estado sob sua administração haverá “mais saúde”, “mais educação”, “mais moradia”, independentemente do que possa significar.

Se a Constituição Federal traz certas coisas de maneira ideal, como cobrarmos a realização material do que nós mesmo pedimos de maneira imaterial, por nem mesmo saber o que pedimos? Quando se tenta trazer isso para o mundo real, não fugimos da demagogia. Recentemente, para efetivar a figura da saúde, trouxeram para o Brasil “mais médicos”. Poderíamos até rir de uma tolice tão grande, não fosse o custo de R\$ 40 milhões cujo intuito principal era o de financiar uma ditadura, como já se declarou abertamente.

É preciso também sepultar velhos fantasmas do passado e que ficaram definitivamente para trás, pois não se vislumbra seu retorno no mundo moderno. A título de exemplo, ainda hoje na França a atividade de padeiro é considerada de relevância pública, sendo altamente regradada pelo Estado. O motivo seria o fato de a fome ter sido um estopim para a Revolução Francesa.

Hoje em dia alguém crê que faltará trigo na França? Ainda que falte, a oferta de alimentos à população, providenciada pela Revolução Industrial, torna muito improvável que nos países de primeiro mundo falte alimento, ressalvados casos de esforço de guerra, por exemplo, tendo em vista que a guerra moderna se transformou em guerra total.

Mesmo sem fundamentos baseados na realidade, mantém-se algumas crenças absurdas, que apenas servem de slogans políticos. Ainda ouvimos hoje protestos com frases como “nossas panelas estão vazias” e coisas do tipo. Se é necessário mudar, parece que a efetiva mudança está em romper com as cartas de meras intenções, olhando-se firmemente apenas para o direito possível. Vamos “desrevolucionar”.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Constituição e constituinte*. 4. ed. São Paulo; Saraiva, 2010.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de direito constitucional*. 22. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1995.

SCHIOPPA, Antonio Padoa. *História do direito na Europa: da Idade Média à Idade Contemporânea*; tradução de Marcos Marcionilo, Silvana Cobucci Leite; revisão da tradução de Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

VILLEY, Michel. *O direito e os direitos humanos*; tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

RELAÇÃO ENTRE ENGAJAMENTO COM A TAREFA E ESTRATÉGIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Luciana Campos Lima¹, Tatiani dos Santos Zuppani¹, Ana Lúcia Pereira²

¹ Universidade de São Paulo-USP

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

¹Av. Prof. Luciano Gualberto, 908 - Butantã, São Paulo – SP

lucamposlima@hotmail.com

Resumo

Este trabalho teve como objetivo verificar se o nível de engajamento com a tarefa varia de acordo com a estratégia de Gestão de Pessoas empregada pelas empresas. Para tanto realizou-se uma pesquisa de abordagem quantitativa e cunho descritivo, por meio da aplicação de um survey em 233 estudantes de Administração. Optou-se pela escala de engajamento Utrecht Work Engagement Scale (UWES) e a estratégia de Gestão de Pessoas foi mensurada com base na percepção dos participantes a respeito da forma como suas empresas conduzem cinco práticas de RH (contratação, treinamento, carreira, salário e incentivos). Para a UWES foi realizada uma Análise Fatorial Exploratória, que mostrou confiabilidade aceitável para os três fatores criados (dedicação/inspiração, absorção e vigor). Da escala de estratégia de Gestão de Pessoas extraiu-se a média dos itens para criar dois grupos antagônicos (foco de controle e foco de comprometimento). Os valores médios dos três fatores extraídos foram comparados com os dois grupos criados através de um Teste T. Os resultados dessa análise revelaram diferenças significativas em todas as comparações, especialmente para o fator dedicação. A média de engajamento com a tarefa foi maior em todos os casos para o grupo foco no comprometimento, cujas estratégias promovem maior envolvimento dos empregados. Os resultados permitem concluir que a adoção da estratégia colaborativa tende a aumentar a vantagem competitiva da organização, o que favorece a valorização do papel estratégico da gestão de pessoas.

Palavras-chaves: Engajamento. Gestão de Pessoas. Estratégias de Recursos Humanos.

ABSTRACT

The aim of this study was to test if work engagement changes according to the strategic human resources management adopted by company. Thereby, it was made a quantitative and descriptive research by using a survey with 233 business students. Work engagement was measured by Utrecht Work Engagement Scale (UWES). A scale was constructed to measure strategic human resources management based on perception of five practices of area (hiring, training, career, compensation and benefits). Exploratory Factorial Analysis was used for UWES and showed an acceptable reliability for three factors extracted (dedication/inspiration, absorption and vigor). It was extracted from the strategic human resources management scale an items average to created two different strategic groups (control focus and commitment focus). The average of three extracted factors was compared with two strategic HR groups by a T Test. The results showed differences in all comparisons, especially in the dedication factor. The work engagement average was bigger for commitment focus group, associated with involvement employee strategy. It is possible to conclude from the results that the adoption of a collaborative performance tends to raise the competitive advantage organization, valorizing the strategic role of human resources.

Palavras-chaves: Work Engagement. People Management. Strategic Human Resources.

1. INTRODUÇÃO

A evolução da Gestão dos Recursos Humanos (GRH) tem direcionado o foco da área para o capital intelectual, uma vez que passou-se a reconhecer a sua influência nos resultados dos negócios. Os impactos da qualidade, da diferenciação de produto e da inovação tecnológica na operação mercadológica promoveram a necessidade do desenvolvimento e uso pleno do potencial, das habilidades e da capacidade analítica dos empregados da organização (DYER et al, 1992).

Alguns autores propõem a adoção da terminologia “Gestão de Pessoas (GP)” em substituição a “Recursos Humanos” advogando ser uma maneira de trazer o indivíduo para o centro da relação organização e indivíduo (FISCHER, 2002), reposicionando-o como participante em diversas esferas que se tornam fonte de vantagem competitiva (BARNEY, 1991).

Dessa forma, o ‘employee engagement’ (engajamento do empregado) tem cada vez mais se constituído como parte das rotinas de Gestão de Pessoas das organizações (ARROWSMITH; PARKER, 2013). Segundo Loch e Correia (2004) a área precisou flexibilizar-se em suas estruturas e práticas para possibilitar a emergência da subjetividade humana no trabalho, essencial à inovação, crescimento e sobrevivência organizacional.

O engajamento do empregado e a performance organizacional têm demonstrado uma relação positiva em estudos acadêmicos (ANDREW; SOFIAN, 2011; HARTER et al, 2002; RASHEED et al, 2013), o que vem despertando o interesse do mercado profissional. Em um estudo sobre os aspectos e tendências relacionados à retenção de profissionais, a Hay Group (2011) identificou que os empregados tidos como engajados e cientes do suporte organizacional tendem a gerar maiores resultados financeiros. Da mesma forma, em 2012, outra pesquisa da consultoria revelou como prioridade da GRH a melhoria do engajamento dos empregados.

Apesar do aumento no número de estudos procurando compreender o conceito engajamento, Bakker e Leiter (2010) afirmam que ainda é necessário compreender melhor como este é modelado e qual é o real papel da área de GRH no seu desenvolvimento junto aos empregados. Dessa forma, o objetivo deste

trabalho foi verificar se o nível de engajamento varia de acordo com a estratégia de Gestão de Pessoas empregada. Esse estudo se justifica pela importância da relação prática-contigência em um sistema de Gestão de Recursos Humanos (BECKER; GERHART, 1996). Além disso, o conceito de engajamento é um fator pessoal que pode servir para a compreensão do comportamento humano no trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O “estratégico” da Gestão de Recursos Humanos

No final do século XX emergem discussões sobre competitividade, reestruturação produtiva e de mercado, entre outros aspectos relacionados à transição econômica e social, impulsionando a área de Gestão de Recursos Humanos (GRH) a pensar além do seu papel operacional (BARBOSA, 2005). O pressuposto passa a ser que, para sobreviver, uma organização deve aprender tão rápido quanto o ambiente muda (BURNES et al, 2003), o que ocasionou o avanço do interesse no desenvolvimento de uma perspectiva estratégica da área a partir dos anos 90.

A perspectiva estratégica da gestão GRH reside em sua capacidade integrativa com os planos estratégicos organizacionais, na coerência entre suas políticas, na internalização da sua importância por parte dos gestores de linha, na identificação e comprometimento dos empregados com a organização, na sua flexibilidade e adaptação configuracional e, finalmente, na qualidade de seus resultados (GUEST, 1987). Dessa forma, a Gestão Estratégica de Recursos Humanos (GERH) pode ser definida como:

O conjunto integrado de práticas, políticas e estratégias por meio das quais as organizações gerenciam o seu capital humano, que influencia e é influenciado pela estratégia de negócios, pelo contexto organizacional e pelo contexto socioeconômico (MARTÍN-ALCÁZAR et al, 2005, p. 651).

Diferentes modelos têm sido propostos com o objetivo de constituir um conjunto de elementos de GRH que maximizem o desempenho organizacional, entretanto duas perspectivas iniciais devem ser tratadas: o Michigan Concept e o Harvard Concept.

No primeiro modelo destaca-se o alinhamento entre as políticas de recursos humanos e a estratégia organizacional (DEVANNA et al, 1984), retratando um utilitarismo instrumental para a área (LEGGE, 2005). A preocupação básica é desenvolver um ciclo de trabalho alinhado à estratégia organizacional com foco em quatro funções genéricas: seleção, avaliação, remuneração e desenvolvimento (LACOMBE; TONELLI, 2001).

A segunda perspectiva, o Harvard Concept, tem como premissa a gestão participativa, o autocontrole e a autorregulamentação, tomando a flexibilização como meio de atingir os objetivos organizacionais (BEER et al, 1985). Portanto, esse modelo estratégico tem um cunho mais humanista, enfatizando a integração das políticas de RH com os objetivos do negócio, por meio do tratamento dos empregados como ativos valiosos (STOREY, 1989; LEGGE, 2005).

No Brasil, Albuquerque (1999) situa as diferentes configurações de prática de forma mais evolutiva, associando-as às mudanças do ambiente no qual as organizações se inserem. As modificações no cenário institucional têm testado a eficácia de uma perspectiva mais tradicional, voltada para estruturas hierárquicas, divisões de trabalho bem definidas, autoridade, especialização funcional e responsabilidade. Em tal configuração prima-se pela racionalização dos processos produtivos e entende-se a mão de obra como mero meio para se alcançar os objetivos organizacionais ou resolver problemas associados à tarefa.

Assim, em um contexto mais dinâmico e competitivo, uma visão mais transformadora emerge, na qual a organização passa a atender ao interesse de variados stakeholders:

À medida que a competição entre as empresas transcende as fronteiras nacionais, para ocorrer com intensidade crescente em níveis internacional e global, a demanda por produto e serviços diferenciados e de maior qualidade tende a aumentar. O menor ciclo de vida dos produtos estimula inovação e redução do time to market. (ALBUQUERQUE, 1999, p. 219)

Para o autor, para aumentar a competitividade das empresas o processo exige novas políticas de gestão de pessoas, tendo como foco inovação, qualidade de produtos e serviços e produtividade no

trabalho. Nesse sentido, Dutra (2011) defende que as políticas e práticas de Recursos Humanos devem conciliar as expectativas da organização e das pessoas, para que ambas alcancem os resultados almejados em longo prazo.

Correndo os riscos associados à proposição de um modelo teórico, Albuquerque (1999) descreve dois sistemas de GRH: Estratégia de Controle e Estratégia de Comprometimento, cujas políticas são sumarizadas no Quadro 1.

Quadro 1: Comparação entre as Concepções das Políticas de Recursos Humanos

POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS	ESTRATÉGIA DE	ESTRATÉGIA DE COMPROMETIMENTO
Contratação	CONTROLE	Contrata para uma carreira longa na empresa
Treinamento	Contrata para um cargo ou para um conjunto especializado de cargos.	Visa preparar o empregado para futuras funções.
Carreira	Visa o aumento do desempenho na função atual.	Carreiras flexíveis, de longo alcance, com permeabilidade entre diferentes carreiras.
Salários	Carreiras rígidas e especializadas, de pequeno horizonte e amarradas na estrutura de cargos.	Focados na posição de carreira e no desempenho, com baixa diferenciação entre os níveis.
Incentivo	Focados na estrutura de cargos, com alto grau de diferenciação entre um nível e outro.	Foco nos incentivos grupais vinculados a resultados empresariais.
	Uso de incentivos individuais.	

Fonte: Albuquerque (2002)

Na estratégia de controle, os funcionários são tidos como números, custos e fatores de produção, precisando, portanto, ser controlados. Na estratégia de comprometimento as pessoas são consideradas parceiras e, portanto, a organização precisa investir nelas para obter melhores resultados.

Percebe-se que a gestão estratégica das pessoas na organização assume o papel desafiador de desenvolver e valorizar os indivíduos por meio de ações planejadas e direcionadas, como é desejado em qualquer estratégia.

2.2 Considerações sobre o construto “Engajamento”

Na década de 90 o movimento da Psicologia Positiva ganhou força e procurou tirar o foco da doença e colocar sobre as potencialidades humanas (SELIGMAN; CSIKSZENTMIHALYI, 2000). Partindo dessa premissa, Bakker e Schaufeli (2008) defendem um trabalho mais efetivo sobre traços, estados e comportamentos positivos dos empregados no contexto do trabalho, caracterizando o Comportamento Organizacional Positivo. O conceito de engajamento vem ao encontro dessa abordagem.

A primeira pesquisa científica publicada na área de negócios a tratar desse tema foi “Psychological conditions of personal engagement and disengagement at work”, realizada em 1990 por William Kahn. Este trabalho emprega o termo engajamento pessoal, definindo-o como o aproveitamento do papel que o indivíduo assumiu na organização. Quando engajado, o indivíduo torna-se fisicamente envolvido, cognitivamente vigilante e conectado às outras pessoas da organização.

Mais tarde, os pesquisadores passam a se referir ao conceito como engajamento do empregado (employee engagement) – mais popular nas empresas e consultorias - ou engajamento com a tarefa (work engagement) – termo mais comumente utilizado na área acadêmica (SCHAUFELI; SALANOVA, 2011).

Na perspectiva do engajamento com as atividades de trabalho, Schaufeli et al (2002) definem o conceito como um estado mental positivo e de com-

pletude relacionado às funções de trabalho, caracterizado por vigor, dedicação e absorção. O vigor é indicado por altos níveis de energia e resiliência mental durante o trabalho; a dedicação por forte envolvimento pessoal (inclui a dimensão afetiva), que é maior do que a simples identificação; e, por fim, a absorção é caracterizada pela completa absorção na realização da tarefa.

De forma mais resumida, Hallberg e Schaufeli (2006) colocam o engajamento com as atividades de trabalho como um estado de completa energia e dedicação à realização de uma função. Em outras palavras, é um estado da mente que suporta um investimento simultâneo de energias pessoais na experiência e no desempenho das atividades no trabalho (CHRISTIAN et al, 2011). Ou seja, empregados engajados têm energia e eficácia na concretização de suas atividades e se veem como capazes de alcançar as metas demandadas em seus trabalhos (SCHAUFELI et al, 2002).

Schaufeli et al (2002), estudiosos do tema, desenvolveram e validaram a Utrecht Work Engagement Scale (UWES), visando medir o engajamento referente à experiência com o trabalho por meio da investigação do vigor, dedicação e absorção como características do construto. A escala é composta por 17 assertivas, das quais seis itens referem-se ao vigor, seis à absorção e cinco à dedicação. Ela tem sido empregada internacionalmente em diferentes contextos e pesquisas (HALLBERG; SCHAUFELI, 2006; BAKKER; BAL, 2010; GARCZYNSKI et al, 2013; YALABIK et al, 2013).

Entre as pesquisas que investigam antecedentes e consequências deste construto, Harter et al (2002) identificaram que empregados são cognitivamente e emocionalmente engajados quando sabem o que é esperado deles, têm o que precisam para realizar o trabalho, se sentem completos no trabalho, percebem-se como parte de algo significativo para os colegas de trabalho que confiam e têm chances de melhorar e se desenvolver.

Bhatnagar (2012) verificou um relacionamento negativo entre engajamento com as atividades de trabalho e intenção de deixar a empresa. Outro dado de pesquisa importante mostrou que funcionários engajados com suas atividades de trabalho se sentem motivados para expressar sentimentos positivos

como compartilhamento, assistência, cooperação e suporte (KATARIA et al, 2013), esforçando-se para alcançar as metas relacionadas aos papéis que desempenham nas organizações e apresentando altos níveis de desempenho (CHRISTIAN et al, 2011).

Os achados dessas pesquisas evidenciam que, apesar de ser um conceito estudado mais intensamente somente nas últimas duas décadas, o engajamento com as atividades de trabalho tem encontrado um terreno muito fértil de desenvolvimento e pesquisa. Não apenas pelas contribuições que pode trazer ao cenário organizacional, mas também por se tratar de um conhecimento ainda pouco aprofundado no seu desenvolvimento.

2.3 Contribuições da literatura sobre Gestão Estratégica de Recursos Humanos e Engajamento

Historicamente, há a predominância das análises da estratégia de RH relacionadas ao nível da empresa, como faturamento, produtividade, rentabilidade e geração de riqueza para o acionista (BECKER et al, 2009). Há aproximadamente 10 anos, as análises começaram a se concentrar sobre o impacto da gestão GRH no engajamento dos empregados (ARROWSMITH; PARKER, 2013). Essa migração de foco deu-se de forma natural, uma vez que o construto “engajamento”, apesar de sua complexidade conceitual, acaba por relacionar-se de forma muito próxima ao escopo atual da GRH.

Markos e Sridevi (2010) consideram o desempenho dos subsistemas de recursos humanos responsável pelo nível de engajamento dos empregados com seus trabalhos. Corroborando com essa perspectiva, Lockwood (2007) acredita que o engajamento é influenciado por fatores da cultura local de trabalho, pela comunicação organizacional, pelos estilos de liderança e também pela reputação da empresa. Portanto, sendo a GRH responsável por projetar, medir e avaliar as políticas e práticas dos subsistemas de RH - é capaz de promover uma cultura de engajamento.

Lockwood (2007) afirma que as práticas de GRH podem fazer a diferença entre o engajamento eficaz e valioso. O autor cita como exemplo um estudo que mostrou que as organizações que fornecem uma cultura local de trabalho com as condições psicológicas sustentadas pelo enriquecimento de trabalho, segurança via postura de suporte por parte do gerente e

dos colegas e recursos disponíveis os empregados, são mais propensas a terem colaboradores engajados.

Srivastava e Bhatnagar (2008) estudaram o caso da Motorola Índia Dispositivos Móveis e concluíram que as organizações devem fazer esforços para construir estratégias eficazes de retenção de talentos, abordando o envolvimento dos empregados via competências-chave e impulsionando o desempenho da produtividade e dos negócios.

O estudo da Special Expertise Panels Trends Report (SHRM), realizado em 2006, identificou as tendências que impactam significativamente no engajamento dos empregados. Entre eles, destacam-se o aumento da busca de equilíbrio trabalho/vida, o papel da GRH na construção da relação entre o desempenho individual e os resultados dos negócios, o foco na retenção seletiva, o declínio nos meios de comunicação tradicionais e aumento da comunicação cibernética, a expectativa de que sejam consideradas as necessidades, desejos e comportamentos dos talentos diante das práticas de condução de atração, seleção e retenção.

Lia et al (2012) desenvolveram e testaram um modelo de integração que inclui o engajamento do trabalho e a consistência das práticas de GRH com uma amostra de 298 funcionários e 54 supervisores em um grande hotel de luxo no sul da China. Os achados indicaram que a relação entre a consistência das práticas de GRH e a influência de trocas entre líder-membro (LMX) é intermediada pelo engajamento do empregado. Esses resultados fazem sentido quando se considera que as estratégias da GRH que favorecem e promovem o engajamento dos empregados são as relacionadas à comunicação (LOCKWOOD, 2007).

Para o autor, a comunicação estratégica e contínua dá credibilidade à liderança da organização e, conseqüentemente, promove as trocas entre líder-membro (LMX). Assim, um ambiente de engajamento pode ser promovido por meio do desenvolvimento de um plano estratégico de comunicação proativa e direcionada pela GRH.

Uma vez que os planos de comunicação proporcionam foco aos objetivos organizacionais e determinam métodos de pontos de informação e comunicação para diferentes públicos, entende-se que são

desdobramentos das próprias estratégias da GRH e, portanto, orientam-se para o comprometimento ou o controle (ALBUQUERQUE, 1999).

Por outro lado, a GRH também pode funcionar como uma barreira para o processo de engajamento, dependendo da forma como são implantadas as políticas e práticas de trabalho. Estas podem impedir a eficiência do engajamento, resultando em um ambiente de trabalho pouco positivo e interessante, danificando a capacidade produtiva da organização (LOCKWOOD, 2007).

Um estudo realizado por Alfes et al (2013) com 297 empregados, todos de uma grande organização do Reino Unido, evidenciou que onde as percepções de práticas de GRH são positivas os comportamentos de cidadania são reforçados e as intenções de mudança são reduzidas. Portanto, demonstrou que o engajamento dos empregados explica a relação entre as práticas de GRH e o comportamento individual. Segundo Harter et al (2002), algumas situações favorecem o engajamento cognitivo e emocional dos empregados. Por exemplo, quando eles sabem o que é esperado deles, têm o que precisam para fazer seu trabalho, se sentem completos com o trabalho que realizam, têm chances de melhorar e se desenvolver e sentem-se parte de algo significativo.

Outro estudo, desenvolvido por Arrowsmith e Parker (2013), sugere que as atividades da GRH para desenvolver o engajamento devem envolver apoio aos desafios e práticas apresentados pela organização.

3. METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto foi realizada uma pesquisa de abordagem quantitativa e cunho descritivo (MALHOTRA, 2006). Essa perspectiva é coerente com o objetivo proposto no estudo, na medida em que proporcionou dados que permitiram a comparação do nível de engajamento dos participantes com duas diferentes perspectivas estratégicas de GRH (estratégia de controle e estratégia de comprometimento).

Realizou-se um survey com uso de questionário estruturado, aplicado em 233 universitários do curso de Administração, matriculados em uma instituição de ensino superior localizada no estado de São Paulo.

A estes estudantes foi apresentado um questionário impresso que deveria ser respondido com base no relacionamento desenvolvido com a empresa em que trabalhavam na ocasião. Foram excluídos nove questionários respondidos por estudantes que estavam desempregados no momento da pesquisa

O questionário foi constituído por três partes. A primeira continha uma escala chamada UWES (Utrecht Work Engagement Scale), desenvolvida por Schaufeli, Salanova, González-Romá e Bakker (2002), que tem como objetivo medir o engajamento do empregado com a tarefa. Esse instrumento é composto por 17 assertivas responsáveis por mensurar as três dimensões do construto engajamento: vigor (seis itens), absorção (seis itens) e dedicação (cinco itens).

A língua original dessa escala é o inglês, de forma que, para o uso nessa pesquisa, as assertivas foram traduzidas para o português por um profissional da área de GRH e depois revisadas por uma pessoa proficiente em língua inglesa.

A segunda parte abordou cinco práticas de Gestão de Recursos Humanos, sendo elas: contratação, treinamento, carreira, salário e incentivos. A cada uma dessas práticas foram atribuídas características antagônicas de acordo com as proposições de Albuquerque (1999) apresentadas no Quadro 1. Para a avaliação dessas características opostas foi utilizada uma escala que variava de 1 (práticas ligadas à estratégia de controle) a 7 (práticas ligadas à estratégia de comprometimento).

O respondente deveria apontar sua percepção sobre o posicionamento que aquela ação de RH apresentava na empresa em que atuava.

Por fim, a última parte investigou o perfil da amostra: gênero, faixa etária e classificação socioeconômica. Esse último dado foi coletado a partir da renda média familiar, segundo critério de salários mínimos proposto pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Os dados foram coletados no segundo semestre de 2013, durante o mês de outubro. As respostas foram tabuladas e analisadas com a utilização do software SPSS 19.0 (Statistical Package Social Science).

Com relação ao tratamento dos dados, para a análise do perfil da amostra foi realizada uma estatística descritiva. A fim de analisar a adequação do uso da escala no contexto brasileiro, essa foi submetida a uma Análise Fatorial Exploratória (AFE), que além de testar o agrupamento dos itens, permitiu a avaliação da confiabilidade dos fatores. O valor médio de respostas desses fatores foi comparado em dois diferentes grupos criados a partir da classificação da GERH das empresas em práticas de controle ou comprometimento. Essa comparação de médias foi realizada a partir de um Teste T.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados iniciou-se pelo perfil da amostra, conforme pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1 – Análise descritiva do perfil da amostra (n=224)

	n	%
Gênero		
Feminino	139	62,1
Masculino	85	37,9
Faixa etária		
Menos de 18 anos	1	0,4
Entre 19 e 25 anos	157	70,1
Entre 26 e 35 anos	56	25,0
Entre 36 e 50 anos	10	4,5
Classe sócio-econômica		
Classe A	1	0,4
Classe B	28	12,5
Classe C	71	31,7
Classe D	86	38,4
Classe E	38	17,0

Através da análise apresentada na Tabela 1 verifica-se uma predominância de respondentes do sexo feminino (62,1%), com idade entre 19 e 25 anos (70,1%), classificada como classe D (38,4%). O que chama atenção nesses dados é a presença de respondentes bastante jovens e de uma classe socioeconômica que até então não se fazia tão presente nas universidades.

Para trabalhar com o conceito de engajamento com a tarefa, o instrumento UWES passou por uma Análise Fatorial Exploratória (AFE). Essa análise serve para purificar e validar a adaptação da escala, pois esse teste avalia a estrutura das interrelações entre um grande número de variáveis, definindo um conjunto de dimensões latentes comuns, chamadas de fatores. Esse tipo de teste também deve verificar a confiabilidade da escala, que consiste na extensão em que uma variável ou um conjunto de variáveis é consistente com o que se pretende medir (Hair et al, 2005), ou seja, o quanto os itens da escala avaliada estão convergindo para mensurar um mesmo ponto.

Uma das formas mais comuns de se medir a consistência interna de construtos com variáveis intervalares é através do coeficiente Alfa de Cronbach, que idealmente deve ser superior a 0,7. Todos esses dados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Análise Fatorial Exploratória (AFE) da escala de Engajamento

Assertivas	Fator 1 - Dedicção / Inspiração	Fator 2 - Absorção	Fator 3 - Vigor	Alfa de Cronbach
2. Eu descobri que o trabalho que faço tem significado e propósito.	0,740			0,928
4. No meu trabalho, me sinto forte e vigoroso.	0,534			
5. Sinto-me entusiasmado com o meu trabalho.	0,568			
7. Meu trabalho me inspira.	0,584			
10. Sinto orgulho do trabalho que eu faço.	0,638			
12. Eu posso continuar trabalhando por um longo período de tempo.	0,728			
13. Para mim, meu trabalho é desafiador.	0,824			
15. No meu trabalho, me sinto muito forte para enfrentar os problemas.	0,588			
3. O tempo voa quando eu estou trabalhando.		0,735		
6. Quando eu estou trabalhando esqueço tudo a minha volta.		0,723		
14. Eu perco a noção do tempo quando eu estou trabalhando.		0,719		
16. É difícil me separar do meu trabalho.		0,644		
1. Eu me sinto cheio de energia no meu trabalho.			0,532	
8. Quando me levanto pela manhã, sinto vontade de ir para o trabalho.			0,718	
9. Eu me sinto feliz quando estou trabalhando bastante.			0,632	
17. No meu trabalho, eu sempre perseverei, mesmo quando as coisas não vão bem.			0,733	
				0,764
				0,781

Fonte: base de dados da pesquisa.

A Tabela 2 mostra que todos os itens tiveram um carregamento aceitável, apresentando valores superiores a 0,5 e um valor para o Teste KMO bom (0,937) (PALLANT, 2001). Juntos, os três fatores emergentes são responsáveis por quase 67% da variância explicada. Os valores do Alfa de Cronbach também foram tidos como favoráveis nos três fatores encontrados.

Esses dados são muito positivos e revelam a confiabilidade no uso da escala no Brasil. No entanto, é preciso ressaltar que os itens da escala não se agru-

param da mesma forma que na escala original. O primeiro fator foi inicialmente denominado “Dedicação” e composto por oito fatores, a maioria deles originalmente presentes nessa dimensão. No entanto, na escala original, os itens 4, 12 e 15 pertenciam ao fator vigor. A explicação para tal fato recaiu sobre a tradução realizada desses itens, que poderia dar margem a uma interpretação diversa da intenção original. A hipótese é que esses itens, em específico, passavam uma ideia de continuidade de relação com a empresa, e não de energia para o trabalho. Por isso, o nome dado ao fator foi “Dedicação/Inspiração”, como uma forma de abarcar tanto essa entrega ao trabalho quanto o desejo de “lutar” por ele.

O segundo fator foi nomeado “Absorção”. Todos os itens presentes pertenciam originalmente a essa dimensão. O terceiro fator foi chamado “Vigor” e composto por cinco itens. No entanto, o item 11, incorporado a esse fator, foi descartado por ter apresentado uma carga fatorial muito baixa (0,448) (Hair et al, 2005). Além disso, o item 9, originalmente pertencente ao fator Absorção carregou para essa amostra nesse fator. A explicação provável para isso também está na interpretação da tradução do item, que pode ter sido compreendida como “para trabalhar bastante é preciso ter energia”.

Assim, com a confirmação da possibilidade de uso da escala de engajamento com o trabalho, partiu-se em busca do resultado final: identificar se o nível de engajamento varia de acordo com a estratégia de Recursos Humanos empregada. Para tanto, utilizou-se a escala criada para medir a percepção dos respondentes sobre cinco práticas de GRH das empresas em que atuavam. Essa escala foi trabalhada de modo a classificar a estratégia de GRH das empresas em “Estratégia de Controle” ou “Estratégia de Envolvimento”.

Para que isso fosse possível, foi gerada uma média para cada participante, com base nas respostas dadas a essas cinco práticas de GRH, avaliadas em uma escala de 1 a 7, onde os menores números representam estratégias de controle e os maiores estratégias de envolvimento. Esse índice criado foi chamado “Estratégia de GRH” e serviu de base para a classificação do participante em um dos dois grupos: “Foco no controle” e “Foco no envolvimento”. Para essa classificação, foi utilizado o número 3,88, que corresponde à média extraída desse índice criado. Com o objetivo de realizar uma classificação mais

precisa do respondente em um dos dois grupos, decidiu-se ainda pela exclusão daqueles que estavam 20 décimos abaixo ou acima da média encontrada. Assim, uma média menor ou igual a 3,68 classificou a empresa do indivíduo no grupo “Foco no controle” e uma média igual ou superior a 4,08 classificou a empresa no grupo “Foco no envolvimento”. No total, 23 indivíduos foram excluídos da amostra. A distribuição dos respondentes por grupo é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 – Classificação das estratégias de Gestão de Recursos Humanos

Estratégia de GRH	n	%
Foco no controle	99	49,3
Foco no envolvimento	102	50,7
Total	201	100

Apesar da perda de alguns respondentes, esse agrupamento de indivíduos criou dois grupos com distribuição similar, embora mais discrepantes. Com base nessa classificação foi realizado um Teste T, comparando os diferentes fatores de engajamento identificados por grupo criado. Os resultados dessa análise são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Teste T dos fatores de engajamento por grupo de Estratégia de GRH

Fator	Foco no Controle			Foco no Envolvimento			F	Sig
	n	Média	Desvio Padrão	n	Média	Desvio Padrão		
Dedicação	92	3,46	1,321	94	5,13	1,107	5,635	0,000*
Absorção	92	3,32	1,351	99	4,34	1,095	4,758	0,000*
Vigor	96	3,73	1,334	99	4,80	1,126	1,301	0,000*

* - Significante a 0,001

Fonte: base de dados da pesquisa.

A análise desses dados revela uma diferença significativa na média dos grupos para todos os fatores da escala de engajamento. A maior diferença entre essas médias está no fator dedicação, sugerindo que o RH focado no envolvimento tende a gerar, de forma mais contundente, um forte envolvimento pessoal nos empregados (SCHAUFELI et al, 2002).

Embora a diferença média dos outros fatores seja menor, é possível afirmar, de modo geral, que o engajamento do empregado é maior na gestão estratégica de RH com foco em envolvimento do que com foco em controle.

Os resultados encontram convergência com o estudo realizado por Bhatnagar (2012), que relacionou o empoderamento psicológico (característico de empresas com foco em envolvimento) com melhorias no engajamento com a tarefa. Em suas conclusões, o autor coloca o engajamento como condição para a capacidade de inovação dos funcionários, sugerindo que as organizações que pretendem ser inovadoras devem “liberar o engajamento no clima de desenvolvimento da tarefa” (p. 944).

Outros estudos (Harter et al, 2002; Rasheed et al, 2013) também associam o engajamento com a inovação, a obtenção de vantagem competitiva, o sucesso e o aumento significativo nos resultados organizacionais, destacando a importância dos colaboradores serem alvo de “um processo contínuo de aprendizagem, desenvolvimento, mensuração e ação” (RASHEED et al, 2013, p. 195).

Aspectos como carga de trabalho, controle, recompensas, comunidade, justiça, identificação com a organização, sua missão e seus valores, além de congruência entre as metas individuais e organizacionais (CHALOFISKY; KRISHNA, 2009; MASLACH; LEITER, 1997; RASHEED et al, 2013), podem levar o empregado ao engajamento ou ao burnout (espectro oposto). Diante do exposto, evidencia-se a relevância do RH comprometer-se com o manejo adequado destes aspectos, de forma a obter os resultados desejados.

Entretanto, a análise dos dados obtidos nesta pesquisa sugere que o enfoque no envolvimento é outro aspecto favorecedor do estímulo e desenvolvimento do engajamento. Esse cenário vai ao encontro da perspectiva de Chalofsky e Krishna (2009, p. 199), que destacam a relevância das organizações alimentarem o “comprometimento afetivo” dos seus colaboradores, provendo-os de suporte no ambiente de trabalho e de metas e atividades desafiadoras e envolventes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados empíricos encontrados na pesquisa revelam a importância das práticas de GRH sobre o engajamento com a tarefa, pois houve variação no score médio dos fatores de engajamento de acordo com as práticas utilizadas pela área de gestão de pessoas. Isso é relevante na medida em que confirma que a Gestão de Recursos Humanos com foco operacional tende a produzir menos engajamento do que aquela com foco em integração de pessoas. Esse dado é importante quando se considera que o contexto atual em que as empresas se inserem requer cada dia mais o envolvimento de seus empregados na geração de resultados organizacionais.

Os estudos que comprovam a ligação entre engajamento e resultado sugerem que adotar uma estratégia colaborativa pode trazer mais vantagem competitiva à organização, valorizando ainda mais o posicionamento estratégico que a área de gestão de pessoas deve assumir.

Assim, a pesquisa traz pistas sobre o impacto positivo do foco no envolvimento no engajamento dos colaboradores, ressaltando a importância do investimento em modelos mais participativos de gestão. Os resultados convergem com a literatura sobre o tema, que relaciona o alto engajamento com maior lucratividade e vantagem competitiva para as organizações, além da potencialização de sua capacidade de reter talentos.

Ressalta-se, ainda, que essa pesquisa procura compreender um tema que tem sido discutido em estudos internacionais apenas na última década, e que no Brasil, encontra-se em estágio ainda bastante insipiente. Assim, não tem a pretensão de esgotar o tema, mas de incentivar que mais pesquisas sejam realizadas, de forma a aprofundar e sedimentar o conhecimento já existente.

No que diz respeito às limitações deste trabalho, cabe destacar que o questionário não é validado para o Brasil, tendo sido traduzido pelos autores. Além disso, a amostra foi composta principalmente por pessoas jovens e com predominância em uma classe social específica, o que potencialmente pode gerar um foco de análise muito específico, causando certa tendência à análise dos dados. Recomenda-se a replicação do estudo com perfis diversificados.

Quanto às oportunidades de pesquisas futuras, considera-se pertinente a realização de um trabalho de validação do instrumento utilizado, ou mesmo o desenvolvimento de um instrumento adequado ao cenário brasileiro. Outra possibilidade seria a ampliação da perspectiva de análise, de forma a abranger não só as políticas de RH (ênfase no controle ou no envolvimento, dentre outras), mas também as suas práticas, tentando identificar de uma maneira mais palpável as contribuições que o RH pode oferecer para colaborar com o desenvolvimento e o estímulo ao engajamento.

Embora o engajamento seja uma variável do indivíduo, os dados mostram que o ambiente pode influenciar o nível de engajamento tendo em vista a importância das demandas e recursos de trabalho, e não apenas de características pessoais, no compartilhamento de atitudes e comportamento na tarefa (ARROWSMITH; PARKER, 2013, p. 2695).

Diante do exposto, as empresas devem tanto investir na qualidade do clima organizacional, de forma a favorecer a satisfação dos funcionários, quanto adotar ações que façam com que os colaboradores de fato sintam-se envolvidos com os processos e estratégias organizacionais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, L. G. A gestão estratégica de pessoas. In: FLEURY, M. T. L. (Coord.). *As Pessoas na Organização*. São Paulo: Gente, 2002.

ALBUQUERQUE, L. G. de. Estratégias de Recursos Humanos e competitividade. In: VIEIRA, M. M. F.; OLIVEIRA, L. M. B. (Orgs.) *Administração Contemporânea: perspectivas e estratégias*. São Paulo: Atlas, 1999.

ALFES, K.; SHANTZ, A. D.; TRUSS, C.; SOANE, E. C. The link between perceived human resource management practices, engagement and employee behaviour: a moderated mediation model. *The International Journal of Human Resource Management*, v. 24, n. 3, p. 330-351, 2013.

ANDREW, O. C.; SOFIAN, S. Engaging people who drive execution and organizational performance. *American Journal of Economics and Business Administration*, v. 3, n. 3, p. 569-575, 2011.

ARROWSMITH, J.; PARKER, J. The meaning of 'employee engagement' for the values and roles of the HRM function. *The International Journal of Human Resource Management*, v. 24, n. 14, p. 2692-2712, 2013.

BAKKER, A. B.; LEITER, M. P. Where to go from here: integration and future research. In: BAKKER, A. B.; LEITER, M. P. *Work Engagement: a handbook of essential theory and research*. New York: Psychology Press, 2010.

BAKKER, A. B.; BAL, M. Weekly work engagement and performance: a study among starting teachers. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, v. 83, 2010.

BAKKER, A. B.; SCHAUFELI, W. B. Positive organizational behavior: Engaged employees in flourishing organizations. *Journal of Organizational Behavior*, v. 29, 2008.

BARBOSA, A. C. Q. Relações de trabalho e Recursos Humanos em busca de identidade. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, v. 45, ed. especial, p. 121-126, 2005.

BARNEY, J. B. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management*, v. 17, n. 1, p. 99-120, 1991.

BECKER, B. E.; HUSELID, M. A.; BEATTY, R. W. *The Differentiated Workforce: transforming talent into strategic impact*. Boston: Harvard Business Press, 2009.

BECKER, B.; GERHART, B. The impact of human resource management on organizational performance: progress and prospects. *Academy of Management Journal*, v. 39, n. 4, p. 779-803, 1996.

BEER, M.; SPECTOR, B.; LAWRENCE, P. R.; ILLS, D. Q.; WALTON, R. E. *Human resource management: A General Manager's Perspective*. New York: Free Press, 1985.

- BHATNAGAR, J. Management of innovation: role of psychological empowerment, work engagement and turnover intention in the Indian context. *The International Journal of Human Resource Management*, v. 23, n. 5, p. 928-951, 2012.
- BURNES, B.; COOPER, C.; WEST, P. Organizational learning: the new management paradigm? *Management Decision*, v. 41, n. 5/6, 2003.
- CHALOFISKY, N.; KRISHNA, V. Meaningfulness, commitment, and engagement: the intersection of a deeper level of intrinsic motivation. *Advances in Developing Human Resources*, v. 11, n. 2, pp. 189-203, 2009.
- CHRISTIAN, M. S.; GARZA, A. S.; SLAUGHTER, J. E. Work engagement: a quantitative review and test of its relations with task and contextual performance. *Personnel Psychology*, v. 64, p. 89-136, 2011.
- DEVANNA; M. A.; FOMBRUN; C. J.; TICHY, N. M. A framework for strategic Human Resource Management. In: FOMBRUN; C. J.; TICHY, N. M.; DEVANNA; M. A. *Strategic Human Resource Management*. New York: John Wiley & Sons, 1984.
- DUTRA, J. S. *Gestão de Pessoas: modelos, processos, tendências e perspectivas*. São Paulo: Atlas, 2011.
- DYER, L.; KOCHAN, T. A.; BATT, R. *International Human Resource Studies: a framework for future research*. Center for Advanced Human Resource Studies (CAHRS) Working Paper Series, Cornell University, v. 4, n. 28, 1992.
- FISCHER, A. L. *Um resgate conceitual e histórico dos modelos de Gestão de Pessoas*. São Paulo: Gente, 2002.
- GARCZYNSKI, A. M.; WALDROP, J. S.; RUPPRECHT, E. A.; GRAWITCH, M. J. Differentiation between work and nonwork self-aspects as a predictor of presenteeism and engagement: cross-cultural differences. *Journal of Occupational Health Psychology*, v. 18, n. 4, pp. 417-429, 2013.
- GUEST, D. Human resource management and industrial relations. *Journal of Management Studies*, v. 24, n. 5, p. 503-521, 1987.
- HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. *Análise Multivariada de Dados*. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HALLBERG, U. E.; SCHAUFELI, W. B. "Same same" but different? Can work engagement be discriminated from job involvement and organizational commitment? *European Psychologist*, v. 11, n. 2, p. 119-127, 2006.
- HARTER, J. K.; SCHMIDT, F. L.; HAYES, T. L. Business-unit-level relationship between employee satisfaction, employee engagement, and business outcomes: a meta-analysis. *Journal of Applied Psychology*, v. 87, n. 2, p. 268-279, 2002.
- HAY GROUP. Por que está tão crítico reter profissionais? 2011. Disponível em: < <http://www.haygroup.com/br/downloads/details.aspx?id=3174> >. Acesso em: 23 jan. 2015.
- KAHN, W. A. Psychological conditions of personal engagement and disengagement at work. *Academy of Management Journal*, v. 33, n. 4, p. 692-724, 1990.
- KATARIA, A.; GARG, P.; RASTOGI, R. Employee engagement and organizational effectiveness: the role of organizational citizenship behavior. *International Journal of Business Insights & Transformation*, v. 6; n. 1, pp. 102-113, 2013.
- LACOMBE, B. M. B.; TONELLI, M. J. O discurso e a prática: o que nos dizem os especialistas e o que nos mostram as práticas das empresas sobre os Modelos de Gestão de Recursos Humanos. *Revista de Administração Contemporânea - RAC*, v. 5, n. 2, p. 157-164, 2001.
- LEGGE, K. *Human Resource Management: rhetorics and realities*. Chippenham: MacMillan Business, 2005.

- LIA, X.; SANDERSB, K.; FRENKEL, S. How leader-member exchange, work engagement and HRM consistency explain Chinese luxury hotel employees job performance. *International Journal of Hospitality Management*, v. 31, 2012.
- LOCH, C. L.; CORREIA, G. S. A flexibilidade do trabalho e da gestão de pessoas limitadas pela racionalidade instrumental. *Revista de Ciências da Administração*, v. 6, n. 12, p. 1-25, 2004.
- LOCKWOOD, N. R. Leveraging employee engagement for competitive advantage. *Society for Human Resource Management*, 2007.
- MALHOTRA, Naresch K. *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*. 4a ed. Porto Alegre: Bookman, 2006
- MARKOS, S.; SRIDEVI, M. S. Employee engagement: the key to improving performance. *International Journal of Business and Management*, v. 5, n. 12, p. 89-96, 2010.
- MARTÍN-ALCÁZAR, ROMERO-FERNÁNDEZ E SÁNCHEZ-GARDEY, 2005, p. 651
- MASLASH, C.; LEITER, M. P. *The Truth about Burn-out*. San Francisco: Jossey-Bass, 1997.
- PALLANT, J. *SPSS Survival Manual*. Philadelphia: Open University Press, 2001.
- RASHEED, A.; KHAN, S.; RAMZAN, M. Antecedents and consequences of employee engagement: the case of Pakistan. *Journal of Business Studies Quarterly*, v. 4, n. 4, pp. 183-200, 2013.
- SCHAUFELI, W.; SALANOVA, M. Work engagement: on how to better catch a slippery concept. *European Journal of Work and Organizational Psychology*, v. 20, n. 1, p. 39-46, 2011.
- SELIGMAN, M.; CSIKSZENTMIHALYI, M. Positive Psychology: an introduction. *American Psychologist*, v. 55, p. 5-14, 2000.
- SRIVASTAVA, P.; BHATNAGAR, J. Talent acquisition due diligence leading to high employee engagement: case of Motorola India. *Industrial and Commercial Training*, v. 40, n. 5, 2008.
- STOREY, J. *New Perspective on Human Resources Management*. London: Routledge, 1989.
- YALABIK, Z. Y., POPAITOON, P.; CHOWNE, J. A.; RAYTON, B. A. Work engagement as a mediator between employee attitudes and outcomes. *The International Journal of Human Resource Management*, v. 24, n. 14, p. 2799-2823, 2013.

HARRY POTTER E A MAGIA DA MULTIPLICAÇÃO DE LEITORES

¹Elisa Binelli, ¹Eugênio Alves de Oliveira, ¹José Eduardo P. Razuk

¹Universidade Ibirapuera

Av. Interlagos, 1329, Chácara Flora – SP

elisa.binelli@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por finalidade analisar o sucesso de vendas dos livros da saga Harry Potter. Para tanto, em primeiro momento, faz-se a discussão acerca da narrativa fantástica e sua historicidade desde o lançamento de seu primeiro livro. O objetivo é identificar através do processo histórico de vendas o que Harry Potter possui para agradar a tão grande público infantojuvenil de leitores, problematizando os elementos místicos contidos nela.

Palavras-chaves: Literatura Fantástica, Harry Potter, Literatura Infantojuvenil.

Abstract

This article has to analyze the success of sales of books in the Harry Potter's saga. Therefore, in the first moment, it is the discussion about the fantastic narrative and its historicity since the release of his first book. The goal is to identify through the historical sales process that Harry Potter has to please so great young adult audience of readers, discussing the mystical elements in it.

Keywords: Fantastic Literature, Harry Potter, Young adult Literature.

1. INTRODUÇÃO

Num dia aparentemente comum, Joanne Kathleen Rowling escreve as primeiras palavras de um livro em um café em Edimburgo, na Escócia, em busca do seu sonho de ser escritora. É o início do livro Harry Potter e a Pedra Filosofal, que após várias reviravoltas na vida da escritora e muitas recusas de editoras, foi lançado em 21 de julho de 1997 pela Bloomsbury e convertido no primeiro livro da série que se transformaria num dos maiores sucessos do mercado de livros infantojuvenis em todo o mundo.

No primeiro livro, o público infantojuvenil é rapidamente cativado pela história de um jovem bruxinho que teve seus pais terrivelmente executados pelo personagem antagonista, o temido bruxo das trevas Lorde Voldemort, e que desde então é obrigado a viver com seus tios trouxas em uma estrutura familiar opressora em que Harry não recebe nenhum afeto e é submetido a ocupar como dormitório um velho armário debaixo da escada, sem saber de sua verdadeira origem, até que acontecimentos começam a pôr à prova as mentiras de sua família e finalmente seu guardião, Hagrid, aparece e lhe conta toda a verdade, apresentando a Harry um fabuloso mundo mágico.

Desde então, os livros da saga tornaram-se best-sellers. Juntos venderam mais de 600 milhões de cópias, sendo traduzidos para os mais diversos idiomas, fazendo sucesso entre jovens leitores de todas as culturas e crenças, criando laços invisíveis entre os que ao longo da trajetória de sete livros viriam a ser chamados de Potterheads. Um sucesso tão gigantesco que resultou na transposição da obra para o cinema, numa coleção de oito filmes, a série cinematográfica de maior bilheteria de todos os tempos.

Mas qual a fonte deste sucesso? Porque a literatura fantástica deste universo mágico conquistou e continua conquistando tantos leitores no Brasil e em vários outros países? Será que os contos de fadas estão ganhando espaço novamente, contrariando pressupostos literários da contemporaneidade?

Para procurar responder estas e outras questões relacionadas a esse fenômeno, apresentamos essa análise, fundamentada principalmente numa analogia aos estudos de Vladimir Propp presentes na obra *Morfologia do Conto Maravilhoso*.

Para esta compreensão, viajamos nas histórias da saga e procuramos resgatar os pontos que fazem com que Harry Potter e seus amigos sejam esse grande sucesso e estabelecemos o que os jovens de hoje têm em comum com essa narrativa fantástica.

2. A RELAÇÃO ENTRE HARRY POTTER E OS CONTOS MARAVILHOSOS

Originalmente voltados ao público adulto, a partir da descoberta da infância (ARIÉS, 1981, p. 11), os contos de fada passaram a sofrer adaptações para que contemplassem as necessidades do universo infantil e sua vida imaginária. Para tanto se configuravam em artifícios fascinantes à fantasia infantil.

Os contos maravilhosos se originam no inconsciente, comum a todo ser humano e pertencem ao mundo arquétipo, ou seja, há um grupo de imagens e símbolos ancestrais, que juntos formam o inconsciente coletivo de determinado povo, se revelando também na forma de lendas e tradições populares. Por este motivo, os temas ressurgem de maneira evidente em países geograficamente muito distantes e em diversas épocas com poucas variações. (PROPP apud N. SILVEIRA, 1981, p. 11).

Segundo o etnólogo Vladimir Propp no livro *Morfologia do Conto Maravilhoso*, de 1929, há algumas características comuns aos contos maravilhosos, onde as ações dos personagens são funções que determinam a narrativa e essa teoria se encaixa também na saga Harry Potter.

O importante não é o que eles [personagens] querem fazer nem tampouco os sentimentos que os animam, mas suas ações em si, sua definição e avaliação do ponto de vista de seu significado para o herói e para o desenvolvimento da ação. [...] os sentimentos do mandante podem ser hostis, neutros ou amistosos, isto não influirá no desenvolvimento da ação. (PROPP, 2006, p. 79)

Nessa linha de pesquisa, Propp estabeleceu 31 funções narrativas das situações dramáticas, que aparecem como invariantes nos contos maravilhosos. Apresentamos abaixo a relação dessas funções

e suas respectivas identificações e correspondências com a história de Potter:

1. **DISTANCIAMENTO**: um membro da família deixa o lar; Os pais de Harry morrem quando ele ainda tem poucos meses de idade e o menino bruxo é deixado com seus tios.

2. **CULPA**: o vilão causa algum mal a um membro da família do herói; O bruxo Lorde Voldemort aniquilou a parte mágica da família de Harry e ao longo da trama, com suas crueldades contra a comunidade mágica, prejudica muitos bruxos próximos ao protagonista.

3. **IGNOTO**: o herói chega incógnito em casa ou em outro país; Potter é destinado a morar com os tios, ainda bebê, sem saber de seu destino no mundo bruxo, sem saber ao menos que a magia existe.

4. **SINAL**: o herói é assinalado ganhando uma cicatriz, ou marca, ou ferimento. A cicatriz em forma de raio é marca registrada de Harry Potter, "O Menino que Sobreviveu". É uma lembrança de que Harry Potter é o único bruxo que sobreviveu a um ataque do temido vilão, mais conhecido no início da série por Você-Sabe-Quem. Pelo fato de ser tão temido, muitos bruxos não ousam sequer pronunciar seu verdadeiro nome, Voldemort.

5. **PROIBIÇÃO**: uma interdição é feita ao Herói; Harry mora num armário embaixo da escada da casa de seus tios, não conhece sua verdadeira história, é obrigado a fazer tarefas domésticas e é constantemente excluído das atividades familiares, gerando muita frustração ao garoto.

6. **INFRAÇÃO**: a interdição é violada; O protagonista ao sair num raro passeio junto da família à um zoológico e desejando castigar seu primo Duda que o irritou, usa poderes mágicos que até então desconhecia para libertar uma cobra e atirá-la contra o primo.

7. **FORNECIMENTO DE MAGIA**: o Herói adquire magia ou poderes mágicos; Harry se descobre um bruxinho poderoso, logo no início do primeiro livro. Seus poderes são herdados de seus pais, Lílian e Tiago Potter que morreram protegendo seu filho de um ataque do vilão da saga, Voldemort.

8. **INVESTIGAÇÃO**: o Vilão faz uma tentativa de aproximação ou reconhecimento; Já no primeiro livro da série, Lorde Voldemort se aproxima de Harry para tentar se apossar da Pedra Filosofal, sem saber da importância dele em seu futuro.

9. **DELAÇÃO**: o Vilão consegue informação sobre a vítima; Ao se reencontrar com Harry, cujos pais, assassinou cruelmente no passado, o Lorde das Trevas acaba conhecendo alguns dos pontos fracos de sua possível vítima.

10. **ARMADILHA**: o Vilão está traiçoeiramente disfarçado para tentar ganhar confiança; Em A Câmara Secreta, o vilão Voldemort usa um antigo diário para se aproximar primeiro de Gina Weasley, irmã de Rony, o melhor amigo de Harry, para que a menina possa abrir a câmara secreta e libertar a Escola de Hogwarts dos sangues-ruins, e dos mestiços. E também se aproxima do próprio protagonista, que se vê envolvido nas lembranças de Tom Riddle, nome utilizado por Voldemort quando este ainda frequentava Hogwarts.

11. **CONVIVÊNCIA**: a vítima deixa-se enganar e acaba ajudando o inimigo involuntariamente; Em O Cálice de Fogo, Harry acaba participando do Torneio Tribruxo, no qual nem sequer havia se inscrito, onde tem de enfrentar Voldemort, que já tramava sua morte.

12. **MEDIAÇÃO**: o infortúnio ou a falta chegam ao conhecimento do Herói (ele é enviado a algum lugar, ouve pedidos de ajuda etc.); Harry ajuda os mais fracos em todos os filmes da série, chegando até a ensinar feitiços defensivos aos alunos de Hogwarts, em A Ordem da Fênix, dando origem ao grupo intitulado Armada de Dumbledore.

13. **CONSENSO / CASTIGO**: o Herói recebe uma sanção ou punição; No sexto livro da saga Harry é julgado em tribunal por ter usado magia fora da escola, prática proibida para alunos menores de idade, porém como não era realmente culpado ele escapa da punição com a ajuda de Alvo Dumbledore, diretor da Escola de Magia e Bruxaria de Hogwarts e protetor de Potter.

14. **PARTIDA DO HERÓI**: o Herói sai de casa; Há duas cenas de partida: a primeira onde Harry é resgatado da casa dos tios por Hagrid, que o apresenta ao mundo mágico. A segunda, onde o herói parte às pressas do casamento de um amigo para fugir de Comensais da Morte, passando a viver em diversos esconderijos com Rony e Hermione, os seus principais amigos e aliados.

3 - Como são denominados os humanos normais, os personagens não bruxos da história.

4 - Bruxos que nasceram de pais não-bruxos, ou seja, de pais trouxas, como são mais conhecidos na série.

5 - Bruxos nascidos da união de um bruxo puro sangue e um não-bruxo, filho de um mestiço e um “sangue-ruim”, ou ainda filhos de um casal de mestiços.

6 - É um campeonato entre escolas de magia, no qual é selecionado um representante de cada uma das três escolas participantes através do Cálice de Fogo. Os campeões realizam, ao longo do ano, três tarefas diferentes, sendo que ao final apenas um deles será o grande vencedor.

- Grupo de bruxos liderados por Lorde Voldemort.

15. SUBMISSÃO/PROVAÇÃO: o Herói é testado pelo Ajudante, preparado para seu aprendizado ou para receber a magia; Em O Enigma do Príncipe, Harry é treinado por Alvo Dumbledore, o diretor de Hogwarts para ser capaz de derrotar o Lorde das Trevas, e por Snape, seu professor, que o ensina a bloquear sua mente do domínio de Voldemort.

16. REAÇÃO: o Herói reage ao teste (falha/passa, realiza algum feito, etc.); É imposto ao herói destruir uma Horcrux de Voldemort, mas o objeto é falso e a jornada de busca deixa Dumbledore, seu mentor, entre a vida e a morte.

17. TRANSFERÊNCIA: o Herói é transferido ou levado para perto do objeto de sua busca; Em várias situações Harry é levado inconscientemente para perto do vilão e dos objetos que procura, principalmente no último volume da série, As Relíquias da Morte, onde o herói está em busca dos objetos que poderão destruir o Lorde das Trevas.

18. CONFRONTO: o Herói e o Vilão se enfrentam em combate direto; Há vários combates entre Potter e Voldemort ao longo da série, mas o maior acontece em As Relíquias da Morte.

19. PERSEGUIÇÃO: o Herói é perseguido (ou sofre tentativa de assassinato); Em toda série, o vilão persegue o herói, manda matá-lo e até mesmo invade sua mente através da Legimência .

20. SALVAÇÃO: o Herói se salva, ou é resgatado da perseguição; No começo da vida de Harry, ele é resgatado pela Ordem da Fênix, grupo que luta contra o mal e o caos causado pelo terrível vilão Voldemort, e é levado para a casa dos tios para viver em segurança. Anos depois, a Ordem da Fênix o resgata novamente o levando para A Toca, casa da família Weasley, que é protegida por vários encantamentos. Os Weasley são a família de Rony, o melhor amigo do protagonista.

8 - Horcruxes são feitiços proibidos, ativados assim que o bruxo mata alguém e insere em objetos, uma

parte de sua alma, não podendo ser completamente aniquilado antes da destruição da horcrux.

9- Capacidade mágica de ler mentes.

3. A NARRATIVA FANTÁSTICA, A ORIGEM DAS BRUXAS E O MUNDO MODERNO

“Todos temos luz e trevas dentro de nós.
O que nos define é o lado com o qual
escolhemos agir.”

J. K. Rowling,
In Harry Potter e a Ordem da Fênix

A literatura fantástica é uma narrativa produzida pelo imaginário, numa dimensão supostamente irreal e inexistente, isso se deve porque este tipo de literatura se alicerça no mundo real, como qualquer outra, mas percorre um caminho de acontecimentos míticos, fantasiosos e improváveis ao cotidiano humano.

Esse gênero surgiu, como afirma VOLOBUEF (2000, p.109), de romances que davam vazão ao suspense e que foram se transmutando ao longo dos séculos e que a partir do século XX passou a uma narrativa mais sutil e complexa, abordando temas inquietantes para o homem.

Podemos concluir então, que a literatura fantástica como a conhecemos atualmente “não cria mundos fabulosos, distintos do nosso e povoados por criaturas imaginárias, mas revela e problematiza a vida e o ambiente que conhecemos do dia-a-dia” (VOLOBUEF, 2000, p.110).

Rowling acertou em cheio na receita de Harry Potter, com os ingredientes perfeitos: uma mistura de magia, fantasia, temas antigos e contemporâneos, universos que coexistem, o bem e o mal retratados sob várias formas, combinados em uma escrita genial e com acontecimentos muito bem entrelaçados.

O fato de a cultura europeia ter sido amplamente difundida no último século, bem como esclarecimentos relativos há quem eram as bruxas e ao período de caça às bruxas, também contribuiu para maior aceitação da história em diferentes culturas, apesar de algumas ainda resistirem.

O Dia das Bruxas teve origem com os povos Celtas, que acreditavam que no início do Samhain, o antigo Ano Novo celta, era possível se comunicar com os mortos, que nesta data podiam andar entre os vivos. Para representar o sobrenatural contido nesta data, eles usavam trajes com partes de animais aba-

tidos e posteriormente, ofertavam comida, como que para acalmar os ânimos dos visitantes desencarnados desse mundo.

No século IX, com a expansão do cristianismo pela Europa, o papa consagrou o dia 1º de novembro para a celebração de todos os santos, para tentar acabar com a festividade pagã, deu-se origem a partir de então o Halloween, derivado de all hallows eve, que traduzido para o português quer dizer “véspera do dia de Todos os Santos”.

Foi também neste mesmo século, sob as influências cristãs, que se afixaram as bruxas nesta comemoração, que eram mulheres horrendas que usavam a magia para fazer o mal. Porém, na cultura celta, as bruxas era mulheres aparentemente comuns, com muito conhecimento sobre plantas e ervas e que usavam esses saberes de maneira terapêutica, integrando pacificamente a comunidade, conforme afirma o historiador Jeffrey Burton Russell, da Universidade da Califórnia, EUA, para a Revista Mundo Estranho:

Ideias falsas sobre as bruxas persistem até hoje. Jamais existiu qualquer culto de bruxas, envolvendo deusas, demônios ou deuses ancestrais e as pessoas suspeitas de serem bruxas nunca tiveram conexão com religiões pagãs antigas.

Com a miscigenação de culturas, a globalização e a influência do gênero terror, tanto em livros quanto em filmes, o Halloween acabou se tornando uma festa divertida, que acontece no dia 31 de outubro até hoje principalmente nos EUA e na Grã-Bretanha, que deixou de ser pagã e se tornou uma celebração em família, onde todos se fantasiam, decoram casas e crianças pedem doces.

O que se sabe atualmente é que as bruxas não tinham poderes mágicos e tampouco os usavam para o mal, muito pelo contrário, elas buscavam substâncias curativas para ajudar aos outros. Num contexto de mudança radical para o cristianismo, essas pessoas foram caçadas, perseguidas pela igreja, condenadas pela sociedade de forma arbitrária e julgadas cruelmente, criando mitos que perduraram por várias gerações.

Harry Potter então resgatou um pouco dos costumes antigos propriamente dos bruxos, bem como características atribuídas a eles ao longo dos séculos, como voar de vassoura, usar varinhas mágicas, conhecer o poder das plantas e preparar poções. Mas com um diferencial, na história de Rowling é passado um ensinamento valioso: Seja bruxo ou não, o

que prevalece são suas escolhas, seu caráter e seus valores.

4. MUNDO MÁGICO DE HARRY POTTER VERSUS MUNDO REAL

“A literatura antecipa sempre a vida. Não a copia, amolda-a aos seus desígnios”.
Oscar Wilde

Desde A Pedra Filosofal, o leitor mergulha numa aventura fantástica, que ao ser analisada com certo critério, podemos verificar ter valores morais, éticos e um sentido de realismo que vai além do mundo mágico, que envolve o público e faz com que o leitor, ouvinte ou expectador seja rapidamente envolvido no contexto da narrativa.

A verossimilhança, ou seja, a impressão da realidade encontrada nessa obra é fator fundamental para o sucesso da mesma. Não podemos encontrar no universo exterior aos livros da série escolas de magia e bruxaria, varinhas mágicas ou vassouras de voadoras, mas podemos encontrar a amizade, o amor e a rotina fundamental de um ser humano que tem defeitos e qualidades, fatores que são retratados de forma verossímil.

Ao se deparar com o mundo mágico, o protagonista se surpreende com tudo, desde os animais, como corujas que levam correspondências, passando pelas varinhas, vassouras e caldeirões até as passagens mágicas e os incríveis poderes que os bruxos possuem. Porém uma das causas de sua surpresa não se deve a nenhum elemento propriamente mágico: Harry é famoso por ser o único sobrevivente de um ataque do Lorde das trevas, ele é o “Menino que sobreviveu”.

Num pequeno intervalo de tempo, Harry conhece um pouco mais de suas origens, quem eram seus pais realmente, como havia ido parar na casa dos tios Dursley e como era a escola para a qual ingressaria dentro de pouco tempo.

Depois da compra dos artigos de uso escolar no Beco Diagonal, um dos maiores mercados de compra bruxo, o jovem está pronto para embarcar no Expresso de Hogwarts, que sai da plataforma 9 3/4, em Londres, porém se vê perdido, sem encontrar o local, é nesse momento que surge a família Weasley, indicando o caminho certo à Harry. Nasce então uma despreziosa amizade entre Harry Potter e Rony Weasley, se juntando a eles pouco depois, na cabine do trem a inteligente e estudiosa Hermione Granger.

Fazendo um paralelo desse início da saga com o início da vida escolar de uma criança comum podemos descobrir diversas semelhanças. Assim como em Harry Potter, a vida escolar se inicia com uma série de descobertas: a primeira ida à uma livraria em busca dos livros escolares, os primeiros amigos, a busca pela própria identidade. É um novo universo sendo descoberto dia após dia, assim como o mundo mágico é para um bruxinho inexperiente.

Segundo CALDIN (2004) o conto corrobora a introspecção, pois, através dele, há a possibilidade de se pensar sobre os próprios sentimentos e faz com que o leitor/ouvinte passe a nutrir a esperança de que seu sofrimento, assim como dos personagens do conto, venha a ser passageiro. Essa introspecção através da literatura, cativa as emoções do leitor ou ouvinte e tem a capacidade de libertá-las.

Deixar para trás os Dursley faz com que Harry se sinta mais livre para buscar seu caminho e ser quem ele realmente é, assim como acontece com as crianças quando saem do ambiente familiar para a escola. No caso de Harry e de muitos jovens da vida real, eles não são aceitos em casa, nosso protagonista por ter sangue mágico correndo nas veias, outros por serem homossexuais, ou por não atenderem às expectativas ou se sentem abandonados por pais cada vez mais ausentes, como explica a psicóloga Fernanda Roche em entrevista, do Espaço de Desenvolvimento Criança em Foco: "Ingressar na escola pela primeira vez é um divisor de águas na vida da criança. Ela parte de uma fase de relação de dependência quase absoluta dos pais para um processo de socialização e independência",

A partir do momento do ingresso na Escola de Magia e Bruxaria de Hogwarts há o momento da escolha da casa, as casas em Harry Potter são como as fraternidades - na qual o aluno irá passar todos os seus dias do ano letivo, que é realizada com a ajuda do Chapéu Seletor, que averigua o potencial de cada ingressante quando é colocado na cabeça e indica uma das seguintes casas: Corvinal, Griffnória, Lufa-Lufa ou Sonserina. Harry não sabe o que o destino reserva para ele, porém de uma coisa ele tem certeza: Não quer ir para Sonserina (conhecida como uma casa que forma muitos bruxos das trevas) e pede com muito afincado para que não seja enviado para lá.

Já na vida real, muitas vezes nos vemos em situações semelhantes e desejamos com todas as forças não termos que seguir determinados camin-

hos, como ir para uma escola nova, mudar de cidade, fazer alguma atividade por obrigação, ou até mesmo estar em determinado local que é frequentado por pessoas não amigáveis. Em qualquer momento de nossas vidas sendo na infância, adolescência ou vida adulta, fazer algo que não queremos, nos deixa em pânico seja em São Paulo, Nova Iorque, Madri ou Hogwarts, por isso se torna tão real, um sentimento tão palpável tem o poder de transportar o leitor para qualquer dimensão.

A ficção é produto da imaginação criadora, embora, como toda a arte, suas raízes mergulhem na experiência humana. Mas o que distingue das outras formas de narrativa é que ela é uma transfiguração ou transmutação da realidade, feita pelo espírito do artista, este imprevisível e inesgotável laboratório. A ficção não pretende fornecer um simples retrato da realidade, mas antes criar uma imagem da realidade, uma reinterpretação, uma revisão. É o espetáculo da vida através do olhar interpretativo do artista, a interpretação artística da realidade. (COUTINHO, 1976. p.30)

As semelhanças entre a vida real e a ficção são inúmeras e ao mesmo tempo que esse universo mágico nos proporciona uma fuga da nossa realidade, também nos leva de encontro há emoções e reflexões semelhantes às do nosso cotidiano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os pontos analisados neste artigo fica claro que a saga Harry Potter contém muitos traços característicos dos contos de fada, o que contribui muito no tamanho da dimensão de alcance do público, pois envolve muito a questão do inconsciente e imaginação presentes historicamente na vida do ser humano.

A cultura acerca dos bruxos e da própria magia que vem sendo construída ao longo dos séculos ganhou uma nova roupagem através da criação de J. K. Rowling, de modo que constrói não só um bruxo ou bruxa que usa seus poderes para o bem ou o mal, mas, acima de tudo, pessoas fazendo escolhas e tecendo seu caráter. Isso deixa para trás aos poucos um grande preconceito que havia até então, principalmente por parte de religiosos.

O fato de a narrativa tecer um paralelo com o cotidiano da vida real dos leitores faz com que eles se identifiquem com a obra e, se sensibilizem com

aquilo que é sentido e percebido pelos personagens, proporcionando além de uma espécie de evasão da realidade, também uma libertação dos próprios sentimentos.

Com a literatura podemos mergulhar profundamente no simples ato de ler, nos sensibilizar com o mais belo ou com o pior dos atos humanos, pois nela está contida traços de humanidade que simulam a própria vida e relatam acontecimentos que podem nunca terem existido exceto na mente do próprio autor, gerando direta ou indiretamente o retrato de uma geração por meio do olhar do artista.

Um bom livro reintegra a dimensão humana do leitor, nutre o espírito e estimula a sensibilidade, portanto podemos considerar que pelo fato de a saga Harry Potter ser notoriamente considerada literatura, seus livros contribuem para a formação do leitor de maneira significativa, estimulando o ato de ler, quebrando paradigmas criados ao longo dos séculos, promovendo a liberdade de sentimentos e instigando a imaginação criativa de milhões de leitores ao redor do mundo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, P. O sentimento da Infância. In: História social da criança e da família. 2ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, p.29- 164, 1981.
- BETTELHEIM, Bruno. A psicologia dos contos de fadas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CALDIN, C. F. A aplicabilidade de textos literários para crianças. Encontros Bibbi: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, 18, 72-89, 2004.
- COELHO, Nelly Novaes. O conto de fadas: símbolos, mitos, arquétipos. São Paulo, Editora Paulinas, 2012.
- COUTINHO, Afrânio. Notas de teoria literária. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.
- FECILCAN (Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão), O Gênero literário fantástico: considerações teóricas e leituras de obras estrangeiras e brasileiras. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_v_epct/PDF/linguistica_letras_artes/09_SILVA_LOUREN%C3%87O.pdf> Acesso em: 26 de abril de 2016
- Gazeta do Povo, A transição do ambiente familiar para o início da vida escolar. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/especiais/guia-de-matriculas/a-transicao-do-ambiente-familiar-para-o-inicio-da-vida-escolar-by6eyn10c0gwdx1lqwm-vw40e>> Acesso em: 10 de abril de 2016.
- INFOESCOLA, Literatura Fantástica. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/generos-literarios/literatura-fantastica/>> Acesso em: 21 de abril de 2016
- MALONE, Aubrey. O universo de Harry Potter de A a Z: o guia não oficial definitivo de toda a série. 2ed, Rio de Janeiro, Editora Agir, 2014.
- Mundo Estranho, Quem eram as bruxas? Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/quem-eram-as-bruxas>> Acesso em: 21 de abril de 2016
- Qual a origem da comemoração do Halloween? Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/qual-a-origem-da-comemoracao-do-halloween>> Acesso em: 21 de abril de 2016
- PROPP, V. I. Morfologia do conto maravilhoso. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2006.
- PEPSICc, Contos de fadas: de sua origem à clínica contemporânea. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682009000200009>. Acesso em: 11 de abril de 2016
- Recanto das Letras, A ficção. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/1612705>> Acesso em: 17 de abril de 2016
- SMITH, Sean. J. K. Rowling: uma biografia do gênio por trás de Harry Potter. Rio de Janeiro, Editora Sextante, 2003.
- VOLOBUEF, Karin. Uma Leitura do Fantástico: A invenção de Morel (A. B. Casares) e O processo (F. Kafka). Revista Letras, Curitiba, n. 53, p. 109-123, jun. 2000.

Instruções Gerais - As colaborações devem necessariamente ser inéditas e destinadas exclusivamente à Revista da Universidade Ibirapuera.

As seguintes contribuições serão consideradas para publicação: trabalhos científicos originais, relatos de casos de interesse especial, notas técnicas (comunicações breves), revisões, editoriais (mediante convite dos editores), revisões de livros e cartas ao editor.

Reservam-se à Revista da Universidade Ibirapuera todos os direitos autorais do trabalho publicado, inclusive de tradução, sem remuneração alguma aos autores do trabalho.

Os artigos serão submetidos à revisão pelo Conselho Editorial e pelo Conselho Científico (revisão por pares). A decisão final de aceitação ou rejeição de artigos é tomada soberanamente pelo Conselho Editorial. Artigos serão considerados para publicação no entendimento de que não estejam submetidos simultaneamente para publicação em outra Revista, em qualquer idioma.

Os trabalhos não aceitos pelo Corpo Editorial serão devolvidos aos autores. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo a opinião do Corpo Editorial. À Revista reservam-se todos os direitos autorais do trabalho publicado, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição e com a devida citação da fonte. A data de recebimento e aceitação do original constará, obrigatoriamente, no final do mesmo, quando da sua publicação. Quando houver experimentos realizados in vivo em homens ou animais, devem vir acompanhados com aprovação do Comitê de Ética que analisou a pesquisa. Os seres humanos não poderão ser identificados a não ser que tenham o consentimento por escrito. Os nomes dos autores devem aparecer apenas na página de título, não podendo ser mencionados durante o texto.

Submissão de Trabalhos - Os trabalhos devem ser apresentados em formato Word for Windows, fonte Arial, tamanho 12, espaçamento 1,5, tinta preta, páginas numeradas no canto superior direito. As páginas devem ser no formato A4, incluindo as referências, ilustrações, quadros, tabelas e gráficos. O número máximo de páginas por artigo é de vinte (20).

Os quadros, tabelas, gráficos e ilustrações devem estar em alta resolução, ser limitados ao mínimo indispensável, identificados e numerados consecutivamente em algarismos arábicos. No corpo do texto deve vir a posição aproximada para sua inserção.

Os trabalhos encaminhados podem ser escritos em português, espanhol ou inglês. Os artigos enviados em português e espanhol devem conter o resumo também em inglês (abstract). Abreviações oficiais poderão ser empregadas somente após primeira menção completa.

Deverão constar, no final dos trabalhos, o endereço completo de todos os autores, afiliação, telefone e e-mail para encaminhamento de correspondência pela comissão editorial.

Deverá constar, ainda, declaração assinada por todos os autores. Modelo segue no final deste arquivo.

Cabeçalho - Título do artigo em português (letras maiúsculas, em negrito, fonte Arial, tamanho 14 parágrafo centralizado).

Apresentação dos Autores do Trabalho - Nome completo, afiliação institucional (nome da instituição de vínculo (se é docente, ou está vinculado a alguma linha de pesquisa), endereço, cidade, estado e e-mail). Em fonte Arial, corpo 12, negrito.

Resumo e Abstract - É a apresentação sintetizada dos pontos principais do texto, destacando as considerações emitidas pelo autor. Para elaboração do resumo, usar no máximo 250 palavras. O resumo deve conter: tema, objetivos, metodologia e a principal conclusão, em português. Também deve estar em espanhol ou inglês.

Palavras-chave e Keywords - O número de descritores desejados é de no mínimo três e no máximo cinco, separadas por vírgula.

O Corpo do Texto - Os originais devem ser digitados em Word, fonte Arial, corpo 11, espaçamento de 1,5 e alinhamento justificado. Eventuais tabelas e ilustrações podem ser inseridas no próprio texto em alta resolução.

Introdução - Deve apontar o propósito do estudo, de maneira concisa, e descrever quais os avanços que foram alcançados com a pesquisa.

Discussão - Interpretar os resultados e relacioná-los aos conhecimentos existentes, principalmente os que foram indicados anteriormente na introdução. Essa parte deve ser apresentada separadamente dos resultados.

Referências e Citações - Citações: as citações podem ser diretas ou indiretas, sempre no mesmo idioma do texto submetido.

Citações diretas, literais ou textuais:

Inseridas no texto: As citações breves (até três linhas) são incluídas no próprio texto, entre aspas, no formato (AUTOR, data, página).

Em destaque: As citações com mais de três linhas aparecem em parágrafo(s) destacado(s) do texto corrido (com recuo na margem esquerda, corpo 11, em espaço simples entre linhas).

Citações indiretas: a fonte também deverá ser citada (AUTOR, data, página) dentro do próprio parágrafo em que estão expostas as ideias do autor ou no fim do mesmo sob forma de nota bibliográfica.

A revista adota as regras de trabalho científico da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

Envio do Material

Acessar o site seer.unib.br

Clicar em Acesso, no menu abaixo do nome da revista

Se for o primeiro acesso, preencher os dados pessoais no item “Não está cadastrado? Cadastre-se no sistema”

Se já estiver cadastrado, basta preencher nome e senha.

Para submeter trabalhos, siga as demais instruções do próprio sistema.

Contato: revista@ibirapuera.edu.br

Revista da Universidade Ibirapuera

Av. Interlagos, 1329 – 4º andar

Campus Chácara Flora

São Paulo/SP 04661-100

(11) 5694-7900

revista@ibirapuera.edu.br

seer.unib.br

Declaração

Título do artigo

O(s) autor(es) abaixo assinado(s) submeto(emos) o trabalho intitulado acima à apreciação da Revista da Universidade Ibirapuera para ser publicado, declara(mos) estar de acordo que os direitos autorais referentes ao citado trabalho tornem-se propriedade exclusiva da Revista da Universidade Ibirapuera desde a data de sua submissão, sendo vedada qualquer reprodução total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação de qualquer natureza, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada e obtida junto à Revista da Universidade Ibirapuera. No caso de o trabalho não ser aceito, a transferência de direitos autorais será automaticamente revogada, sendo feita a devolução do citado trabalho por parte da Revista da Universidade Ibirapuera. Declaro (amos) ainda que é um trabalho original sendo que seu conteúdo não foi ou está sendo considerado para publicação em outra revista, quer no formato impresso ou eletrônico. Concordo (amos) com os direitos autorais da revista sobre o mesmo e com as normas acima descritas, com total responsabilidade quanto às informações contidas no artigo, assim como em relação às questões éticas.

Data: ___/___/___

Nome dos autores Assinatura
